



# **Primeiro Semestre 2011**

## Relatório Consolidado

# Portugal Telecom

01	Análise dos resultados consolidados	4
02	Evolução dos negócios	19
	Portugal	19
	Mercado internacional	27
03	Recursos humanos	34
04	Principais eventos	35
05	Principais riscos e incertezas	39
06	Participações qualificadas	44
07	Perspetivas	55
08	Declaração do Conselho de Administração	57
	Demonstrações financeiras consolidadas	60
	Relatório de Auditoria	100
	Glossário	101
	Conselho de Administração	103
	Indicadores-chave	104
	Informação adicional aos acionistas	107

As designações “PT”, “Grupo Portugal Telecom”, “Grupo PT”, “Grupo” e “Empresa” referem-se ao conjunto das empresas que constituem a Portugal Telecom ou a qualquer uma delas, consoante o contexto.

# Portugal Telecom

## Portugal

Rede fixa	> retalho, voz e dados para grandes empresas, banda larga e TV por subscrição
917 milhões de euros (receitas)	> Voz e dados para PME
Móvel	> TMN 100%
610 milhões de euros (receitas)	

## Brasil

Oi	> Operador integrado, oferecendo serviço fixo, móvel, dados e TV por subscrição
6,124 milhões de euros (receitas)	
Contax	> Contact Centre
584 milhões de euros (receitas)	

## Outros ativos internacionais relevantes

			Receitas (milhões de euros)
Unitel 25% (*)	> Angola	> Móvel	590
CTM 28%	> Macau	> Fixo, móvel	174
MTC 34% (*)	> Namíbia	> Móvel	75
CVT 40% (*)	> Cabo Verde	> Fixo, móvel	38
Timor Telecom 41.12%	> Timor	> Fixo, móvel	22
CST 51% (*)	> São Tomé e Príncipe	> Fixo, móvel	6

(\*) Estas participações são detidas pela Africatel, a qual é controlada em 75% pela PT. (\*\*) Estas empresas associadas são consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

## Empresas instrumentais

Serviços de sistemas e TI [PT Sistemas de Informação 100%]; Inovação, investigação e desenvolvimento [PT Inovação 100%];

Serviços administrativos e de gestão partilhada [PT PRO 100%]; Serviços de negociação [PT Compras 100%];

Call centers e serviços de telemarketing [PT Contact 100%]; Gestão de fundos de pensões [Previsão 82,05%]

# 01

## Análise dos resultados consolidados

Em 28 de março de 2011, Portugal Telecom concluiu o processo de aquisição dos investimentos na Oi, incluindo a Telemar Participações, TNL, a Telemar e, indiretamente, na Brasil Telecom, e na Contax, incluindo a CTX, e os acordos efetuados com os acionistas controladores dessas empresas no valor total de 8.437 milhões de reais. No âmbito destes acordos, a PT irá desempenhar um papel fundamental nas políticas financeiras estratégicas e operacionais da Oi e do Grupo Contax, resultando na consolidação proporcional da Oi e do Grupo Contax, com base na participação da PT nos seus acionistas controladores, a Telemar Participações (25,6%) e a CTX (42,0%), respetivamente. Consequentemente, os resultados da PT no 1S11, incluem o impacto da consolidação proporcional da Oi e do Grupo Contax, a partir de 1 de abril de 2011.

No seguimento da alienação do investimento na Brasilcel em setembro de 2010 e de acordo com a IFRS 5, o negócio da VIVO foi apresentado como uma operação descontinuada nas demonstrações dos resultados e dos cash flows de 2010.

# 01 Análise dos resultados consolidados

## Resultados consolidados

Demonstração dos resultados consolidados <sup>(1)</sup>				Milhões de euros		
	2T11	2T10	Δ10/11	1S11	1S10	Δ10/11
<b>Receitas operacionais</b>	<b>1.797,7</b>	<b>933,5</b>	<b>92,6%</b>	<b>2.668,8</b>	<b>1.840,4</b>	<b>45,0%</b>
Rede fixa <sup>(2)</sup>	461,2	482,8	(4,5%)	917,4	971,0	(5,5%)
Móvel • TMN <sup>(2)</sup>	306,7	343,6	(10,7%)	609,7	689,5	(11,6%)
Brasil • Oi	832,3	0,0	n.s.	832,3	0,0	n.s.
Outros e eliminações	197,5	107,1	84,4%	309,4	179,9	72,0%
<b>Custos operacionais <sup>(3)</sup></b>	<b>1.155,3</b>	<b>563,3</b>	<b>105,1%</b>	<b>1.669,0</b>	<b>1.093,0</b>	<b>52,7%</b>
Custos com pessoal	302,6	157,2	92,5%	459,4	306,8	49,7%
Custos diretos dos serviços prestados	292,0	141,7	106,1%	416,9	275,4	51,4%
Custos comerciais	138,0	89,7	53,9%	210,8	174,2	21,0%
Outros custos operacionais	422,7	174,7	142,0%	582,0	336,6	72,9%
<b>EBITDA <sup>(4)</sup></b>	<b>642,4</b>	<b>370,3</b>	<b>73,5%</b>	<b>999,8</b>	<b>747,3</b>	<b>33,8%</b>
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	14,3	17,8	(19,6%)	26,4	35,6	(26,0%)
Amortizações	368,1	177,3	107,6%	564,4	349,7	61,4%
<b>Resultado operacional <sup>(5)</sup></b>	<b>260,0</b>	<b>175,1</b>	<b>48,4%</b>	<b>409,0</b>	<b>362,0</b>	<b>13,0%</b>
<b>Outros custos (receitas)</b>	<b>5,4</b>	<b>11,6</b>	<b>(53,4%)</b>	<b>12,5</b>	<b>20,6</b>	<b>(39,3%)</b>
Custos do programa de redução de efectivos, líquidos	1,2	4,1	(71,2%)	5,6	9,2	(39,7%)
Menos (mais) valias líquidas na alienação de	(0,0)	1,4	n.s.	(0,1)	0,8	n.s.
Outros custos (ganhos) líquidos	4,3	6,1	(29,6%)	7,1	10,6	(32,9%)
<b>Resultado antes de resultados fin. e impostos</b>	<b>254,6</b>	<b>163,6</b>	<b>55,6%</b>	<b>396,5</b>	<b>341,4</b>	<b>16,1%</b>
<b>Custos (ganhos) financeiros</b>	<b>83,8</b>	<b>21,7</b>	<b>286,9%</b>	<b>28,2</b>	<b>46,9</b>	<b>(39,8%)</b>
Juros suportados (obtidos) líquidos	98,6	59,5	65,6%	81,3	118,6	(31,5%)
Perdas (ganhos) em empresas associadas	(42,3)	(45,2)	(6,3%)	(122,5)	(83,9)	46,0%
Outros custos (ganhos) financeiros líquidos	27,6	7,3	277,5%	69,5	12,2	n.s.
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>170,7</b>	<b>141,9</b>	<b>20,3%</b>	<b>368,2</b>	<b>294,5</b>	<b>25,0%</b>
Imposto sobre o rendimento	(53,8)	12,2	n.s.	(101,8)	(26,5)	283,7%
<b>Resultado das operações continuadas</b>	<b>116,9</b>	<b>154,1</b>	<b>(24,1%)</b>	<b>266,5</b>	<b>268,0</b>	<b>(0,6%)</b>
Resultado das operações descontinuadas	0,0	61,4	n.s.	0,0	76,7	n.s.
<b>Resultado antes de interesses não controladores</b>	<b>116,9</b>	<b>215,5</b>	<b>(45,7%)</b>	<b>266,5</b>	<b>344,7</b>	<b>(22,7%)</b>
Prejuízos (lucros) atribuíveis a int. não controladores	(18,8)	(51,4)	(63,4%)	(38,6)	(80,2)	(51,9%)
<b>Resultado líquido consolidado</b>	<b>98,1</b>	<b>164,2</b>	<b>(40,2%)</b>	<b>227,9</b>	<b>264,5</b>	<b>(13,8%)</b>

(1) Os valores relativos a 2010 foram ajustados de forma a reconhecer o negócio da Vivo como operação descontinuada. No seguimento do investimento estratégico na Oi e na Contax em 28 de março de 2011, a PT consolidou proporcionalmente os ativos e passivos dessas empresas na demonstração da posição financeira e na demonstração de resultados a partir de 1 de abril de 2011. (2) As receitas operacionais da rede fixa e da TMN incluem o impacto da redução das taxas de terminação móvel (MTR). Na TMN, o impacto foi de 8 milhões de euros no 2T11. (3) Custos operacionais = despesas com pessoal + custos diretos + custos comerciais + outros custos operacionais. (4) EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações. (5) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos.

## Receitas operacionais consolidadas

No 1S11, as receitas operacionais consolidadas aumentaram 45,0% face ao 1S10, para 2.669 milhões de euros, o que compara com 1.840 milhões de euros no 1S10, refletindo o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir de 1 de abril de 2011 (925 milhões de euros). Excluindo esse efeito, as receitas operacionais consolidadas teriam diminuído 5,3% face ao 1S10 para 1.744 milhões de euros no 1S11, como resultado do decréscimo das receitas dos negócios em Portugal, em parte compensado pelo crescimento das receitas dos negócios internacionais, nomeadamente da MTC, na Namíbia e da Timor Telecom e pela consolidação da GPTI a partir de 1 de março de 2010.

## 01 Análise dos resultados consolidados

No 1S11, as **receitas dos negócios em Portugal** diminuíram 7,6% face ao 1S10 (122 milhões de euros), negativamente impactadas por: (1) menores vendas de equipamentos (19 milhões de euros); (2) menores MTRs (18 milhões de euros); (3) menores receitas do negócio de listas telefónicas (11 milhões de euros); (4) menores receitas de wholesale, dados e soluções empresariais (33 milhões de euros), e (5) menores receitas de cliente na TMN (50 milhões de euros). O desempenho das receitas por cliente na TMN reflete as condições económicas adversas, incluindo o aumento do IVA (+3pp face ao 1S10), juntamente com o aumento da popularidade dos planos tribais.

As **receitas operacionais da rede fixa** diminuíram 5,5% no 1S11 face ao 1S10, de 971 milhões de euros para 917 milhões de euros. Ajustando por um contrato com a administração pública relativo à oferta de banda larga nas escolas (15 milhões de euros) e por menores receitas no negócio de listas telefónica (11 milhões de euros), as receitas de rede fixa diminuíram 2,8% no semestre face ao 1S10, impactadas principalmente pela diminuição das receitas de wholesale (17 milhões de euros) afetadas pela redução nas receitas de lacetes locais desagregados e DSL. No 1S11, as receitas de retalho aumentaram 0,9% face ao 1S10, de 484 milhões de euros para 488 milhões de euros, em resultado do forte e contínuo desempenho da oferta triple-play do Meo (voz, dados e TV por subscrição), que está a impulsionar o sólido desempenho das linhas telefónicas e das receitas do segmento de TV por subscrição de banda larga fixa. No 1S11, as receitas não voz em Portugal representavam 46,0% das receitas totais de serviço, tendo aumentado 4,0pp face ao 1S10. Esta evolução positiva do mix de receitas da PT torna a empresa mais resiliente e previsível, tendo sido alcançado devido ao aumento da penetração dos serviços de dados e vídeo em todos os segmentos, no seguimento dos investimentos significativos na implementação de rede de fibra e de tecnologia de ponta.

No 1S11, o negócio de rede fixa continuou a beneficiar de um contínuo esforço no sentido de transformar a oferta de serviços residencial de telecomunicações de telefone fixo tradicional em ofertas triple-play, que são mais competitivas e mais resilientes a condições económicas adversas. O total de acessos da rede fixa de retalho, ou unidades geradoras de receitas de retalho (RGUs), aumentou 6,6% face ao 1S10, atingindo 4.632 mil, sendo que os acessos de TV por subscrição e os acessos de banda larga já representam mais de 42% do total de acessos de retalho. As adições líquidas de retalho atingiram 105 mil no 1S11, impulsionadas pelo sucesso das ofertas de TV por subscrição e triple-play, as quais têm contribuído para um sólido desempenho do segmento de banda larga (1.040 clientes no 1S11, um crescimento de 11,5% face a 1S10) e para reduções recorde nos desligamentos líquidos de linhas telefónicas fixas (23 mil, um decréscimo de 36,7% face ao 1S10). Este sólido desempenho foi também sustentado pelo investimento na cobertura de um milhão de casas com FTTH, realizado ao longo de 2009 e 2010, que tem vindo a ganhar força comercial à medida que as casas ficam comercialmente disponíveis para venda. Como resultado, existiam 173 mil clientes de fibra no final do 1S11, representando uma penetração de 22,3% no número médio de casas disponíveis para venda. Em fevereiro de 2011, a PT recebeu um Prémio de Inovação atribuído pelo FTTH Council pelo planeamento e implementação da sua rede de fibra, reconhecendo a execução e engenharia de excelência da PT e a capacidade da empresa de trabalhar, com sucesso, com os seus parceiros tecnológicos. Em 2011, a PT planeia estender a cobertura de FTTH em até mais 600 mil casas, reforçando assim a sua cobertura e proposta de valor para os clientes empresariais, PME e residenciais.

No 1S11, a PT teve 23 mil desligamentos líquidos de linhas telefónicas fixas, incluindo 16 mil desligamentos líquidos das linhas em pré-seleção (-31,5% face ao 1S10). Assim, as linhas geradoras de tráfego diminuíram apenas em 7 mil (+45,6% face ao 1S10). Os clientes de retalho de banda larga fixa aumentaram 11,5% no 1S11 face ao 1S10, com 39 mil adições líquidas no semestre. O sólido desempenho das ofertas double-play e triple-play do Meo contribuiu decisivamente para atenuar os desligamentos líquidos de linhas telefónicas fixas, que se situaram em 23 mil no 1S11, comparando favoravelmente com 36 mil no 1S10 e 65 mil no 1S09. Tal como nos trimestres anteriores, este forte desempenho foi particularmente notável no segmento residencial, que apresentou adições líquidas positivas

## 01 Análise dos resultados consolidados

de linhas telefónicas fixas de 40 mil e 80 mil na banda larga e TV por subscrição no 1S11, respetivamente. Apesar da retração significativa nas promoções, as adições líquidas de TV por subscrição foram de 89 mil no 1S11 e o total de clientes atingiu os 919 mil, o equivalente a uma penetração de 88,4% na base de clientes de retalho de banda larga fixa, mais 13,1pp face ao 1S10. Assim, a oferta Meo da PT continua a beneficiar de uma forte procura, tendo atingido uma quota de mercado estimada de 32%. As RGUs de retalho por acesso aumentaram 8,1% no 1S11 face ao 1S10, para 1,73.

No 1S11, as **receitas operacionais da TMN** diminuíram 80 milhões de euros (-11,6% face ao 1S10) para 610 milhões de euros, principalmente devido a: (1) menores receitas de clientes (50 milhões de euros), devido às condições económicas, incluindo ao aumento do IVA em 3pp face ao 1S10 e ao aumento da popularidade dos planos tribais, em particular aqueles que não exigem mensalidade obrigatória mas apenas um carregamento obrigatório; (2) menores receitas de interligação (22 milhões de euros), principalmente como resultado do impacto negativo de menores MTRs (15 milhões de euros), e (3) menores vendas de equipamentos (8 milhões de euros). É importante realçar que o 2T11 representou uma clara melhoria: -10,7% no 2T11 face ao 2T10, o que compara com -12,4% no 1T11. Não obstante o aumento significativo na banda larga fixa, no 1S11, as receitas de dados na TMN aumentaram 4,6% face ao 1S10 e representavam 27,3% das receitas de serviço (+3,2 pp face ao ano anterior), devido ao desempenho sólido dos pacotes de dados “internetnótemóvel”, que continuaram a demonstrar um crescimento forte, explicado pelo sucesso comercial do “e nunca mais acaba” e pelo aumento da penetração de smartphones.

No 1S11 e no 2T11, as **receitas da Oi** ascenderam a 832 milhões de euros, equivalentes a 1.904 milhões de reais. Os resultados da Oi são consolidados proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, refletindo o investimento direto e indireto de 25,6% que a PT detém na Tmar Part, o acionista controlador da Oi, que consolida totalmente as empresas da Oi, incluindo a Tele Norte Leste, Telemar Norte Leste e Brasil Telecom.

As **outras receitas**, incluindo as eliminações intra-grupo, aumentaram 72,0% no 1S11 face ao 1S10, para 309 milhões de euros. Este desempenho resultou principalmente: (1) do impacto da consolidação da Contax a partir de 1 de abril de 2011 (94 milhões de euros) e da consolidação da GPTI dia 1 de março de 2010 (13 milhões de euros), e (2) do aumento de 13,0% e de 7,7% face ao 1S10 na Timor Telecom e na MTC, respetivamente.

A contribuição dos negócios internacionais consolidados integral e proporcionalmente para as receitas operacionais, incluindo a consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir do dia 1 de abril de 2011, ascendeu a 59,2% no 2T11, enquanto o Brasil representou 55,0% das receitas operacionais.

No 1S11, o número total de clientes da PT ascendeu a 88.251 mil, um aumento de 5,6% face a 83.545 mil no 1S10. Os clientes dos negócios internacionais, incluindo o Brasil e África, representavam 86% do número total de clientes da PT.

# 01 Análise dos resultados consolidados

## Custos Operacionais Consolidados (excluindo custos com benefícios de reforma e amortizações)

Os **custos operacionais consolidados**, excluindo custos com benefícios de reforma e amortizações ascenderam a 1.669 milhões de euros no 1S11 e a 1.093 milhões de euros no 1S10, um aumento de 576 milhões de euros essencialmente explicado pelo impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax desde 1 de abril de 2011 (633 milhões de euros). Excluindo este efeito, os custos operacionais consolidados teriam diminuído 5,3% (57 milhões de euros) no 1S11 para 1.036 milhões de euros, refletindo essencialmente uma redução nas operações em Portugal (86 milhões de euros), essencialmente em resultado de um rigoroso controlo de custos, um enfoque na rentabilidade das operações e menores custos diretos no seguimento da redução nas receitas operacionais. A redução nas operações em Portugal foi parcialmente compensada por aumentos na Dedic, o negócio de call centre da Portugal Telecom no Brasil, e na GPTI, a qual foi consolidada desde 1 de março de 2010.

Os **custos com o pessoal** aumentaram 49,7% (153 milhões de euros) no 1S11 para 459 milhões de euros, face a 307 milhões de euros no mesmo período do ano anterior, basicamente devido ao impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax desde 1 de abril de 2011 (150 milhões de euros). Excluindo este efeito, os custos com o pessoal teriam aumentado 0,7% (2 milhões de euros) no 1S11 para 309 milhões de euros, refletindo maiores contribuições dos seguintes negócios: (1) Dedic, basicamente devido ao impacto da valorização do Real face ao Euro, e (2) GPTI, a qual foi consolidada apenas desde 1 de março de 2010. Estes efeitos mais do que compensaram a redução nos custos com o pessoal das operações em Portugal, refletindo essencialmente a redução de 9,3% na rede fixa em resultado de um rigoroso controlo de custos e também beneficiando da redução de efetivos concretizada no 4T10. Os custos com pessoal representaram 17,2% das receitas operacionais consolidadas no 1S11.

Os **custos diretos** aumentaram 51,4% (141 milhões de euros) no 1S11 para 417 milhões de euros e representaram 15,6% das receitas operacionais consolidadas. Este aumento reflete essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax desde 1 de abril de 2011 (173 milhões de euros). Excluindo este efeito, os custos diretos teriam diminuído 11,4% (31 milhões de euros) no 1S11 para 244 milhões de euros, essencialmente devido a menores contribuições dos seguintes negócios: (1) rede fixa (22 milhões de euros), em resultado de reduções nos custos com interligação, basicamente devido a menores MTRs, e com listas telefónicas, no seguimento do declínio deste negócio, cujos efeitos mais do que compensaram o aumento nos custos com programação explicado pelo contínuo crescimento dos clientes de TV por subscrição, não obstante uma redução nos custos de programação por cliente uma vez que o negócio de TV por subscrição está a começar a atingir massa crítica; e (2) TMN (19 milhões de euros), refletindo menores MTRs e uma maior proporção de tráfego on-net.

Os **custos comerciais**, que incluem os custos dos produtos vendidos, as comissões e as despesas com marketing e publicidade, aumentaram 21,0% (37 milhões de euros) no 1S11 para 211 milhões de euros e representaram 7,9% das receitas operacionais consolidadas. Este aumento reflete essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax desde 1 de abril de 2011 (52 milhões de euros). Excluindo este efeito, os custos comerciais teriam diminuído 8,6% (15 milhões de euros) no 1S11 para 159 milhões de euros, basicamente devido a uma redução nas operações em Portugal (16 milhões de euros), refletindo o impacto da diminuição nas receitas operacionais e também uma disciplina de rigoroso controlo de custos nas comissões e menores despesas com publicidade na rede fixa, o que mais do que compensou o aumento nas despesas com publicidade na TMN, relacionadas essencialmente com o investimento na promoção de novos planos tarifários.

Os **outros custos operacionais**, que incluem essencialmente serviços de suporte, fornecimentos e serviços externos, impostos indirectos e provisões, aumentaram 72,9% no 1S11 (245 milhões de euros) para 582 milhões de euros, em

# 01 Análise dos resultados consolidados

comparação com 337 milhões de euros no 1S10. Este aumento reflete essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax desde 1 de abril de 2011 no montante de 259 milhões de euros. Excluindo este efeito, os outros custos operacionais teriam diminuído 3,9% (13 milhões de euros) no 1S11 para 323 milhões de euros, principalmente devido a uma menor contribuição das operações em Portugal (17 milhões de euros) relacionada basicamente com uma redução nos serviços externos, refletindo uma rigorosa disciplina operacional e de custos. Este efeito mais do que compensou uma maior contribuição da GPTI, a qual foi consolidada apenas a partir de 1 de março de 2010.

## EBITDA

O EBITDA aumentou 33,8% no 1S11 face ao 1S10, para 1.000 milhões de euros, o que compara com 747 milhões de euros no 1S10, devido ao impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir de 1 de abril de 2011 (292 milhões de euros). Excluindo este efeito, o EBITDA teria diminuído 5,3% no 1S11 face ao 1S10 para 708 milhões de euros, equivalente a uma margem EBITDA de 40,6%. O desempenho do EBITDA no período foi impactado pela diminuição das receitas na TMN, apesar da redução de 11,7% face ao 1S10 nos custos operacionais excluindo amortizações e PRBs. No 1S11, o EBITDA da rede fixa aumentou 0,4% face ao 1S10 para 378 milhões de euros, como resultado de se ter atingido escala no segmento de TV por subscrição, da maior penetração de clientes fibra e do contínuo enfoque no controlo de custos.

EBITDA por segmento de negócio <sup>(1)(2)</sup>	Milhões de euros					
	2T11	2T10	Δ10/11	1S11	1S10	Δ10/11
Rede fixa	189,8	187,7	1,1%	377,9	376,3	0,4%
Móvel • TMN	143,9	161,1	(10,7%)	287,9	325,2	(11,5%)
Brasil • Oi	284,6	0,0	n.s.	284,6	0,0	n.s.
Outros e eliminações	24,1	21,4	12,5%	49,4	45,9	7,7%
<b>EBITDA total</b>	<b>642,4</b>	<b>370,3</b>	<b>73,5%</b>	<b>999,8</b>	<b>747,3</b>	<b>33,8%</b>
Margem EBITDA (%)	35,7	39,7	(3,9pp)	37,5	40,6	(3,1pp)

(1) Os valores relativos a 2010 foram ajustados de forma a reconhecer a Vivo como operação descontinuada. (2) EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações.

O EBITDA da rede fixa ascendeu a 378 milhões de euros no 1S11 (+0,4% face ao 1S10), equivalente a uma margem de 41,2%, uma melhoria de 2,4pp face ao mesmo período do ano anterior. Este desempenho marcou uma robusta e constante melhoria face ao período homólogo (+1,1% no 2T11, -0,2% no 1T11, -5,3% no 4T10, -5,9% no 3T10, -6,4% no 2T10 e -9,4% no 1T10) e representa o melhor desempenho dos últimos dezanove trimestres, não obstante o contínuo investimento comercial na implementação das ofertas triple-play. A melhoria na evolução do EBITDA foi atingida devido: (1) ao facto do segmento de TV por subscrição ter atingido massa crítica, levando a menores custos de programação por cliente; (2) à implementação da rede de fibra, cuja qualidade de serviço superior exige menor suporte ao cliente e menores custos de manutenção de rede; (3) à implementação de novas iniciativas, em particular no apoio ao cliente e field force, beneficiando da convergência fixo-móvel, e (4) medidas adicionais tomadas em antecipação à deterioração do ambiente macroeconómico, que refletem o enfoque da PT no controlo de custos. Este desempenho sólido do EBITDA no segmento da rede fixa foi conseguido num contexto de menor contribuição para as receitas e para o EBITDA do negócio das listas telefónicas, que contraiu 11 milhões de euros e 3 milhões de euros, respetivamente. A PT tem um investimento financeiro de 25% na empresa Páginas Amarelas, gerida pela Truvo.

O EBITDA da TMN diminuiu 11,5% no 1S11 face ao 1S10, para 288 milhões de euros, como resultado da diminuição das receitas de serviço (73 milhões de euros), que têm uma elevada alavancagem operacional. Com efeito, as

## 01 Análise dos resultados consolidados

receitas de serviço menos os custos diretos diminuíram 54 milhões de euros, enquanto o EBITDA diminuiu apenas 37 milhões de euros, em resultado de menores custos de suporte (11 milhões de euros), beneficiando de iniciativas de promoção do uso do self-care, do aumento da simplicidade das propostas comerciais e dos processos e de menores manutenções e reparações. Como resultado do rigoroso controlo de custos, a margem EBITDA foi de 47,2%, tendo ficado estável face ao mesmo período do ano anterior (+0,1pp).

No 1S11 e no 2T11, o EBITDA da Oi ascendeu a 285 milhões de euros, equivalente a 651 milhões de reais. A margem EBITDA no período ascendeu a 34,2%.

O EBITDA dos outros negócios aumentou 7,7% face ao 1S10, para 49 milhões de euros, devido: (1) ao impacto da consolidação da Contax a partir do dia 1 de abril de 2011 (9 milhões de euros), e (2) ao crescimento de 10,3% e 6,6% na Timor Telecom e na MTC, respetivamente. Depois de vários trimestres de contração do EBITDA da CVT, em Cabo Verde, principalmente, devido a condições económicas e a um ambiente regulatório adversos, o EBITDA da CVT no 1S11 aumentou 5,2% face ao mesmo período do ano anterior (+8,0% no 2T11 e +2,7% no 1T11). Estes efeitos foram parcialmente compensados por um decréscimo de 5 milhões de euros na Dedic, principalmente devido a um ajustamento não recorrente.

Os ativos internacionais consolidados integral e proporcionalmente, incluindo a consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir do dia 1 de abril de 2011, representavam 51,2% do EBITDA da PT no 2T11. Os negócios no Brasil representavam 45,0% do EBITDA no período e os negócios africanos consolidados integralmente representavam 6,5%.

### Resultado líquido

Os custos com benefícios de reforma diminuíram para 26 milhões de euros no 1S11, face a 36 milhões de euros no 1S10, refletindo, essencialmente, o impacto da transferência das obrigações dos planos de pensões regulamentares para o Estado Português, que foi concluída em dezembro de 2010. Este efeito foi parcialmente compensado pela consolidação proporcional da Oi a partir de dia 1 de abril de 2011 (2 milhões de euros).

As amortizações aumentaram 61,4% no 1S11 face ao 1S10, para 564 milhões de euros, refletindo, principalmente, a consolidação proporcional da Oi e da Contax (171 milhões de euros), incluindo as holdings, bem como maiores contribuições do negócio da rede fixa (34 milhões de euros), em resultado dos investimentos na implementação da rede de fibra e no nascimento do serviço de TV por subscrição.

Os juros líquidos suportados decresceram para 81 milhões de euros no 1S11, em comparação com os 119 milhões de euros no 1S10, principalmente em resultado dos seguintes fatores: (1) 51 milhões de euros de juros obtidos em depósitos em Reais que foram utilizados para pagar o investimento na Oi em 31 de março de 2011; (2) diminuição da dívida líquida média dos negócios em Portugal, no seguimento do recebimento da primeira e segunda prestações recebidas da Telefónica em 2010 (5.500 milhões de euros) relativas à transação da Vivo, as quais mais do que compensaram os dividendos pagos em Dezembro de 2010 (876 milhões de euros, referentes ao pagamento da primeira prestação do dividendo extraordinário no valor de 1,00 euro por ação) e Junho de 2011 (1.118 milhões de euros, referentes ao pagamento da segunda prestação do dividendo extraordinário no valor de 0,65 euros por ação e ao dividendo ordinário de 0,65 euros por ação) e a dívida líquida relacionada com a transferência das obrigações com pensões não financiadas concluída em Dezembro de 2010 (1.022 milhões de euros), e (3) redução do custo médio da dívida nos negócios em Portugal, excluindo o impacto dos juros obtidos dos depósitos em Reais acima referidos, que se situou nos 3,5% no 1S11 comparando com 4,7% no 1S10. Estes efeitos compensaram

# 01 Análise dos resultados consolidados

o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax, incluindo as holdings, a partir de 1 de abril de 2011 (49 milhões de euros).

Os ganhos em empresas associadas no 1S11 ascenderam a 122 milhões de euros, comparado com 84 milhões de euros no 1S10. No 1S11, esta rubrica inclui um ganho de 38 milhões de euros relativo à conclusão do processo de alienação da participação na UOL, pelo montante de 156 milhões de euros. Ajustando por este efeito e pela participação da PT nos resultados da UOL no 1S10 (10 milhões de euros), os ganhos em empresas associadas teriam ascendido a 85 milhões de euros no 1S11 face a 74 milhões de euros no 1S10, refletindo principalmente a melhoria dos resultados da Unitel, apesar da desvalorização da moeda local, e da CTM.

Os outros custos financeiros líquidos, que incluem perdas cambiais líquidas, perdas líquidas em ativos financeiros e outras despesas financeiras líquidas, aumentaram de 12 milhões de euros no 1S10 para 69 milhões de euros no 1S11, refletindo principalmente: (1) o impacto da consolidação da Oi e da Contax a partir de 1 de abril de 2011 (17 milhões de euros); (2) determinados impostos suportados no Brasil com a transferência de fundos para o investimento na Oi (14 milhões de euros), e (3) maiores perdas cambiais líquidas (28 milhões de euros), relacionadas principalmente com o impacto da desvalorização do Dólar face ao Euro durante o 1S11 nos ativos denominados em dólares.

O imposto sobre o rendimento aumentou para 102 milhões de euros no 1S11, face a 27 milhões de euros no 1S10, correspondendo a uma taxa efetiva de imposto de 27,6% e de 9,0%, respetivamente. O aumento na taxa de imposto é explicado, principalmente, por: (1) o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir de dia 1 de abril de 2011 (28 milhões de euros), (2) um benefício fiscal de 48 milhões de euros, registado no 2T10, relativo à reestruturação societária do negócio da Africatel, que resultou em menores lucros tributáveis, e (3) um ganho de 4 milhões de euros correspondente ao impacto nos impostos diferidos, à data de 1 de janeiro de 2010, do aumento da taxa de imposto em Portugal de 26,5% para 29,0% para empresas com lucros tributáveis superiores a 2 milhões de euros.

O lucro das operações descontinuadas ascendeu a 77 milhões de euros no 1S10 e inclui: (1) os resultados da Vivo antes de interesses não controladores (45 milhões de euros) e (2) um ganho de 32 milhões de euros resultante da transferência de parte de ajustamentos de conversão cambial acumulados relativos ao investimento anteriormente detido na Brasicel, no seguimento do reembolso de parte do investimento efetuado através de reduções de capital nesta empresa.

O lucro atribuível a interesses não controladores decresceu 42 milhões de euros para 39 milhões de euros no 1S11, refletindo as reduções nos interesses não controladores da Vivo (29 milhões de euros), no seguimento da aquisição deste investimento pela Telefónica em setembro de 2010, bem como dos negócios africanos (11 milhões de euros). O decréscimo dos interesses não controladores dos negócios africanos é principalmente explicado pela participação dos interesses não controladores no ganho fiscal reconhecido no 2T10, em resultado de uma reestruturação societária nestes negócios.

O resultado líquido decresceu para 228 milhões de euros no 1S11, de 264 milhões de euros no 1S10, como resultado principalmente: (1) do ganho fiscal de 48 milhões de euros reconhecido no 2T10, relacionado com a reestruturação societária dos negócios africanos; (2) um aumento das amortizações no negócio de rede fixa; (3) determinados impostos financeiros registados no 1T11 relacionados com o investimento na Oi, e (4) de perdas cambiais resultantes do impacto da depreciação do Dólar face ao Euro. Estes efeitos foram parcialmente

# 01 Análise dos resultados consolidados

compensados por uma diminuição dos juros líquidos, em resultado da transação da Vivo, e pelo aumento dos resultados em empresas associadas, devido maioritariamente à alienação da UOL.

## Capex

O capex aumentou 33,9% no 1S11 face ao 1S10, para 418 milhões de euros, o que compara com 312 milhões de euros no 1S10, principalmente devido à consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir do dia 1 de abril de 2011 (124 milhões de euros). Excluindo este efeito, o capex teria diminuído 5,8% no 1S11 face ao 1S10 para 294 milhões de euros, equivalente a 16,9% das receitas e foi direcionado para investimentos em tecnologias de ponta, em particular FTTH, e também em 3G e 3,5G.

Capex por segmento de negócio <sup>(1)</sup>	Milhões de euros					
	2T11	2T10	Δ10/11	1S11	1S10	Δ10/11
Rede fixa	111,6	99,7	12,0%	194,0	212,1	(8,5%)
Móvel • TMN	37,9	29,1	30,3%	56,8	52,6	8,1%
Brasil • Oi	116,6	0,0	n.s.	116,6	0,0	n.s.
Outros	29,6	20,4	45,2%	50,5	47,5	6,2%
<b>Capex total</b>	<b>295,8</b>	<b>149,1</b>	<b>98,3%</b>	<b>418,0</b>	<b>312,1</b>	<b>33,9%</b>
Capex em % das receitas operacionais (%)	16,5	16,0	0,5pp	15,7	17,0	(1,3pp)

(1) Os valores relativos a 2010 foram ajustados de forma a reconhecer a Vivo como operação descontinuada.

O capex da rede fixa diminuiu 8,5% no 1S11 face ao 1S10, de 212 milhões de euros para 194 milhões de euros no 1S11, refletindo uma diminuição do capex de cliente, como resultado de: (1) menor número de set-top boxes por cliente de TV de fibra quando comparado com ADSL, (2) menor custo unitário das set-up-boxes, terminais óticos e home gateways, e (3) melhores taxas de reutilização das set-top boxes. O capex de rede fixa continuou a ser explicado pelos esforços de implementação das tecnologias de ponta, em particular FTTH, e pelo investimento contínuo na modernização de plataformas de IT e servidores, bem como em capacidade de armazenagem e memória. A maior eficiência do capex da rede fixa também refletiu as sinergias resultantes da integração fixo-móvel. O rácio Capex sobre Receitas da rede fixa ascendeu a 21,2%, inferior em 0,7pp quando comparado com o 1S10. A PT pretende reforçar ainda mais a sua proposta de valor para os clientes empresariais, PMEs/SOHO e residenciais, alargando a cobertura de FTTH em até mais 600 mil casas e investindo na construção do mais avançado data centre, com 45 mil metros quadrados.

O capex da TMN aumentou 8,1% face ao 1S10, para 57 milhões de euros no 1S11, equivalente a 9,3% das receitas. O aumento do capex da TMN é explicado, principalmente, pela troca de equipamentos 2G por equipamentos LTE (4G) e por investimentos na capacidade da rede 3G e 3,5G, em particular nas áreas urbanas. Adicionalmente, a TMN tem reforçado a sua capacidade de dados e qualidade de rede, aproveitando a implementação de FTTH já existente para aumentar a qualidade da sua rede móvel e liderar a implementação da rede 4G no mercado português. Como consequência, a Anacom, o regulador Português de Telecomunicações, reconheceu a TMN como o operador português com a melhor cobertura 2G e 3G, tanto em áreas urbanas como em estradas, para serviços de banda larga móvel.

No 1S11, o capex dos outros negócios aumentou para 50 milhões de euros, face a 48 milhões de euros no 1S10, incluindo a consolidação proporcional da Contax a partir do dia 1 de abril de 2011 (7 milhões de euros) e do aumento do capex da Timor Telecom, da MTC, na Namíbia e da CST, em São Tomé e Príncipe. Estes efeitos foram

# 01 Análise dos resultados consolidados

parcialmente compensados por uma diminuição do capex da Dedic, devido aos investimentos realizados no 1T10 na expansão dos seus negócios, nomeadamente na construção de novos sites.

## Cash Flow

O **cash flow operacional** ascendeu aos 525 milhões de euros no 1S11, face a 183 milhões de euros no 1S10, incluindo a consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir do dia 1 de abril de 2011 (74 milhões de euros). Ajustando por este efeito, o cash flow operacional teria aumentado em 268 milhões de euros para 451 milhões de euros no 1S11, principalmente devido a diminuição do capex e de uma melhoria na gestão do fundo de maneiço (300 milhões de euros), explicada principalmente: (1) pela redução extraordinária no ciclo de pagamentos a determinados fornecedores realizada no 4T10, na sequência da entrada de fundos decorrente da transação da Vivo, levando à diminuição dos pagamentos a fornecedores no 1S11, e (2) pelo menor investimento relacionado com contas a receber nos negócios em Portugal.

Free cash flow <sup>(1)</sup>	Milhões de euros					
	2T11	2T10	Δ10/11	1S11	1S10	Δ10/11
EBITDA menos Capex	346,6	221,1	56,8%	581,8	435,2	33,7%
Itens não monetários	48,9	8,8	n.s.	54,2	19,5	177,2%
Variação do fundo de maneiço	(186,0)	(71,0)	161,8%	(111,2)	(271,9)	(59,1%)
<b>Cash flow operacional</b>	<b>209,4</b>	<b>158,9</b>	<b>31,8%</b>	<b>524,8</b>	<b>182,9</b>	<b>187,0%</b>
Juros	(155,9)	(69,7)	123,6%	(151,7)	(165,4)	(8,3%)
Reembolsos (contrib.) dos fundos de pensões, líquidos	(14,2)	(31,1)	(54,5%)	(9,2)	37,4	n.s.
Pag. a colab. pré-reformados, suspensos e outros	(40,3)	(35,3)	14,4%	(81,4)	(70,8)	15,0%
Impostos sobre o rendimento	(36,8)	(25,1)	46,6%	(78,6)	(40,3)	95,2%
Dividendos recebidos	28,8	0,3	n.s.	146,8	8,7	n.s.
Alienação da participação na UOL	0,0	1,3	n.s.	155,5	1,3	n.s.
Reduções de capital na Brasilcel	0,0	53,8	n.s.	0,0	89,9	n.s.
Outros movimentos <sup>(2)</sup>	(127,8)	(25,1)	n.s.	(189,4)	(21,7)	n.s.
<b>Free cash flow</b>	<b>(136,7)</b>	<b>27,8</b>	<b>n.s.</b>	<b>316,8</b>	<b>21,9</b>	<b>n.s.</b>

(1) Os valores relativos a 2010 foram ajustados de forma a reconhecer a Vivo como operação descontinuada. Excluindo o pagamento relativo à aquisição do investimento estratégico da PT na Oi e na Contax.  
 (2) No 1S11, esta rubrica inclui pagamentos de despesas relacionados com o investimento estratégico na Oi, comissões bancárias e certos pagamentos de penalidades contratuais e de ações legais, principalmente relativos à Oi e Contax.

Excluindo o pagamento relativo à aquisição do investimento da PT na Oi e na Contax, o free cash flow no 1S11 ascendeu a 317 milhões de euros, que compara com 22 milhões no 1S10. Este desempenho é explicado principalmente: (1) pelo aumento do cash flow operacional (342 milhões de euros), como referido acima; (2) pelo recebimento no montante de 156 milhões de euros relativos à com a alienação da participação na UOL; (3) pelos dividendos recebidos da Unitel (126 milhões de euros) no 1S11 relativos ao ano de 2009, enquanto os dividendos relativos ao ano de 2008 tinham sido recebidos no 4T09, e (4) pela redução dos juros pagos, no valor de 14 milhões de euros, devido à diminuição da dívida líquida média dos negócios em Portugal e aos juros recebidos dos depósitos bancários em Reais utilizados no seguimento do investimento estratégico na Oi e na Contax, que mais do que compensou a consolidação proporcional da Oi e da Contax, incluindo as holdings, a partir de 1 de abril de 2011 (99 milhões de euros). Estes efeitos foram parcialmente compensados: (1) pelo montante de 90 milhões de euros recebido da Brasilcel relacionado com reduções de capital no 1S10; (2) pelo aumento dos pagamentos relacionados com ações legais (73 milhões de euros), principalmente devido à consolidação proporcional da Oi; (3) pelo aumento dos pagamentos líquidos relacionados com benefícios de reforma (57 milhões de euros), devido ao reembolso de 75 milhões de euros recebido no 1T10, relacionado com o excesso de financiamento do plano de cuidados de saúde; (4) pelo montante pago pela Contax em abril de 2011 pela aquisição da Allus (44 milhões de

# 01 Análise dos resultados consolidados

euros), e (5) pelo aumento dos pagamentos de impostos sobre o rendimento (38 milhões de euros) relacionados principalmente com impostos na fonte relativos a depósitos bancários.

## Dívida líquida consolidada

A dívida líquida consolidada, ajustada pelo montante a receber da Telefónica e excluindo a consolidação proporcional da dívida líquida da Oi e da Contax, incluindo as holdings, e pelo efeito fiscal relacionado com a transferência dos planos de pensões regulamentares para o Estado Português, ascendeu a 4.269 milhões de euros em 30 de junho de 2011. A dívida líquida consolidada aumentou de 2.100 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010 para 8.875 milhões de euros à data de 30 de junho de 2011, um aumento de 6.775 milhões de euros, refletindo: (1) a aquisição dos investimentos estratégicos na Oi e na Contax por um montante total de 3.728 milhões de euros e a consolidação proporcional da posição de dívida líquida no montante de 2.053 milhões de euros em 31 de março de 2011; (2) os dividendos pagos pela PT aos seus acionistas (1.118 milhões de euros) bem como pelas suas subsidiárias aos interesses não controladores (53 milhões de euros); (3) a aquisição realizada pela Oi das ações próprias da PT (87 milhões de euros), e (4) o impacto da valorização do Real Brasileiro contra o Euro, o que leva a um aumento da dívida líquida em 58 milhões de euros. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo free cash flow gerado no período, no montante de 317 milhões de euros.

Variação da dívida líquida	Milhões de euros			
	2T11	2T10	1S11	1S10
<b>Dívida líquida (balanço inicial como reportado)</b>	<b>7.428,5</b>	<b>5.659,8</b>	<b>2.099,8</b>	<b>5.528,0</b>
Dívida da Vivo (a subtrair)	0,0	780,1	0,0	699,0
<b>Dívida líquida (balanço inicial ajustado)</b>	<b>7.428,5</b>	<b>4.879,7</b>	<b>2.099,8</b>	<b>4.829,0</b>
Free cash flow (a subtrair)	(136,7)	27,8	316,8	21,9
Aquisição de investimento estratégico na Oi e Contax	0,0	0,0	3.727,6	0,0
Efeito de conv. cambial de dívida em moeda estrangeira	58,1	0,0	58,1	0,0
Dividendos pagos pela PT	1.117,7	503,6	1.117,7	503,6
Aquisição de ações próprias <sup>(1)</sup>	86,8	0,0	86,8	0,0
Alterações no perímetro de consolidação (Oi e Contax)	0,0	0,0	2.052,5	0,0
Alterações no perímetro de consolidação (Dedic / GPTI)	(17,9)	0,0	(17,9)	30,8
Outros <sup>(1)</sup>	64,8	17,8	66,9	31,8
<b>Dívida líquida (balanço final)</b>	<b>8.874,9</b>	<b>5.373,3</b>	<b>8.874,9</b>	<b>5.373,3</b>
A receber da TEF (a subtrair)	2.000,0	0,0	2.000,0	0,0
Efeito fiscal sobre resp. não financiadas (a subtrair)	226,1	0,0	226,1	0,0
<b>Dívida líquida ajustada (balanço final)</b>	<b>6.648,8</b>	<b>5.373,3</b>	<b>6.648,8</b>	<b>5.373,3</b>
Dívida líquida da Oi e Contax, inc. holdings (a subtrair)	2.379,8	0,0	2.379,8	0,0
<b>Dívida líquida ajustada exc. Oi e Contax (balanço final)</b>	<b>4.269,0</b>	<b>5.373,3</b>	<b>4.269,0</b>	<b>5.373,3</b>
Variação da dívida líquida	1.446,3	493,6	6.775,1	544,3
Variação da dívida líquida (%)	19,5%	8,7%	322,7%	9,8%

(1) No 1S11 e 1S10, esta rubrica inclui essencialmente 53 milhões de euros e 32 milhões de euros, respetivamente, relativos a dividendos pagos pelas subsidiárias consolidadas integralmente pela PT a acionistas não controladores.

O valor de disponibilidades de caixa e equivalentes, acrescido do montante a receber da Telefónica e do disponível em linhas de crédito e papel comercial ascendia a 5.372 milhões de euros no final de junho de 2011, dos quais 940 milhões de euros eram relativos a linhas de crédito e papel comercial não utilizados. Em janeiro de 2011, a PT emitiu um Eurobond no montante de 600 milhões de euros, a 5 anos e com um spread de 295pb sobre os mid swaps de maturidade semelhante, equivalente a um cupão anual de 5,625%, aumentando assim a sua liquidez e a maturidade média da sua dívida. Em março e abril de 2011, a PT contratou uma nova linha de crédito, com oito

# 01 Análise dos resultados consolidados

bancos líderes internacionais, no valor de 1.200 milhões de euros e com maturidade em março de 2014. Estas operações enquadram-se na estratégia de financiamento da PT, a qual procura obter maturidades e fontes de financiamento diversificadas. Assim, as maturidades da dívida da PT encontram-se totalmente financiadas até ao final de 2013 e a PT tem flexibilidade financeira para continuar a investir nos seus negócios, enquanto honra os compromissos com os seus acionistas.

No 1S11, excluindo os 51 milhões de euros de juros obtidos dos depósitos relativos ao investimento estratégico na Oi, o custo médio da dívida líquida da PT situou-se em 3,5%, uma redução face a 4,7% no 1S10. Em 30 de junho de 2011, a dívida líquida consolidada tinha uma maturidade de 5,8 anos. Excluindo a consolidação da Oi e da Contax, a dívida líquida consolidada tinha uma maturidade de 6,0 anos. No final de junho de 2011, o rácio de cobertura do EBITDA pela dívida líquida foi de 2,9x, face a 3,6x no 1S10.

## Responsabilidades com complementos de benefícios de reforma

Em 30 de junho de 2011, as responsabilidades projetadas com benefícios de reforma (PBO) dos negócios em Portugal, relativas a complementos de pensões e cuidados de saúde, ascendiam a 436 milhões de euros e o valor de mercado dos ativos sob gestão ascendia a 409 milhões de euros, comparando com 472 milhões de euros e 448 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010, respetivamente. Adicionalmente, a PT tinha responsabilidades sob a forma de salários devidos a empregados suspensos e pré-reformados no montante de 863 milhões de euros em 30 de junho de 2011, que não estão sujeitas a qualquer requisito legal para efeitos de financiamento. Esses salários são pagos diretamente pela PT aos beneficiários até à idade da reforma. Assim, as obrigações não financiadas brutas totais dos negócios em Portugal ascendiam a 889 milhões de euros e as responsabilidades não financiadas líquidas de impostos ascendiam a 667 milhões de euros. Os planos de benefícios de reforma da PT relativos a complementos de pensões e cuidados de saúde estão fechados à entrada de novos participantes.

Adicionalmente, no seguimento do investimento estratégico na Oi, a PT consolidou proporcionalmente as suas responsabilidades líquidas com benefícios de reforma no valor de 52 milhões de euros em 31 de março de 2011, e 55 milhões de euros em 30 de junho de 2011, relacionadas com vários planos com características diferentes, incluindo planos de contribuição definida e planos de benefícios definidos. A maioria destes planos já está fechada a novos participantes. A Oi tem vários planos que apresentam uma situação excedentária mas que não é registada como ativo por não ser possível obter reembolsos.

Responsabilidades com benefícios de reforma	Milhões de euros	
	30 junho 2011	31 dezembro 2010
Responsabilidades com pensões	125,8	129,9
Responsabilidades com cuidados de saúde	309,7	342,5
<b>Resp. projectadas com benefícios de reforma (PBO)</b>	<b>435,5</b>	<b>472,4</b>
Valor de mercado dos fundos <sup>(1)</sup>	(409,1)	(448,1)
<b>Resp. não financ. c/ pensões e cuidados de saúde</b>	<b>26,5</b>	<b>24,2</b>
Salários a pagar a empregados suspensos e pré-reformados	862,9	924,3
<b>Responsabilidades não financiadas brutas</b>	<b>889,4</b>	<b>948,6</b>
<b>Resp. não financiadas líquidas do efeito fiscal</b>	<b>667,1</b>	<b>711,4</b>
Responsabilidades não financiadas brutas na Oi	55,0	0,0
Ganhos com serviços passados não reconhecidos	17,5	18,3
<b>Provisão para benefícios de reforma</b>	<b>961,9</b>	<b>966,9</b>

(1) A redução no valor de mercado dos fundos resultou: (i) dos pagamentos de pensões e complementos no montante de 4,2 milhões de euros; (ii) do desempenho negativo dos ativos sob gestão no montante de 24,0 milhões de euros (equivalente a 5,5% negativos no 1T11), e (iii) do reembolso das despesas de saúde pagas anteriormente pela PT no montante de 10,9 milhões de euros.

# 01 Análise dos resultados consolidados

O total das responsabilidades não financiadas brutas em Portugal diminuiu 59 milhões de euros, para 889 milhões de euros, em 30 de junho de 2011, principalmente como resultado dos pagamentos de salários a empregados suspensos e pré-reformados efetuados durante o período, no montante de 81 milhões de euros, que foram parcialmente compensados pelos custos correntes com benefícios de reforma e pelo custo com programa de redução de efetivos reconhecidos no período (20 milhões de euros). O total das responsabilidades não financiadas brutas da Oi aumentou de 52 milhões de euros, em 31 de março de 2011, para 55 milhões de euros, em 30 de junho de 2011, refletindo principalmente os benefícios de reforma registados no 2T11 (2 milhões de euros) e o impacto da valorização do Real Brasileiro contra o Euro (1 milhão de euros).

<b>Varição nas responsabilidades não financiadas brutas</b>	<b>Milhões de euros</b>	
	<b>1S11</b>	<b>1S10</b>
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo inicial)	948,6	1.467,4
Alteração do perímetro de consolidação	52,5	0,0
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	16,8	36,6
Custos do programa de redução de efetivos	5,6	9,2
Reembolsos (contribuições) líquidos para os fundos de pensões <sup>(1)</sup>	0,5	37,4
Pag. de salários a colab. pré-reformados, suspensos e outros	(81,4)	(70,8)
Perdas (ganhos) atuariais líquidos <sup>(2)</sup>	0,8	143,2
Ajustamentos de conversão cambial	1,1	0,0
<b>Responsabilidades não financiadas brutas (saldo final)</b>	<b>944,4</b>	<b>1.623,0</b>

(1) No 1T11, esta rubrica inclui reembolsos líquidos de despesas de saúde no valor de 2,5 milhões de euros e pagamentos por acordo de rescisão contratual no valor de 1,8 milhões de euros. Adicionalmente foram pagas contribuições de 9,7 milhões de euros referentes ao serviço do ano dos beneficiários transferidos para o Estado. (2) No 1S11 as perdas atuariais líquidas: (i) um ganho de 36 milhões de euros relacionados com a alteração das taxas de desconto de 4,75% para 5% em suplementos de pensões e de 4,755% para 5,5% em responsabilidades de cuidados de saúde e (ii) uma perda de 37 milhões de euros relacionados com a diferença entre o efetivo retorno dos ativos sob gestão no período(5,5%) e o retorno sob os ativos de gestão experienciado (6% anualizado).

Os custos com benefícios de reforma diminuíram para 26 milhões de euros no 1S11, de 36 milhões de euros no 1S10, refletindo, principalmente, o impacto da transferência das obrigações dos planos de pensões regulamentares para o Estado Português, concluída em dezembro de 2010. Este efeito foi parcialmente compensado pela consolidação proporcional da Oi a partir de 1 de abril de 2011 (2 milhões de euros).

## Capital próprio

<b>Varição no capital próprio (excluindo interesses não controladores)</b>	<b>Milhões de euros</b>
	<b>1S11</b>
Capital próprio antes de interesses não controladores (saldo inicial)	<b>4.392,4</b>
Resultado líquido	227,9
Ajustamentos de conversão cambial líquidos	(65,6)
Dividendos	(1.118,0)
Ganhos (perdas) atuariais líquidos, líquidos do efeito fiscal	(0,6)
Ações PT adquiridas pela Oi	(148,3)
Outros	(7,0)
<b>Capital próprio antes de interesses não controladores (saldo final)</b>	<b>3.280,8</b>
<b>Varição no capital próprio antes de interesses não controladores</b>	<b>(1.111,6)</b>
<b>Varição no capital próprio antes de interesses não controladores (%)</b>	<b>(25,3%)</b>

Em 30 de junho de 2011, o capital próprio excluindo interesses não controladores ascendeu a 3.281 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 1.112 milhões de euros no 1S11. Esta diminuição é explicada principalmente: (1) pelos dividendos pagos pela PT aos seus acionistas no montante de 1.118 milhões de euros; (2) pela aquisição de ações próprias da PT pela Oi (148 milhões de euros), que para efeitos contabilísticos estão registadas como ações em tesouraria, e (3) pelos ajustamentos de conversão cambial negativos no montante de 66

# 01 Análise dos resultados consolidados

milhões de euros. Estes efeitos mais do que compensaram o resultado líquido gerado no período de 228 milhões de euros.

## Demonstração da posição financeira consolidada

As principais alterações na demonstração da posição financeira consolidada são explicadas, basicamente, pela aquisição das participações na Oi e na Contax. Esta operação estava concluída em 31 de março de 2011 e, portanto, a PT consolidou proporcionalmente os ativos e passivos destas empresas na sua demonstração da posição financeira em 31 de março de 2011.

O total dos ativos e dos passivos aumentou de 15,2 mil milhões de euros e de 10,6 mil milhões de euros a 31 de dezembro de 2010 para 22,7 mil milhões de euros e 18,6 mil milhões de euros a 30 de junho de 2011, respetivamente, refletindo principalmente os impactos resultantes da aquisição e da consolidação proporcional da Oi e da Contax (total de ativos e passivos de 7,4 mil milhões de euros e de 6,8 mil milhões de euros, respetivamente). Adicionalmente, o total dos passivos aumentou em 1,2 mil milhões de euros, principalmente devido à emissão do Eurobond no montante de 600 milhões de euros em janeiro de 2011 e ao aumento do uso de determinadas linhas de crédito e programas de papel comercial de curto prazo, enquanto o total dos ativos aumentou em 100 milhões de euros, impactado pelo montante de 1,1 mil milhões de euros de remuneração acionista paga.

Os principais efeitos do investimento estratégico na Oi e na Contax e a sua consolidação proporcional na demonstração da posição financeira consolidada da PT, em 31 de março de 2011, foram: (1) um total de ativos e passivos relacionados com esse negócio no valor de 9,3 mil milhões de euros e de 6,8 mil milhões de euros, respetivamente, e interesses não controladores de 0,7 mil milhões de euros; (2) uma redução do valor de disponibilidades em caixa e equivalentes no montante de 3,7 mil milhões de euros, correspondente ao montante pago pela aquisição destes investimentos, e (3) o reconhecimento de um goodwill preliminar de 1,8 mil milhões de euros como resultado desta transação.

O total de ativos e passivos que foram proporcionalmente consolidados pela primeira vez, à data de 31 de março de 2011, considerando o goodwill registado como resultado da transação, inclui principalmente ativos tangíveis e intangíveis (6.445 milhões de euros), disponibilidades em caixa e equivalentes (1.696 milhões de euros), contas a receber (778 milhões de euros), impostos diferidos (654 milhões de euros), dívida bruta (3.749 milhões de euros), provisões (830 milhões de euros) e depósitos judiciais relacionados (984 milhões de euros), contas a pagar e acréscimos de custos (873 milhões de euros), impostos a pagar (630 milhões de euros) e impostos a pagar diferidos (353 milhões de euros).

# 01 Análise dos resultados consolidados

Demonstração da posição financeira consolidada	Milhões de euros	
	30 junho 2011	31 dezembro 2010
Disponibilidades e títulos negociáveis	3.505,1	5.106,5
Contas a receber	3.910,9	3.403,2
Existências	132,2	101,5
Depósitos judiciais	1.046,4	0,0
Investimentos financeiros	433,4	539,6
Ativos intangíveis	4.918,8	1.111,7
Ativos tangíveis	6.402,4	3.874,6
Ativos com planos de benefícios de reforma	13,0	1,9
Outros ativos	865,4	338,1
Impostos diferidos e custos diferidos	1.433,4	692,7
<b>Total do ativo</b>	<b>22.660,8</b>	<b>15.169,9</b>
Contas a pagar	1.211,7	722,6
Dívida bruta	12.379,9	7.206,3
Responsabilidades com planos de benefícios de reforma	974,9	968,8
Outros passivos	3.050,8	1.063,0
Impostos diferidos e proveitos diferidos	942,7	600,1
<b>Total do passivo</b>	<b>18.560,0</b>	<b>10.560,8</b>
Capital, excluindo interesses não controladores	3.280,8	4.392,4
Interesses não controladores	819,9	216,7
<b>Total do capital próprio</b>	<b>4.100,8</b>	<b>4.609,1</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>22.660,8</b>	<b>15.169,9</b>

# 02

## Evolução dos negócios

### Negócios em Portugal

As receitas dos negócios em Portugal, que incluem a rede fixa e a TMN, decresceram 7,6% no 1S11 face ao 1S10. No segmento da rede fixa, as receitas de retalho aumentaram 0,9% no 1S11 face ao 1S10, impulsionadas pelo desempenho do segmento residencial (+7,0% no 1S11 face ao 1S10), que beneficiou do crescimento sólido e sustentado das ofertas double-play e triple-play do Meo. As receitas da rede fixa, ajustadas pelo efeito de um contrato com a administração pública relativo à oferta de banga larga nas escolas (15 milhões de euros) e pela diminuição do negócio de listas telefónicas (11 milhões de euros), diminuíram 2,8% no 1S11 face ao 1S10 (-1,1% no 2T11 face ao 2T10), impactadas por menores receitas de wholesale (17 milhões de euros). O desempenho das receitas da TMN foi impactado por: (1) menores receitas de clientes (50 milhões de euros), em resultado das condições económicas, incluindo o aumento da taxa do IVA em 3pp, e do aumento da popularidade dos planos tribais, em particular aqueles que não exigem mensalidade obrigatória mas apenas com carregamento obrigatório; (2) menores receitas de interligação (22 milhões de euros), devido a menores MTRs, e (3) menores vendas de equipamentos (8 milhões de euros). As receitas da TMN no 2T11 registaram uma melhoria sequencial face à evolução ocorrida no 1T11: -10,7% no 2T11 face ao 2T10, comparando com -12,4% no 1T11. No 1S11, as receitas não voz dos negócios em Portugal representavam 46,0% das receitas de serviço, um crescimento de 4,0pp face ao 1S10. Esta evolução positiva no mix das receitas da PT torna o desempenho mais resiliente e previsível e foi atingido devido ao aumento da penetração dos serviços de dados e vídeo em todos os segmentos, no seguimento dos investimentos significativos em fibra e em tecnologia de ponta.

Demonstração dos resultados • operações portuguesas <sup>(1)</sup>				Milhões de euros		
	2T11	2T10	Δ10/11	1S11	1S10	Δ10/11
<b>Receitas operacionais</b>	<b>738,5</b>	<b>798,0</b>	<b>(7,5%)</b>	<b>1.473,5</b>	<b>1.595,2</b>	<b>(7,6%)</b>
Rede fixa	461,2	482,8	(4,5%)	917,4	971,0	(5,5%)
Móvel • TMN	306,7	343,6	(10,7%)	609,7	689,5	(11,6%)
Outros e eliminações	(29,4)	(28,4)	3,5%	(53,6)	(65,3)	(17,9%)
<b>EBITDA <sup>(2)</sup></b>	<b>332,3</b>	<b>347,3</b>	<b>(4,3%)</b>	<b>662,9</b>	<b>698,8</b>	<b>(5,1%)</b>
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	12,8	17,8	(28,4%)	24,8	35,6	(30,4%)
Amortizações	180,3	162,2	11,1%	359,4	321,9	11,6%
<b>Resultado operacional <sup>(3)</sup></b>	<b>139,2</b>	<b>167,2</b>	<b>(16,7%)</b>	<b>278,7</b>	<b>341,2</b>	<b>(18,3%)</b>
Margem EBITDA	45,0%	43,5%	1,5pp	45,0%	43,8%	1,2pp

(1) As operações domésticas incluem o segmento de rede fixa, a TMN, a PT Inovação, a PT SI, a PT Pro, a PT Contact e a PT Sales. (2) EBITDA = resultado operacional + custos com benefícios de reforma + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

No 1S11, o EBITDA dos negócios em Portugal diminuiu 5,1% face ao 1S10 para 663 milhões de euros. A margem EBITDA aumentou 1,2pp face ao 1S10 para 45,0%. As despesas operacionais em Portugal, excluindo PRBs e amortizações, diminuíram 8,9% face ao 1S10, refletindo: (1) o facto da base de clientes dos serviços de TV por subscrição ter atingido massa crítica, o que leva a uma redução dos custos de programação por cliente no segmento de rede fixa; (2) o desenvolvimento do serviço de fibra ótica, o qual permite maior qualidade de serviço,

## 02 Análise operacional

gerando menores custos no serviço de apoio ao cliente e na manutenção de rede; (3) a implementação de novas iniciativas, em particular no atendimento ao cliente e nos técnicos de field force, beneficiando da convergência fixo-móvel, e (4) medidas adicionais tomadas em antecipação a fracos indicadores macro, refletindo o forte enfoque da PT no controlo de custos. No 1S11, o EBITDA no segmento de rede fixa aumentou 0,4% face ao 1S10 e 1,1% no 2T11 face ao 2T10, beneficiando do facto da base de clientes do serviço de TV por subscrição ter atingido massa crítica, confirmando assim o sucesso do Meo enquanto fator chave na inversão da tendência do negócio da rede fixa. Este sólido desempenho do EBITDA no segmento da rede fixa foi atingido num contexto de menor contribuição do negócio de listas telefónicas para as receitas e para o EBITDA, que decresceram nos montantes de 11 milhões de euros e 3 milhões de euros, respetivamente. O EBITDA da TMN diminuiu 11,5% face ao 1S10, enquanto a margem EBITDA se manteve estável face ao mesmo período do ano anterior em 47,2%.

### Rede fixa

Dados operacionais • rede fixa						
	2T11	2T10	Δ10/11	1S11	1S10	Δ10/11
Acessos ('000)	4.963	4.734	4,8%	4.963	4.734	4,8%
Acessos de retalho	4.632	4.345	6,6%	4.632	4.345	6,6%
PSTN/RDIS	2.672	2.710	(1,4%)	2.672	2.710	(1,4%)
Linhas geradoras de tráfego	2.593	2.599	(0,2%)	2.593	2.599	(0,2%)
Pré-seleção	79	111	(28,3%)	79	111	(28,3%)
Banda larga fixa de retalho	1.040	933	11,5%	1.040	933	11,5%
Clientes de TV	919	702	30,9%	919	702	30,9%
Acessos de wholesale	331	389	(14,8%)	331	389	(14,8%)
Lacetes locais desagregados	220	273	(19,3%)	220	273	(19,3%)
Acessos ORLA	60	64	(5,0%)	60	64	(5,0%)
Banda larga fixa wholesale	51	53	(3,3%)	51	53	(3,3%)
Adições líquidas ('000)	42	60	(30,8%)	81	147	(44,9%)
Acessos de retalho	54	66	(19,0%)	105	156	(32,3%)
PSTN/RDIS	(11)	(22)	51,3%	(23)	(36)	36,7%
Linhas geradoras de tráfego	(4)	(11)	67,2%	(7)	(13)	45,6%
Pré-seleção	(7)	(11)	34,9%	(16)	(23)	31,5%
Banda larga fixa de retalho	21	32	(34,5%)	39	71	(44,7%)
Clientes de TV	44	57	(23,0%)	89	122	(26,4%)
Acessos de wholesale	(12)	(6)	(98,9%)	(24)	(9)	(179,9%)
Lacetes locais desagregados	(10)	(6)	(81,8%)	(22)	(8)	(180,9%)
Acessos ORLA	(1)	(0)	(216,6%)	(2)	0	n.s.
Banda larga fixa wholesale	(0)	0	(285,6%)	(1)	(1)	8,2%
RGU de retalho por acesso <sup>(1)</sup>	1,73	1,60	8,1%	1,73	1,60	8,1%
ARPU (euros)	29,9	30,1	(0,8%)	30,1	30,2	(0,3%)
Tráfego total (milhões de minutos)	2.619	2.730	(4,1%)	5.257	5.454	(3,6%)
Trabalhadores	6.302	6.574	(4,1%)	6.302	6.574	(4,1%)

(1) Acessos de retalho por acessos PSTN/RDIS

No 1S11, as adições líquidas de retalho atingiram 105 mil, em resultado do crescimento do serviço de TV por subscrição, que assegurou 89 mil adições líquidas, elevando o total de clientes de TV por subscrição para 919 mil

## 02 Análise operacional

(+30,9% face ao 1S10). As adições líquidas de banda larga fixa ascenderam a 39 mil no semestre, com a base de clientes a aumentar 11,5% face ao 1S10. As linhas geradoras de tráfego decresceram apenas em 7 mil no 1S11, refletindo também o impacto positivo das ofertas triple-play. Os desligamentos líquidos de linhas de voz foram de 23 mil, o que inclui 16 mil desligamentos líquidos de linhas em pré-seleção, que agora correspondem apenas a 79 mil linhas (3,0% do total das linhas PSTN/RDIS).

A penetração de clientes de TV por subscrição atingiu 35,5% das linhas geradoras de tráfego (+8,4pp face ao 1S10) e 88,4% da base de clientes de banda larga fixa (+13,1pp face ao 1S10), um sólido desempenho considerando que o serviço de TV por subscrição foi lançado, em termos nacionais, em abril de 2008. Em resultado, os clientes de TV por subscrição e de banda larga fixa já representavam 42,3% dos acessos totais de retalho (+4,7pp face ao 1S10), reforçando assim, ainda mais, a migração do modelo de negócio de rede fixa de PT de um operador single-play para um operador triple-play. O sucesso dos serviços de TV por subscrição continua a estar sustentado no sólido desempenho do segmento residencial.

Durante o 1S11, a PT continuou a comercializar o seu serviço de fibra ótica, que tem impulsionado cada vez mais o desempenho da rede fixa, em particular nas áreas urbanas com elevado ARPU e também nas áreas mais competitivas. Os clientes de fibra, no final de junho de 2011, ascendiam a 173 mil, representando já uma taxa de penetração de 22,3% sobre o número médio de casas comercialmente disponíveis com FTTH.

O número de RGUs de retalho por acesso, medido pelo número de acessos de retalho por linhas PSTN/RDIS, continuou a aumentar com a implementação da oferta de TV por subscrição e das ofertas double-play e triple-play, tendo ascendido a 1,73 no 1S11 (+8,1% face ao 1S10), o que compara com 1,60 no 1S10 e 1,44 no 1S09.

Os acessos dos concorrentes, que incluem os acessos de wholesale e em pré-seleção, decresceram 40 mil no 1S11, incluindo a diminuição dos acessos em lacetes locais desagregados (-22 mil) e das linhas em pré-seleção (-16 mil).

No 1S11, a PT lançou novas funcionalidades e ofertas comerciais, de forma a diferenciar significativamente a sua proposta de valor em todos os segmentos, aproveitando a convergência entre TV, PC e telemóvel. Em termos de serviços, a PT continua a disponibilizar ofertas convergentes, que incluem serviços de voz, fixo e móvel, e banda larga, também fixa e móvel, tanto para PCs como para smartphones, para distintos segmentos de clientes. A PT também desenvolve ofertas convergentes para os clientes TMN, Sapo e Meo, entre os quais o Meo Mobile, que oferece 40 canais de TV e permite programação remota através do telemóvel, e o Music Box, um serviço com acesso ilimitado no telemóvel, PC e TV a um catálogo de mais de quatro milhões de músicas. A PT lançou no segundo trimestre uma campanha específica, utilizando as marcas Meo e TMN, na qual oferece um programa de duplicação de pontos para os clientes do Meo e da TMN. Para novos clientes Meo, os clientes TMN beneficiam de um bónus de 5 euros mensal durante 6 meses depois da instalação do serviço. Os outros serviços convergentes, como o Meo Jogos, uma plataforma de aluguer de jogos no PC, continua a estar disponível para clientes Meo. Finalmente, o Meo online é um serviço de valor acrescentado convergente que oferece aos clientes a possibilidade de assistir a canais de TV ao vivo no PC, bem como o acesso ao aluguer VoD e à grelha de programação do Meo. O portal web da PT, Sapo, continuou a ser um importante fator para o desenvolvimento, em estreita colaboração com o Meo e a TMN, de aplicações e serviços, diferenciadores e convergentes, para os segmentos de cliente residencial e pessoal. Estas aplicações e serviços estão disponíveis em várias plataformas e equipamentos, incluindo Android, iPhone and iPad e na plataforma de TV da PT.

## 02 Análise operacional

No segmento de PMEs, a PT oferece, através da marca Office Box, soluções convergentes de serviços de voz e dados ilimitados, ofertas verticais e integradas com software específico relacionado com a natureza do negócio e soluções com preços flexíveis em função do posto de trabalho. No segmento empresarial, a PT continua a oferecer soluções IT one-stop-shop com enfoque no BPO e em soluções de marketing m2m (machine to machine). Estas ofertas são suportadas pelo investimento da PT na implementação da rede FTTH e nas soluções de cloud computing, que permitem ofertas de serviços com base em cloud em parceria com vendedores de software e hardware.

No 1S11, as receitas operacionais da rede fixa diminuíram 5,5% face ao 1S10 (54 milhões de euros), para 917 milhões de euros. Ajustando pelo efeito de um contrato com a administração pública relativo à oferta de banda larga nas escolas (15 milhões de euros) e pela diminuição do negócio de listas telefónicas (11 milhões de euros), as receitas da rede fixa teriam diminuído 2,8% no 1S11 face ao 1S10 (-1,1% no 2T11 face ao 2T10), impactadas por um decréscimo das receitas de wholesale (17 milhões de euros). A tendência das receitas da rede fixa demonstra no 2T11 uma clara melhoria sequencial, já que as receitas do 1T11, ajustadas pelos efeitos referidos, diminuiriam 4,8% face ao 1T10.

Demonstração dos resultados • rede fixa <sup>(1)</sup>				Milhões de euros		
	2T11	2T10	Δ10/11	1S11	1S10	Δ10/11
<b>Receitas operacionais</b>	<b>461,2</b>	<b>482,8</b>	<b>(4,5%)</b>	<b>917,4</b>	<b>971,0</b>	<b>(5,5%)</b>
Retalho	242,7	240,5	0,9%	488,5	484,1	0,9%
Serviços a operadores (wholesale)	115,1	121,7	(5,5%)	224,7	241,4	(6,9%)
Dados e soluções empresariais	68,0	75,1	(9,4%)	135,7	152,3	(10,9%)
Outras receitas de rede fixa	35,4	45,5	(22,2%)	68,5	93,1	(26,5%)
<b>Custos operacionais <sup>(2)</sup></b>	<b>271,4</b>	<b>295,1</b>	<b>(8,0%)</b>	<b>539,5</b>	<b>594,7</b>	<b>(9,3%)</b>
Custos com pessoal	51,7	55,5	(6,9%)	103,3	113,9	(9,3%)
Custos diretos dos serviços prestados	96,1	113,9	(15,7%)	198,3	220,5	(10,0%)
Custos comerciais	29,2	32,4	(9,9%)	51,7	60,4	(14,5%)
Outros custos operacionais	94,5	93,2	1,3%	186,2	199,9	(6,9%)
<b>EBITDA <sup>(3)</sup></b>	<b>189,8</b>	<b>187,7</b>	<b>1,1%</b>	<b>377,9</b>	<b>376,3</b>	<b>0,4%</b>
Custos com benefícios de reforma	12,7	17,8	(28,5%)	24,7	35,6	(30,5%)
Amortizações	126,5	110,1	15,0%	250,3	216,0	15,9%
<b>Resultado operacional <sup>(4)</sup></b>	<b>50,5</b>	<b>59,9</b>	<b>(15,6%)</b>	<b>102,8</b>	<b>124,7</b>	<b>(17,6%)</b>
Margem EBITDA	41,1%	38,9%	2,3pp	41,2%	38,8%	2,4pp
Capex	111,6	99,7	12,0%	194,0	212,1	(8,5%)
Capex em % das receitas operacionais	24,2%	20,6%	3,6pp	21,2%	21,8%	(0,7pp)
EBITDA menos Capex	78,2	88,1	(11,3%)	183,8	164,2	11,9%

(1) Inclui transações intragrupo. (2) Custos operacionais = despesas com pessoal + custos diretos + custos comerciais + outros custos operacionais. (3) EBITDA = resultado operacional + custos com benefícios de reforma + amortizações. (4) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado.

No 1S11, as receitas de retalho aumentaram 0,9% face ao 1S10, para 488 milhões de euros, impulsionadas pelo forte e contínuo desempenho das ofertas triple-play do Meo (voz, dados e TV por subscrição), consolidando assim a inversão da tendência no negócio de rede fixa. Este desempenho das receitas de retalho foi alcançado através do crescimento contínuo do serviço de TV por subscrição (+89 mil de adições líquidas) no semestre, de banda larga fixa (+39 mil adições líquidas) e da manutenção das linhas geradoras de tráfego. A PT oferece serviços double-play

## 02 Análise operacional

e triple-play atrativos e diferenciadores, que estão a atenuar o declínio das receitas de tráfego internacional, num ambiente de forte concorrência e das receitas fixo-móvel, à medida que o tráfego de voz se tende a tornar mais tráfego on-net. Em resultado do sólido desempenho do Meo, as receitas de retalho do segmento residencial aumentaram 7,0% no 1S11 face ao 1S10, refletindo os benefícios da alteração do modelo de negócio da PT para o setor residencial de ofertas single-play para ofertas triple-play.

As receitas de wholesale decresceram 6,9% no 1S11 face ao 1S10, para 225 milhões de euros, impactadas pelo decréscimo nas receitas de circuitos alugados (-6,1% face ao 1S10), nas receitas de tráfego (-5,2% face ao 1S10), e nas outras receitas, incluindo uma diminuição no semestre das receitas de lacetes locais desagregados, de linhas de assinatura de wholesale e de linhas wholesale ADSL (5 milhões de euros), explicada pelos investimentos dos outros operadores nas suas redes.

As receitas de dados e de soluções empresariais decresceram 10,9% no 1S11 face ao 1S10 e 9,4% no 2T11 face ao 2T10, em resultado da redução de alguns projetos estruturais com a administração pública (9 milhões de euros), relativos à instalação de equipamentos e serviços. Excluindo estes efeitos, as receitas de dados e soluções empresariais teriam aumentado 1,9% no 2T11 face ao 2T10, com as receitas de gestão de redes, outsourcing e TI a crescerem (+22,5% face ao 2T10).

As outras receitas diminuíram 26,5% no 1S11 face ao 1S10 (69 milhões de euros), principalmente em resultado da diminuição de 31,5% do negócio de listas telefónicas (11 milhões de euros), refletindo a tendência histórica de perda neste negócio, e da redução de 29,2% nas vendas de equipamentos (6 milhões de euros). Esta diminuição na venda de equipamentos está relacionada, maioritariamente, com o projeto da administração pública referido anteriormente.

No 1S11, as receitas não voz da rede fixa representavam 55,4% das receitas de serviço, tendo aumentado 3,3pp face ao 1S10, num contexto de crescimento sustentado da TV por subscrição e contínuos investimentos na rede fibra fibra e nas novas tecnologias.

No 1S11, o EBITDA aumentou 0,4% face ao 1S10, para 378 milhões de euros, beneficiando do enfoque na redução de custos e do facto da base de clientes de TV por subscrição ter atingido massa crítica. Este desempenho assinala uma melhoria robusta e sustentada (1,1% no 2T11, -0,2% no 1T11, -5,3% no 4T10, -5,9% no 3T10, -6,4% no 2T10 e -9,4% no 1T10, face aos mesmos períodos dos anos anteriores) e representa o melhor desempenho dos últimos dezanove trimestres, não obstante o investimento na divulgação do serviço de TV por subscrição e das ofertas triple-play, a pressão nos preços nos segmentos PME/SOHO e empresarial, bem como menores receitas de wholesale. Este sólido desempenho do EBITDA no segmento da rede fixa foi atingido num cenário de menor contribuição para as receitas e para o EBITDA do negócio de listas telefónicas, que decresceram 11 milhões de euros e 3 milhões de euros, respetivamente.

No 1S11, as despesas operacionais, excluindo amortizações e PRBs, decresceram 9,3% face ao 1S10 (55 milhões de euros). Os custos de programação por cliente diminuíram 19% no 1S11 face ao 1S10. No 1S11, os custos com serviços de suporte diminuíram 10,3% face ao mesmo período do ano anterior, para 65 milhões de euros, suportados por uma forte diminuição nos custos de apoio ao cliente, que beneficiaram do lançamento de uma plataforma convergente de selfcare, premiada por vários organismos nacionais e internacionais. Este desempenho

## 02 Análise operacional

favorável é o resultado do contínuo enfoque na melhoria da rentabilidade do negócio e das vantagens decorrentes da implementação da rede FTTH, que é mais robusta que as redes históricas. No 1S11, as despesas com pessoal decresceram 9,3% face ao 1S10, para 103 milhões de euros. Os custos comerciais, que reduziram 14,5% face ao 1S10, para 52 milhões de euros, refletiram a diminuição dos custos de marketing e publicidade e a rigorosa disciplina nos custos referentes a comissões. A margem EBITDA, que atingiu 41,2% no 1S11, aumentou 2,4pp face ao 1S10, confirmando claramente a melhoria sustentada na tendência histórica no seguimento do lançamento das ofertas triple-play e do serviço de TV por subscrição e do contínuo enfoque no controlo de custos.

O capex diminuiu de 212 milhões de euros no 1S10 para 194 milhões de euros no 1S11 (-8,5% face ao 1S10), explicado pelos contínuos esforços na implementação de tecnologias de futuro, nomeadamente FTTH. No 2T11, o capex de cliente, no segmento de rede fixa, decresceu 23% face ao 2T10, como resultado de: (1) menor número de set-top-boxes em clientes de fibra quando comparado com clientes ADSL; (2) diminuição dos custos unitários das set-top-boxes, equipamentos terminais óticos e home gateways, e (3) taxas mais elevadas de reutilização de set-top-boxes.

No 1S11, o EBITDA menos capex aumentou 11,9% face ao 1S10, para 184 milhões de euros, refletindo uma melhoria clara na tendência de receitas e EBITDA e o forte enfoque na geração de cash flow.

### Móvel

No 1S11, o total de clientes da TMN aumentou 0,9% face ao 1S10, para 7.334 mil, impulsionado pelos clientes de banda larga móvel, com adições líquidas de 28 mil clientes de pós-pago e diminuições líquidas de 113 mil clientes de pré-pago. Apesar da popularidade dos planos tribais em trimestres anteriores, os novos planos de preços lançados para o segmento pessoal, com a marca “e nunca mais acaba” e “TMN unlimited” estão a ganhar dinâmica. No 1S11, os clientes de pós-pago aumentaram 3,3% face ao 1S10 e representavam 31,6% da base total de clientes (+0,7pp face ao mesmo período do ano anterior). O crescimento dos clientes de pós-pago foi também conseguido em resultado do contínuo crescimento da penetração de banda larga móvel.

No 1S11, o ARPU de cliente da TMN foi de 11,4 euros (-10,3% face ao 1S10), principalmente em resultado: (1) do aumento da penetração dos serviços de voz e de dados nos segmentos de mercado de menor valor; (2) do aumento da popularidade dos planos tribais direcionados para o segmento jovem, que refletem o aumento da competitividade no mercado, em particular no 2S10 e (3) da pressão nos serviços de voz de pós-pago. O ARPU de interligação diminuiu 30,6% face ao 1S10, com as taxas de terminação a diminuírem sequencialmente de 5,0 cêntimos de euro para 4,5 cêntimos de euro a partir de 24 de fevereiro e de 4,5 cêntimos de euro para 4,0 cêntimos de euro a partir de 24 de maio de 2011, de acordo com a descida de tarifas definida pela ANACOM, o regulador português de telecomunicações. Em resultado, o ARPU da TMN ascendeu a 12,8 euros no 1S11 (-12,8% face ao 1S10).

## 02 Análise operacional

Dados operacionais • móvel <sup>(1)</sup>						
	2T11	2T10	Δ10/11	1S11	1S10	Δ10/11
Clientes ('000)	7.334	7.269	0,9%	7.334	7.269	0,9%
Adições líquidas ('000)	(80)	5	n.s.	(85)	16	n.s.
Tráfego total (milhões de minutos)	2.633	2.625	0,3%	5.221	5.133	1,7%
MOU (minutos)	119	121	(1,2%)	118	118	0,2%
ARPU (euros)	12,9	14,6	(11,9%)	12,8	14,7	(12,8%)
Cliente	11,5	12,7	(9,5%)	11,4	12,7	(10,3%)
Interligação	1,1	1,7	(31,3%)	1,2	1,7	(30,6%)
Dados em % das receitas de serviço (%)	27,8	25,0	2,7pp	27,3	24,2	3,2pp
SARC (euros)	33,2	29,1	14,0%	33,1	27,8	18,8%
Trabalhadores	1.042	1.016	2,6%	1.042	1.016	2,6%

(1) Inclui subscritores MVNO.

Durante o segundo trimestre, a TMN continuou a comercializar os seus novos planos tarifários “e nunca mais acaba” direcionados para clientes pré-pago e “unlimited” direcionados para clientes pós-pago, cujo objetivo é o de simplificar a estrutura de ofertas e aumentar a qualidade percebida da oferta TMN pelo mercado, enquanto, simultaneamente, promove o aumento dos serviços de dados em pacotes de voz. Os planos “e nunca mais acaba”, com preços mensais de retalho que variam entre 10 euros e 25 euros, e os planos “unlimited” entre 15 euros e 100 euros, continuaram a ganhar força comercial no trimestre. Os clientes que migram para estes tarifários têm um impacto positivo no ARPU, refletindo o aumento da utilização de voz e dados. Este sucesso é também comprovado pelo facto de 16% dos clientes que migraram para estes planos serem anteriormente clientes de planos tribais. O sólido desempenho dos planos tarifários “unlimited” é suportado pelo desempenho positivo dos serviços de dados, como demonstra o aumento de 3,2pp no peso dos serviços de dados nas receitas de serviço para 27,3% no 1S11.

No 1S11, as receitas operacionais da TMN ascenderam a 610 milhões de euros, uma diminuição de 11,6% face ao 1S10 (80 milhões de euros), principalmente devido: (1) ao decréscimo de 22 milhões de euros nas receitas de interligação, em resultado do impacto negativo de 15 milhões decorrente de menores MTRs; (2) ao decréscimo de 50 milhões de euros nas receitas de cliente, refletindo principalmente o aumento da taxa do IVA em 3pp face ao 1S10 e a maior penetração dos planos tribais, em particular os que não exigem a mensalidade obrigatória, mas apenas um carregamento obrigatório, e (3) ao decréscimo de 16,9% face ao 1S10 nas vendas de equipamento (8 milhões de euros).

No 1S11, as receitas de cliente ascenderam a 505 milhões de euros, uma diminuição de 9,0% face ao 1S10. As receitas de cliente melhoraram sequencialmente, com um decréscimo de 8,2% no 2T11 face a um decréscimo de 9,7% no 1T11 e 10,2% no 4T10. Esta recuperação deveu-se ao aumento do enfoque comercial da TMN, no seguimento do lançamento dos planos “e nunca mais acaba” em janeiro de 2011. As receitas de dados aumentaram 4,6% no 1S11 face ao 1S10, devido a desempenho sólido dos pacotes de dados “internetnotemóvel”, que continuaram a demonstrar um crescimento forte como resultado do sucesso comercial do “e nunca mais acaba” e ao aumento da penetração de smartphones. No 1S11, as receitas de SMS e dados representavam 27,3% das receitas de serviços (+3,2pp face ao mesmo período do ano anterior). É importante realçar que, não obstante o decréscimo nas receitas de vendas de equipamentos neste semestre em resultado de uma diminuição dos preços médios dos equipamentos, as receitas por equipamento unitário mantiveram-se estáveis face ao 1S10, com o aumento do peso dos smartphones nas vendas.

## 02 Análise operacional

Demonstração dos resultados • móvel <sup>(1)</sup>				Milhões de euros		
	2T11	2T10	Δ10/11	1S11	1S10	Δ10/11
<b>Receitas operacionais</b>	<b>306,7</b>	<b>343,6</b>	<b>(10,7%)</b>	<b>609,7</b>	<b>689,5</b>	<b>(11,6%)</b>
Prestação de serviços	284,1	318,0	(10,7%)	565,6	638,8	(11,5%)
Cliente	253,4	275,9	(8,2%)	505,3	555,1	(9,0%)
Interligação	25,4	36,4	(30,3%)	52,0	73,8	(29,6%)
Roamers	5,3	5,7	(6,0%)	8,3	9,9	(16,7%)
Vendas	20,7	23,2	(10,8%)	38,3	46,1	(16,9%)
Outras receitas operacionais	1,9	2,4	(20,7%)	5,8	4,6	26,4%
<b>Custos operacionais <sup>(2)</sup></b>	<b>162,8</b>	<b>182,5</b>	<b>(10,8%)</b>	<b>321,8</b>	<b>364,3</b>	<b>(11,7%)</b>
Custos com pessoal	11,4	11,8	(3,9%)	22,7	23,7	(4,0%)
Custos diretos dos serviços prestados	54,7	62,8	(12,9%)	105,4	124,6	(15,4%)
Custos comerciais	50,9	47,8	6,5%	96,6	94,0	2,7%
Outros custos operacionais	45,8	60,2	(23,8%)	97,0	122,0	(20,5%)
<b>EBITDA <sup>(3)</sup></b>	<b>143,9</b>	<b>161,1</b>	<b>(10,7%)</b>	<b>287,9</b>	<b>325,2</b>	<b>(11,5%)</b>
Amortizações	51,2	49,5	3,5%	104,0	100,9	3,1%
<b>Resultado operacional <sup>(4)</sup></b>	<b>92,7</b>	<b>111,6</b>	<b>(17,0%)</b>	<b>183,9</b>	<b>224,3</b>	<b>(18,0%)</b>
Margem EBITDA	46,9%	46,9%	0,0pp	47,2%	47,2%	0,1pp
Capex	37,9	29,1	30,3%	56,8	52,6	8,1%
Capex em % das receitas operacionais	12,4%	8,5%	3,9pp	9,3%	7,6%	1,7pp
EBITDA menos Capex	106,0	132,0	(19,7%)	231,1	272,6	(15,2%)

(1) Inclui transações intragrupo. (2) Custos operacionais = despesas com pessoal + custos diretos + custos comerciais + outros custos operacionais. (3) EBITDA = resultado operacional + amortizações. (4) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

Durante o semestre, a TMN continuou focada no rigoroso controlo de custos. No 1S11, o EBITDA atingiu 288 milhões de euros (-11,5% face ao 1S10), diminuindo 37 milhões de euros, face a uma diminuição de 80 milhões de euros nas receitas e de 54 milhões de euros nas receitas líquidas de serviço (receitas de serviço menos custos diretos). Este desempenho é resultado do corte de custos na TMN, dado que as outras despesas operacionais diminuíram 20,5% face ao 1S10, refletindo uma disciplina de custos rigorosa nas áreas de atendimento ao cliente, manutenção de rede e nos custos gerais e administrativos. No 1S11, a margem EBITDA foi de 47,2%, estável quando comparada com o 1S10. As despesas operacionais, excluindo amortizações, decresceram 11,7% no 1S11 face ao 1S10, para 322 milhões de euros, em resultado da disciplina operacional e de controlo de custos: (1) menores custos diretos (-15,4% face ao 1S10, para 105 milhões de euros), devido a menores MTRs e a uma maior proporção do tráfego on-net, não obstante maiores custos com capacidade, que estão associados à oferta de serviços de dados e ao crescimento do tráfego de voz, e (2) redução dos outros custos operacionais (-20,5% face ao 1S10). Os outros custos operacionais beneficiaram de menores custos de manutenção e reparação, o que resulta de uma gestão integrada e mais eficiente das redes fixa e móvel, da otimização da área de serviço ao cliente e de reduções adicionais em custos gerais e administrativos. Os custos comerciais diminuíram 2,7% face ao 1S10, para 97 milhões de euros, devido ao aumento das comissões e dos custos de marketing e publicidade em resultado do investimento no marketing dos novos planos tarifários “e nunca mais acaba” e “all net unlimited” e da forte concorrência em certos segmentos do mercado. Os custos com pessoal decresceram 4,0% face ao 1S10, devido a reestruturações internas em curso.

## 02 Análise operacional

O capex aumentou 8,1% no 1S11 face ao 1S10, para 57 milhões de euros, equivalente a 9,3% das receitas (+1,7pp face ao 1S10). O aumento do capex da TMN é explicado, principalmente, pelos investimentos na troca dos equipamentos 2G por equipamentos LTE (4G) e por investimentos na capacidade das redes 3G e 3,5G existentes, sobretudo nas áreas urbanas. Em resultado destes investimentos, o capex de infraestrutura da TMN aumentou 11% face ao 1S10. Adicionalmente, a TMN tem vindo a reforçar a sua capacidade nas áreas de dados móveis e qualidade de rede, aproveitando a implementação de FTTH já existente para aumentar a qualidade da sua rede móvel e liderar a implementação do 4G no mercado Português. Assim, no mais recente estudo publicado pela Anacom, o regulador português das telecomunicações, a TMN foi reconhecida como o operador português móvel com a melhor cobertura 2G e 3G, tanto nas cidades como nas principais estradas e autoestradas, para os serviços de banda larga móvel.

Em resultado do rigoroso enfoque na geração de cash flow, na rentabilidade e no corte de custos, o EBITDA menos Capex da TMN ascendeu a 231 milhões de euros no 1S11.

### Negócios Internacionais

#### Oi

No 2T11, as unidades geradoras de receita (RGUs) situaram-se em 65.915 mil, um crescimento de 5,4% face 2T10, incluindo: 19.400 mil linhas fixas (-6,5% face ao 2T10); 4.642 mil clientes de banda larga, "Oi Velox", com um crescimento de 7,8% relativo ao mesmo período do ano anterior, 334 mil clientes de TV por subscrição (+26,0% relativamente ao face ao 2T10), e 41.540 mil clientes móveis, que aumentaram 11,6% face ao 2T10.

Em fevereiro de 2011, a Oi reposicionou os seus produtos de rede fixa e continuando a ter uma oferta de serviços integrados, com o objectivo de reforçar a proposta de valor da sua oferta e melhorar a percepção de valor pelos seus clientes. Este reposicionamento inclui: (1) planos que oferecem chamadas de longa distância, bem como chamadas para os clientes móveis Oi; (2) ofertas integradas "Oi Conta Total" e planos alternativos, e (3) o reposicionamento da comunicação da oferta de banda larga "Oi Velox" e dos serviços de TV por subscrição. A Oi continua a investir na convergência de serviços, disponibilizando aos seus clientes "Oi Fixo Mais" e "Oi Fixo Ilimitado", planos que acrescentam valor às chamadas da rede fixa expandindo os seus benefícios com: (1) minutos grátis para chamadas locais fixas; (2) minutos grátis para chamadas nacionais de longa distância com indicativos da Oi (3) minutos grátis para chamadas locais para números Oi móveis, e (4) serviços de chamada digitais. Adicionalmente, a Oi fornece condições comerciais especiais para os clientes "Oi Velox" quando pretendem subscrever estas ofertas, continuando a comercializar as ofertas integradas, "Oi Conta Total", que incluem banda larga e TV por subscrição, direccionadas ao aumento da fidelização dos clientes. Durante o trimestre, a Oi continuou a investir na qualidade do seu serviço de banda larga fixa, que disponibiliza velocidades até 20 Mbps a partir de 39,90 reais por mês, e expandiu o "Oi Velox" para 4.600 cidades no Brasil, cobrindo 153 novas cidades. A Oi aumentou também as velocidades de acesso que fornece aos seus clientes como um meio de diferenciação e reforça dos seus serviços. Como resultado, a média da velocidade de acesso da banda larga fixa situou-se nos 21,3Mbps no final do 2T11, o que compara com 1,91Mbps em março de 2011 e 1,18Mbps em junho de 2010. Como referido acima, os clientes "Oi Velox" atingiram 4.642 mil no final do 2T11 (+7,8% face ao 2T10), incluindo 788

## 02 Análise operacional

mil (17% da base total, comparando com 14% no final de março 2011) com velocidades superiores a 5Mbps e 389 mil com velocidades superiores a 10Mbps (313 mil a 31 de março de 2011). Durante o 2T11, a Oi intensificou a comercialização do seu serviço de TV por subscrição, começando por melhorar os seus canais comerciais e aumentando o número de campanhas nos média. O serviço Oi TV é principalmente direcionado para os clientes de banda larga fixa. Em junho de 2011, a Oi lançou também novas ofertas e promoções direcionadas ao aumento da penetração de planos de TV com canais Telecine. O serviço de TV por subscrição da Oi está disponível em 18 estados. No final do 2T11, os clientes de TV por subscrição atingiram os 334 mil, crescendo 26% face ao 2T10 e 7,4% em relação ao trimestre anterior.

<b>Dados operacionais • Oi</b>			
	<b>2T11</b>	<b>2T10</b>	<b>Δ10/11</b>
<b>Serviços de rede fixa - "Oi Fixo"</b>			
Linhas em Serviço ('000)	19.400	20.759	(6,5%)
Residencial	13.585	14.778	(8,1%)
Comercial	4.989	5.131	(2,8%)
Telefones públicos	825	849	(2,8%)
Planos alternativos ('000)*	13.227	13.252	(0,2%)
Proporção das linhas em serviço (%)	68%	64%	4,4pp
ARPU Fixo (R\$)	51,2	55,2	(7,2%)
<b>Serviços de banda larga - "Oi Velox"</b>			
Subscritores de banda larga ('000)	4.642	4.307	7,8%
Proporção das linhas em serviço (%)	23,7%	20,5%	3,2pp
ARPU banda larga (R\$)	39,3	42,6	(7,7%)
<b>Serviços móveis - "Oi Móvel"</b>			
Subscritores móveis ('000)	41.540	37.226	11,6%
Planos pré-pagos	34.437	31.015	11,0%
Planos pós-pagos	4.786	4.513	6,0%
Oi Control	2.317	1.698	36,5%
Oi Conta Total ('000)	1.452	1.421	2,2%
Quota de mercado Oi (%) - Brasil	19,1%	20,1%	(1,0pp)
Proporção de adições líquidas no Brasil (%)	1,0%	10,2%	(9,2pp)
Taxa de Churn mensal (%)	5,1%	3,4%	1,7pp
CAPU (R\$)	26	31	(16,1%)
ARPU Móvel (R\$)	21,6	22,4	(3,6%)
<b>TV por subscrição - "Oi TV"</b>			
Subscritores de TV ('000)	334	265	26,0%
<b>RGUs ('000)</b>	<b>65.915</b>	<b>62.557</b>	<b>5,4%</b>

No 2T11, os clientes móveis da Oi situaram-se nos 41.540 mil (+11,6% face ao 2T10), com adições líquidas de 68 mil no 2T11 e 4.314 mil nos últimos 12 meses. A base de clientes móveis da Oi já representa 63,0% do total de RGUs. As adições brutas no 2T11 situaram-se nos 6.397 mil, um crescimento de 45,5% face ao mesmo período do ano anterior, um sólido marco que representa o melhor desempenho desde 2008. O nível de churn no período é principalmente explicado pela decisão de adotar conceitos mais restritivos em relação aos clientes inativos, em particular no segmento pré-pago, com o objectivo de minimizar as taxas de espectro e de melhorar a rentabilidade da Oi. Apesar do nível de churn registado no 2T11, a base de clientes móveis da Oi aumentou 11,6% face ao 2T10, em resultado do lançamento de novas ofertas no final de 2010, em particular no segmento pré-pago. Estas novas

## 02 Análise operacional

ofertas permitem bônus diários, que dependem do montante dos carregamentos que podem ser utilizados no envio de SMS off e on-net, em chamadas locais para linhas fixas e Oi móvel em chamadas de longa distância utilizando os códigos de longa distância da Oi para clientes móveis ou fixos. No 2T11, a Oi aumentou os seus requisitos carregamento em algumas regiões, de forma a aumentar a rentabilidade, oferecendo ao mesmo tempo melhores bonus para manter a atratividade das suas ofertas comerciais. Os clientes pré-pagos situaram-se nos 34.437 mil, representando 82,9% da base de clientes móveis da Oi, o que compara com 83,3% no 2T10. Os clientes pós-pagos aumentaram 6,0% no 2T11 face ao 2T10 para 4.786 mil, devido ao forte desempenho em São Paulo, onde os clientes pós-pagos aumentaram 49,3% face ao 2T10. Os clientes "Oi Control" aumentaram 36,5% para 2.317 mil. Os clientes pós-pagos e "Oi Control" já representam 17,1% da base de clientes da Oi, acima dos 16,7% no 2T10.

No 2T11, a Oi simplificou a estrutura da sua oferta de planos pós-pagos, reforçando a sua estratégia de forma a reduzir o churn e lançou uma nova campanha comercial enfocada em estabelecer um valor justo e diferenciador para terminais e serviços, que detalha o valor da voz, dados e terminal. A Oi continuou a disponibilizar um vasto conjunto de planos pós-pagos, com preços desde 48,0 reais por mês e que inclui 10 mil minutos mensais para chamadas locais feitas para qualquer cliente Oi ou de rede fixa para além dos minutos incluídos no pacote subscrito, bem como 200Mb de tráfego de internet para smartphones. A Oi lançou também um novo plano "Oi Conta Total Brasil" com o intuito de reposicionar o plano "Oi Conta Total" já existente. Este plano permite aos subscritores ter chamadas ilimitadas de longa distância a partir da rede da Oi, tanto móvel como fixa, para a rede fixa de qualquer operador no Brasil, através dos prefixos de longa distância da Oi, enquanto oferece serviços "Oi Velox" mais rápidos. No 2T11, a Oi também continuou a inovar através da introdução de novas funcionalidades e promoções para os seus clientes pré-pagos. Desde abril de 2011, a nova oferta para clientes pré-pagos inclui bônus diários que podem chegar aos 900 reais por mês, após um carregamento inicial mínimo, para serem usados em chamadas de longa distância para clientes Oi móvel e fixo, permitindo ao mesmo tempo aos clientes o envio de SMS e acesso à internet. Estas campanhas e iniciativas comerciais pretendem adicionar valor às ofertas pré-pagas da Oi, permitindo melhorar a percepção de valor do cliente e aumentar a popularidade dos dados móveis e dos serviços de valor acrescentado.

No 2T11, a receita bruta consolidada da Oi, reportada pela Oi em conformidade com a regulação Brasileira, nomeadamente com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentada em concordância com os IFRS, decresceu 3,8% face ao 2T10, para 11.099 milhões de reais e aumentou 1,8% comparando com o 1T11. As receitas líquidas consolidadas decresceram 4,0% face ao 2T10 para 7.077 milhões de reais e cresceram 2,1% relativamente ao último trimestre.

## 02 Análise operacional

Receitas consolidadas • Oi	Milhões de reais					
	2T11	2T10	Δ10/11	1S11	1S10	Δ10/11
<b>Rede fixa</b>	<b>7.827</b>	<b>8.543</b>	<b>(8,4%)</b>	<b>15.818</b>	<b>17.244</b>	<b>(8,3%)</b>
Prestação de serviços	2.885	3.245	(11,1%)	5.875	6.484	(9,4%)
Fixo Móvel Local (VC1)	889	991	(10,3%)	1.777	2.010	(11,6%)
Longa Distância FF + SMP	962	1.068	(9,9%)	1.983	2.283	(13,1%)
Fixo Móvel (VC2/3)	254	309	(17,8%)	513	644	(20,3%)
Uso da Rede	255	225	13,3%	485	464	4,5%
Dados	2.173	2.234	(2,7%)	4.323	4.383	(1,4%)
Telefones Públicos	83	136	(39,0%)	203	291	(30,2%)
Serviços Adicionais / Voz Avançada	327	336	(2,7%)	659	683	(3,5%)
<b>Rede móvel</b>	<b>2.973</b>	<b>2.777</b>	<b>7,1%</b>	<b>5.651</b>	<b>5.394</b>	<b>4,8%</b>
Serviços	2.936	2.713	8,2%	5.576	5.274	5,7%
Assinatura	662	632	4,7%	1.249	1.256	(0,6%)
Chamadas Originadas	1.103	1.020	8,1%	2.100	1.968	6,7%
Roaming	28	30	(6,7%)	55	69	(20,3%)
Uso de Rede	667	631	5,7%	1.296	1.242	4,3%
Dados / Valor Adicionado	477	401	19,0%	877	738	18,8%
Material de Revenda	37	64	(42,2%)	75	121	(38,0%)
<b>Outros serviços</b>	<b>298</b>	<b>218</b>	<b>36,7%</b>	<b>528</b>	<b>446</b>	<b>18,4%</b>
<b>Receita Bruta Total</b>	<b>11.099</b>	<b>11.538</b>	<b>(3,8%)</b>	<b>21.998</b>	<b>23.085</b>	<b>(4,7%)</b>
<b>Receita Líquida Total</b>	<b>7.077</b>	<b>7.373</b>	<b>(4,0%)</b>	<b>14.010</b>	<b>14.836</b>	<b>(5,6%)</b>
Rede fixa	4.935	5.407	(8,7%)	9.974	10.940	(8,8%)
Rede móvel	1.972	1.803	9,4%	3.697	3.554	4,0%
Outros serviços	170	163	4,3%	338	342	(1,2%)

A receita bruta da rede fixa da Oi decresceu 8,4% face ao 2T10 para 7.827 milhões de reais. O desempenho das receitas da rede fixa é principalmente, explicado por: (1) menores receitas de serviço de chamadas locais fixo-fixo (11,1% face ao 2T10), devido ao decréscimo das linhas fixas e ao menor tráfego local; (2) menos chamadas fixo-móvel (VC1), que decresceram 10,3% face ao 2T10, devido a uma menor base instalada de linhas fixas e a maiores bónus de tráfego oferecidos pelos operadores móveis; (3) menores receitas de longa distância (FF, SMP, VC2 e VC3) devido a ofertas móveis agressivas que integram chamadas de longa distância no valor de subscrição; (4) maior remuneração da rede fixa (+13,3% face ao 2T10), que beneficiou dos acordos estabelecidos com outras operadoras de telecomunicações; (5) menores receitas de serviço de transmissão de dados (-2,7% face ao 2T10) devido a um menor ARPU, em resultado de uma postura comercial mais agressiva no mercado por, parte da Oi, para poder competir de forma mais eficiente.

As receitas móveis brutas da Oi situaram-se nos 2.973 milhões de reais, aumentando 7,1% face ao 2T10, em resultado da aumento das receitas de taxas de subscrição, de tráfego de saída e de serviços de dados e de valor acrescentado. Este desempenho das receitas é, principalmente, devido a: (1) maiores receitas de subscrição (+4,7% face ao 2T10) suportado pelo aumento da base de clientes pós-pagos e não obstante do impacto negativo líquido de 12 milhões de reais relacionado com o diferimento de prémios e bónus relativos ao programa de fidelidade dos clientes da Oi; (2) aumento das receitas de tráfego (+8,1% face ao 2T10) suportado pelo aumento do número de clientes; (3) utilização da rede, que aumentou 5,7% face ao 2T10, e (4) às receitas de serviços de valor acrescentado, que aumentou 19,0% face ao 2T10, suportadas por uma maior penetração dos serviços 3G e por uma maior

## 02 Análise operacional

popularidade das ofertas SMS. No 2T11, as receitas de dados e serviços de valor acrescentado representavam 16,2% das receitas móveis de serviços, que compara com 14,8% no 2T10.

Demonstração dos resultados • Oi	Milhões de reais					
	2T11	2T10	Δ10/11	1S11	1S10	Δ10/11
<b>Receitas líquidas consolidadas</b>	<b>7.076,7</b>	<b>7.372,7</b>	<b>(4,0%)</b>	<b>14.009,8</b>	<b>14.835,8</b>	<b>(5,6%)</b>
<b>Custos operacionais</b>	<b>4.601,1</b>	<b>4.684,3</b>	<b>(1,8%)</b>	<b>9.548,8</b>	<b>9.610,4</b>	<b>(0,6%)</b>
Custos de serviços prestados	1.410,3	1.521,7	(7,3%)	2.828,6	2.969,3	(4,7%)
Custos de mercadorias vendidas	59,9	34,9	71,5%	100,8	93,7	7,6%
Interligação	1.146,2	1.208,0	(5,1%)	2.331,3	2.561,9	(9,0%)
Despesas de comercialização	1.281,8	1.183,8	8,3%	2.533,5	2.387,5	6,1%
Despesas gerais e administrativas	669,9	488,1	37,2%	1.287,3	1.041,1	23,6%
Outras despesas (receitas) líquidas	33,1	247,7	(86,6%)	467,3	556,9	(16,1%)
<b>EBITDA<sup>(1)</sup></b>	<b>2.475,6</b>	<b>2.688,4</b>	<b>(7,9%)</b>	<b>4.461,0</b>	<b>5.225,3</b>	<b>(14,6%)</b>
Amortizações	1.434,8	1.567,0	(8,4%)	2.891,4	3.089,3	(6,4%)
<b>Resultado operacional<sup>(2)</sup></b>	<b>1.040,8</b>	<b>1.121,4</b>	<b>(7,2%)</b>	<b>1.569,5</b>	<b>2.136,0</b>	<b>(26,5%)</b>
Margem EBITDA	35,0%	36,5%	(1,5pp)	31,8%	35,2%	(3,4pp)

(1) EBITDA = resultado operacional + amortizações. (2) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

O EBITDA, reportado pela Oi, totalizou 2.476 milhões de reais (-7,9% face ao 2T10 e +24,7% face ao 1T11), com margem de 35,0%. O desempenho do EBITDA no 2T11 comparado com o 2T10, reflete principalmente a diminuição das receitas da rede fixa, não obstante a igual diminuição dos custos operacionais (-1,8% face ao 2T10 para 4.601 milhões de reais). O decréscimo do opex da Oi foi, principalmente, impulsionado por: (1) menores receitas de interligação (-5,1% face ao 2T10), como resultado de uma maior proporção de tráfego on-net; (2) menores provisões de cobrança duvidosa (-8,1% relativamente ao mesmo período do ano anterior), que representam 2,0% das receitas brutas no 2T11, menos 0,1pp face ao 2T10, e (3) diminuição das outras receitas líquidas (-46,1% face ao 2T10), beneficiando de menores pagamentos relacionados com as taxas FISTEL e menores provisões para participação nos lucros e não obstante o aumento: (1) das despesas com pessoal (+14,8% face ao 2T10), resultado de um aumento do número de colaboradores nas áreas da qualidade e marketing e de ajustes salariais; (2) custos de marketing (+35,6% face ao 2T10), devido ao aumento dos custos com publicidade, promoções e eventos, devido a uma postura comercial mais agressiva por parte da Oi, e (3) serviços de terceiros (+7,4% face ao 2T10), principalmente devido ao aumento das despesas de venda, tanto em termos de comissões como em termos de contact centre, enfocado no segmento pós-pago móvel, bem como no “Oi Conta Total” e na banda larga fixa. As amortizações decresceram 8,4% relativamente ao mesmo período do ano anterior para 1.435 milhões de reais, principalmente devido à diminuição das amortizações no negócio de rede fixa que beneficiou de ativos já totalmente amortizados. O resultado operacional diminuiu 7,2% face ao 2T10 para 1.041 milhões de reais no 2T11.

## 02 Análise operacional

### Outros ativos internacionais

No 1S11, os ativos internacionais, numa base proforma, aumentaram as suas receitas proporcionais em 14,8% face ao 1S10, para 327 milhões de euros, enquanto o EBITDA diminuiu 4,0% face ao 1S10, para 103 milhões de euros, principalmente devido a um ajuste não recorrente na operação de contact center da PT no Brasil e à desvalorização cambial.

Demonstração de resultados proporcional dos ativos internacionais <sup>(1)</sup>				Milhões de euros		
	2T11	2T10	Δ10/11	1S11	1S10	Δ10/11
<b>Receitas operacionais</b>	<b>163,3</b>	<b>155,7</b>	<b>4,9%</b>	<b>326,5</b>	<b>284,5</b>	<b>14,8%</b>
<b>EBITDA <sup>(2)</sup></b>	<b>49,7</b>	<b>56,0</b>	<b>(11,3%)</b>	<b>102,5</b>	<b>106,8</b>	<b>(4,0%)</b>
Amortizações	14,7	14,3	2,8%	30,1	26,9	11,7%
<b>Resultado operacional <sup>(3)</sup></b>	<b>35,0</b>	<b>41,7</b>	<b>(16,1%)</b>	<b>72,5</b>	<b>79,8</b>	<b>(9,2%)</b>
Margem EBITDA	30,4%	36,0%	(5,5pp)	31,4%	37,5%	(6,1pp)

(1) Consolidação pro-forma dos ativos internacionais considerando as participações detidas pela PT. (2) EBITDA = resultado operacional + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos do programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

Dest. dos princ. ativos em África e na Ásia (1S11) <sup>(1)</sup>				Milhões (financeiros)				
	Posição	Rec. local	Δ10/11	EBITDA local	Δ10/11	Margem	Rec. euro	EBITDA euro
Unitel, Angola <sup>(2) (4)</sup>	25,00%	828	15,5%	460	6,5%	55,6%	590	328
MTC, Namíbia <sup>(3) (4)</sup>	34,00%	728	4,7%	385	3,3%	52,9%	75	40
CVT, Cabo Verde <sup>(3) (4)</sup>	40,00%	4.207	5,9%	2.099	5,2%	49,9%	38	19
CTM, Macau <sup>(2)</sup>	28,00%	1.951	47,2%	680	16,0%	34,9%	174	61
CST, S.Tomé e Príncipe <sup>(3) (4)</sup>	51,00%	157.890	7,8%	41.071	1,4%	26,0%	6	2
Timor Telecom, Timor-Leste <sup>(3)</sup>	41,12%	31	19,2%	17	16,6%	54,1%	22	12

(1) Referente a 100% das empresas. A PT tem contratos de gestão na CVT, CST e Timor Telecom. (2) Método de equivalência patrimonial. (3) Método de consolidação integral. (4) Estas participações são detidas pela Africatel, a qual é controlada em 75% pela PT.

No 1S11, as receitas e o EBITDA da Unitel, em kwanzas angolanos, aumentaram 18,2% e 9,8% face ao 1S10, respetivamente, e em dólares aumentaram 15,5% e 6,5%, para 827,6 milhões de dólares e 460,3 milhões de dólares, respetivamente. No 1S11, a Unitel continuou a expandir a sua atividade, tanto em Luanda como noutras regiões do país, tendo lançado diversas campanhas para promover a utilização dos serviços de voz, dados e roaming.

No 1S11, as receitas e o EBITDA da MTC aumentaram 4,7% e 3,3% face ao 1S10, atingindo 727,8 milhões de dólares namibianos e 385,1 milhões de dólares namibianos, respetivamente. Este desempenho das receitas foi conseguido num contexto de diminuição significativa das MTRs e de promoções com ofertas agressivas de bónus de tráfego para reforçar a posição competitiva da MTC. Excluindo o impacto de menores MTRs (-45,2% de diminuição média face ao 2T10), as receitas e o EBITDA teriam aumentado 6,9% e 6,0% face ao 2T10, respetivamente. No 1S11, a margem EBITDA foi de 52,9%. As receitas de dados representavam 22,0% das receitas de serviço. No 1S11, a MTC centrou a sua atividade comercial e de marketing: (1) no lançamento de soluções Blackberry para ofertas pós-pagas e pré-pagas, reforçando assim a sua oferta de smartphones; (2) em campanhas para promover a utilização de serviços, e (3) em impulsionar o aumento da base dos clientes de banda larga, sob a marca Netman, com velocidades de download de até 7,2Mbps.

## 02 Análise operacional

No 1S11, as receitas da CVT aumentaram 5,9% face ao 1S10 para 4.206,9 milhões de escudos cabo-verdianos e o EBITDA aumentou 5,2% face ao 1S10 para 2.099,3 milhões de escudos cabo-verdianos. A margem EBITDA foi de 49,9%. No 1S11, as receitas móveis foram impactadas positivamente pelo crescimento das receitas de retalho e de roaming, enquanto as receitas da rede fixa foram impactadas positivamente pelo crescimento da banda larga. No 1S11, a CVT lançou: (1) novas ofertas comerciais para o segmento empresarial, sob a nova marca CVT Negócios; (2) diversas campanhas para estimular a utilização de SMS, e (3) novos canais de TV, para fortalecer a dinâmica do mercado IPTV. Os clientes de banda larga e de IPTV aumentaram significativamente no período, representando 25,1% e 11,1% da base de clientes de rede fixa, respetivamente.

No 1S11, as receitas da CST aumentaram 7,8% face ao 1S10, para 157.890 milhões de dobras são tomenses, e o EBITDA aumentou 1,4% face ao 1S10, para 41.070,5 milhões de dobras são tomenses. A margem EBITDA situou-se em 26,0%. O desempenho do EBITDA foi negativamente impactado por um novo imposto sobre os fornecedores estrangeiros e pelo aumento dos custos comerciais. Excluindo este impacto fiscal, o EBITDA teria aumentado 7,2% face ao 1S10. No 1S11, o serviço móvel em São Tomé e Príncipe atingiu mais de 65% de penetração.

No 1S11, as receitas e o EBITDA da CTM aumentaram 47,2% e 16,0% face ao 1S10, para 1.951,0 milhões de patacas e para 680,3 milhões de patacas, respetivamente. A margem EBITDA foi de 34,9%. O crescimento das receitas foi conseguido em resultado do aumento nas vendas de equipamentos e nos serviços de telecomunicações no segmento empresarial. As receitas de serviço do segmento móvel aumentaram 13,3% face ao 1S10, em resultado do crescimento das receitas de dados e de roaming. As receitas de dados representavam 19,8% das receitas de serviço. No 1S11, a CTM lançou várias campanhas de marketing com o objetivo de aumentar a penetração de smartphones e de banda larga móvel.

No 1S11, as receitas e o EBITDA da Timor Telecom aumentaram 19,2% e 16,6% face ao 1S10, para 31,1 milhões de dólares e para 16,8 milhões de dólares, respetivamente, principalmente em resultado do forte aumento da base de clientes. No final do semestre, a Timor Telecom tinha 537 mil clientes móveis. A margem EBITDA foi de 54,1%. As receitas de dados representavam 16,0% das receitas de serviço do segmento móvel. No 1S11, a Timor Telecom: (1) lançou uma nova campanha de marketing para celebrar o facto de ter atingido 500 mil clientes móveis; (2) melhorou a sua oferta comercial com o lançamento de diversas campanhas para estimular a utilização de voz e de dados, e (3) fortaleceu a sua rede de distribuição.

# 03

## Recursos humanos

Número de trabalhadores e rácios de produtividade				
	1S11	1S10	y.o.y	y.o.y %
Portugal	11.042	11.325	(283)	(2,5%)
Wireline	6.302	6.574	(272)	(4,1%)
Móvel • TMN	1.042	1.016	26	2,6%
Outros	3.698	3.735	(37)	(1,0%)
Negócios internacionais	72.577	23.126	49.451	213,8%
Brasil • Oi	7.565	0	n.m.	n.m.
Outros	65.012	23.126	41.886	181,1%
<b>Trabalhadores do Grupo</b>	<b>83.619</b>	<b>34.451</b>	<b>49.168</b>	<b>142,7%</b>
Acessos fixos por trabalhador	788	720	67	9,4%
Cartões móveis por trabalhador	7.038	7.155	(116)	(1,6%)

No final do primeiro semestre de 2011, a PT tinha ao seu serviço 83.619 trabalhadores, dos quais 13,2% nas operações em Portugal. No negócio de rede fixa e no seguimento do programa de redução de efetivos implementado no 4T10, o número total de empregados diminuiu 4,1%, enquanto o rácio de linhas fixas por trabalhador aumentou 9,4% para as 788 linhas, refletindo a gestão integrada dos negócios fixo e móvel e o crescimento da TV e da banda larga fixa.

Na TMN o número total de trabalhadores aumentou 2,6% para 1.042, enquanto o número de cartões por trabalhador diminuiu para 7.038 cartões.

Na sequência do investimento na Oi e na Contax e da sua consolidação proporcional a partir de 1 de Abril de 2011, o número total de trabalhadores nos negócios internacionais, em 30 de junho de 2011, inclui 7.565 trabalhadores da Oi e 43.015 trabalhadores da Contax.

# 04

## Principais eventos

### Eventos do 1º semestre de 2011

#### Remuneração acionista

06.mai.10 | Na Assembleia Geral Anual ocorrida em 6 de Maio de 2011, os acionistas da PT aprovaram a aplicação do resultado líquido do exercício de 2010, no montante de 5.124.694.889, nos seguintes termos:

- > Utilização do montante de 413.661.880 euros para cobertura de resultados transitados negativos;
- > Pagamento aos acionistas, a título de dividendos, para além do montante correspondente ao adiantamento dos lucros do exercício realizado em Dezembro de 2010, de um montante global de 1.165.466.250 euros, correspondendo a 1,30 euros por ação relativamente ao número total de ações emitidas, dividido da seguinte forma: (1) um montante de 582.733.125 euros, correspondendo a 65 cêntimos de euro por ação relativamente ao número total de ações emitidas, respeitante à parte remanescente do dividendo considerado excecional e ainda não pago, e (2) um montante adicional de 582.733.125 euros, correspondendo a 65 cêntimos de euro por ação relativamente ao número total de ações emitidas, a título de dividendo ordinário;
- > Transferência do montante remanescente do resultado líquido do exercício para resultados transitados.

Deste modo, e tomando em consideração o montante correspondente ao adiantamento dos lucros do exercício realizado em Dezembro de 2010, foi aprovado pelos acionistas que o valor total a pagar a título de dividendos relativos ao exercício de 2010 fosse fixado em 2.061.981.750 euros, correspondendo a um dividendo unitário de 2,30 euros por ação.

#### Orgãos Sociais

06.abr.10 | A PT anunciou que, na reunião do seu Conselho de Administração, foram nomeados por cooptação para completar o mandato relativo ao triénio 2009-2011, Pedro Jereissati e Otávio Marques de Azevedo, como membros não executivos deste órgão social, e Alfredo Baptista e Pedro Durão Leitão, como membros executivos deste órgão social. Otávio Marques de Azevedo e Pedro Jereissati são Presidente do Conselho de Administração e Director-Presidente, respetivamente, da Telemar Participações S.A., holding controladora da Oi. Alfredo Baptista e Pedro Durão Leitão são administradores executivos da PT Portugal, sendo quadros da PT desde 1979 e 2000, respetivamente.

A PT anunciou ainda que Zeinal Bava, seu Presidente Executivo, e Shakhaf Wine, seu administrador executivo, foram nomeados pela PT para os cargos de membros do Conselho de Administração da Tele Norte Leste Participações S.A. Adicionalmente, Zeinal Bava e Shakhaf Wine foram nomeados membros do Conselho de Administração da

## 04 Principais eventos

Telemar Participações S.A.. Zeinal Bava irá também ser indicado para assumir a Presidência do Comité de Engenharia e Redes, Tecnologia e Inovação e Oferta de Produto a ser constituído na Oi.

### Transações de dirigentes

**27.abr.11** | A PT informou que a Telemar Norte Leste S.A. ("Telemar"), na qualidade de pessoa estreitamente relacionada com Pedro Jereissati e Otávio Marques de Azevedo, administradores não executivos da PT desde 6 de abril de 2011, porquanto os mesmos desempenham o cargo de administradores da Telemar, lhe comunicou ter adquirido no dia 19 de abril de 2011, em operação fora de mercado regulamentado, 35.860.500 ações da PT, pelo valor unitário de 8,11 euros, podendo este valor ser sujeito a eventuais ajustamentos. Em resultado desta operação a Telemar passou a deter um total de 62.755.860 ações representativas de 7,0% do capital social da PT e correspondentes direitos de voto.

**06.jun.11** | A PT informou que a RS Holding, SGPS, S.A. ("RS Holding"), na qualidade de pessoa estreitamente relacionada com os administradores não executivos da PT Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos e Rafael Luís Mora Funes, porquanto os mesmos desempenham igualmente o cargo de administradores da RS Holding, lhe comunicou que, em 27 de maio de 2011, foram efetuadas transações relativas a ações da PT e a instrumentos financeiros sobre ações da PT pelas sociedades Ongoing – Strategy Investments, SGPS, S.A. ("OSI"), Insight Strategic Investments, SGPS, S.A. ("Insight") e Nivalis Holding BV ("Nivalis"), todas direta ou indiretamente controladas pela RS Holding, na sequência dessas transações, passaram a ser imputáveis à RS Holding os direitos de voto inerentes a 90.111.159 ações ordinárias da PT, representativas de 10,05% do respetivo capital social.

### Dívida

**27.jan.11** | A PT anunciou a emissão com sucesso de uma Eurobond no montante de 600 milhões de Euros, com uma maturidade de 5 anos, através da sua subsidiária detida a 100%, PT International Finance BV. O cupão da emissão foi de 5,625%, com uma margem de 295pb sobre a taxa de mid swap.

**25.mar.11** | A PT assegurou uma nova linha de crédito no montante de 900 milhões de euros, com maturidade em Março de 2014, que foi posteriormente aumentada para 1.200 milhões de euros.

**31.mai.11** | A PT informou que o preço de conversão e o nível de referência do dividendo das Obrigações 750.000.000 euros 4,125% da Portugal Telecom International Finance B.V. com maturidade em 2014 (ISIN XS0309600848, Common code 030960084) e permutáveis em ações da PT foram alterados de acordo com a Condition 6.2 (c)(i) das Obrigações. No seguimento da data de "ex-dividend" da segunda componente do dividendo relativo ao ano fiscal de 2010, no montante de 1,30 euros por ação, e a partir de 31 de Maio de 2011, o preço de conversão é 9,40 euros e o nível de referência do dividendo ("threshold amount") é 0,4659 euros. Assim, cada detentor de uma Obrigação com valor nominal de 50.000 euros terá direito a receber 5.319 ações da Portugal Telecom SGPS, S.A. após o exercício dos Direitos de Conversão, conforme os Termos e Condições das Obrigações.

**03.jun.11** | A S&P anunciou a revisão do rating de crédito atribuído à PT, diminuindo o rating de longo prazo de BBB para BBB-, com outlook negativo, e o rating de curto prazo de A-2 para A-3.

## 04 Principais eventos

07.jul.11 | A Moody's anunciou a revisão do rating de crédito atribuído à PT, diminuindo o rating de longo prazo de Baa2 para Baa3.

### Notícias relacionadas com a Dedic e Contax

10.jan.11 | A PT informou estar em negociações com a CTX Participações S.A. ("CTX"), com a sua subsidiária Contax e com os seus acionistas controladores para definir a estrutura e as condições de uma possível reestruturação societária que resultaria numa eventual integração dos negócios e atividades da Contax e da Dedic e na entrada da PT na estrutura acionista da CTX.

### Grupo Oi

26.jan.11 | A PT informou que assinou, com a Oi e com os seus acionistas controladores, os acordos definitivos de compra e venda, de subscrição e de acionista

28.mar.11 | A PT informou que adquiriu uma posição direta e indireta de 25,28% na Telemar Norte Leste ("TMAR") pelo montante de 8,32 mil milhões de reais. Como anunciado anteriormente, os direitos de governo da sociedade atribuídos à PT permitirão a consolidação proporcional da sua posição direta e indireta de 25,6% na Telemar Participações S.A. ("TmarPart"), que consolida integralmente a TNL e a TMAR. Esta consolidação proporcional ocorreu a partir de 1 de Abril de 2011.

24.mai.11 | A PT anunciou que a Telemar Participações S.A. ("TmarPart") aprovou em reunião prévia de acionistas uma resolução de acordo com a qual o Conselho de Administração da TmarPart e das suas controladas Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL"), Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR"), Coari Participações S.A. ("Coari") e Brasil Telecom S.A. ("BRT"), em conjunto "Grupo Oi" ou "Oi" iniciem os procedimentos, incluindo quaisquer estudos necessários, para levar a cabo uma reorganização societária do Grupo Oi. Esta reestruturação societária tem como objetivo a incorporação conjunta das ações da TMAR pela Coari e da Coari e TNL pela BRT, a empresa cotada que irá concentrar todas as participações acionistas do Grupo Oi e que será a única empresa cotada. A BRT será então renomeada de Oi S.A. e terá apenas duas classes de ações (ON, ações ordinárias, e PN, ações preferenciais), as quais serão transacionadas na Bovespa e na NYSE, através de um programa de ADR. A reestruturação societária é baseada nos seguintes princípios chave: (1) TmarPart, a entidade de controlo do Grupo Oi, irá reter o controlo; (2) toda a estrutura da Oi será simplificada com esta transação, e (3) comités independentes serão estabelecidos em cada empresa cotada para aconselhar os Conselhos de Administração sobre os termos de cada transação.

## 04 Principais eventos

### Eventos subsequentes

#### Assembleia Geral de Acionistas

26.jul.11 | A PT informou que a Assembleia Geral de Acionistas aprovou a alteração dos Estatutos da Sociedade nos termos propostos, tendo deste modo sido eliminados os direitos especiais atribuídos, até à presente data, às 500 ações da categoria A (a denominada "golden share").

#### Dívida

29.jul.11 | A Moody's anunciou que confirmou a notação da PT e a da sua subsidiária PT International Finance B.V. (PTIF) em Baa3 com outlook negativo. Esta ação conclui o processo de revisão de notação iniciado em 7 de junho de 2011.

#### Transações de dirigentes

04.ago.11 | A PT informou que o Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") lhe comunicou que a Avistar, SGPS, S.A. ("Avistar"), sociedade integralmente detida pelo BES, realizou transações sobre ações da PT. A PT foi ainda informada de que a presente obrigação de comunicação resulta do facto de, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, a Avistar ser considerada uma pessoa estreitamente relacionada com o Administrador Não Executivo da PT Amílcar de Moraes Pires, porquanto o mesmo desempenha igualmente o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Avistar. Após estas transações, a 30 de junho de 2011, o BES passou a deter 90.274.180 ações da PT, representativas de 10,07% do respetivo capital social e direitos de voto.

22.ago.11 | A PT foi informada pelo BES acerca de transações adicionais sobre ações da PT realizadas pela Avistar. Contudo, em resultado de tais transações a participação detida pelo BES manteve-se igual à anteriormente existente, correspondendo a 90.274.180 ações da PT, representativas de 10,07% do respetivo capital social e correspondentes direitos de voto.

# 05

## Principais riscos e incertezas

A gestão de riscos de negócio assume cada vez maior importância, não só pelo atual contexto de globalização, como pelo elevado dinamismo que caracteriza o meio em que se desenvolvem as atividades das várias áreas de negócio do Grupo PT. Nesse sentido, a gestão de riscos pretende assegurar a mitigação dos fatores de risco que possam ter um eventual impacto ao nível da empresa e dos seus *stakeholders*, possibilitando adicionalmente identificar oportunidades de melhoria ou de negócio.

Tendo por base este compromisso, o Grupo PT tem alargado o âmbito do trabalho, investindo num Sistema de Gestão de Riscos estruturado que permita efetuar uma identificação dos riscos estratégicos e operacionais, implementar e adequar os controlos que permitam a redução, para um nível aceitável, dos riscos incorridos. Assim, o Grupo PT criou uma equipa corporativa cuja missão é realizar uma avaliação contínua aos processos de gestão de risco instituídos, através de padrões internacionais e das melhores práticas, como a metodologia COSO II, de forma a monitorizar e melhorar os processos de gestão de riscos. Esta abordagem assenta na identificação e análise de *key value drivers* e fatores de incerteza que possam afetar a geração de valor e o cumprimento do plano e objetivos estratégicos.

Foram definidas as seguintes componentes na implementação do processo de gestão de riscos:

- > Dicionário de Riscos, que assegura a descrição de uma linguagem de risco comum, a utilizar internamente e nas várias divulgações efetuadas ao mercado sobre esta matéria;
- > Metodologia de Gestão de Riscos que formaliza os processos e procedimentos de identificação, análise, mitigação e reporte de riscos relevantes;
- > Repositório Centralizado de toda a informação associada a cada risco relevante, simplificando a análise de correlação entre os vários fatores de riscos registados, bem como a hierarquização da resposta e a identificação de sinergias entre as várias ações de mitigação dos riscos.

A gestão de riscos é promovida pela Comissão Executiva com o apoio direto das equipas de gestão dos vários negócios, a nível nacional e internacional, permitindo assegurar a identificação e priorização prévia de riscos críticos, com base na probabilidade de ocorrência, nível de controlo associado e capacidade de reação em situações de crise, velocidade a que o risco ou evento se poderá materializar, e desenvolvendo estratégias de gestão de risco, com vista à implementação dos controlos considerados adequados e que assegurem a manutenção do risco a um nível aceitável. Os processos de gestão de riscos melhoram a qualidade da informação de suporte ao processo de tomada de decisões e alerta a Gestão relativamente à ocorrência ou identificação de novos riscos críticos. Importa igualmente referir que todo o processo é acompanhado e supervisionado pela Comissão de Auditoria, órgão de fiscalização autónomo composto por membros não executivos do Conselho de Administração.

Como um grupo económico que desenvolve a sua atividade em diversas áreas de negócio, a PT está exposta a vários riscos, sendo os principais fatores de risco:

## 05 Principais riscos e incertezas

**Regulação:** O Grupo PT está sujeito ao risco de ocorrerem alterações regulatórias ou ações das entidades reguladoras nacionais, internacionais ou comunitárias que possam originar pressões competitivas crescentes e afetar a sua capacidade para conduzir eficazmente o seu negócio. Informação adicional sobre esta matéria pode ser encontrada nas notas às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2011.

**Concorrência:** Existe a possibilidade de ocorrer uma redução das receitas do Grupo PT em virtude do aumento da concorrência por parte de outros operadores ou novos protagonistas no mercado, nomeadamente através de (i) desenvolvimento de novos produtos e serviços; (ii) políticas de marketing e vendas agressivas; (iii) introdução de melhorias na qualidade dos produtos ou serviços; (iv) aumento da produtividade e redução de custos; e (v) reconfiguração da cadeia de valor do ponto de vista do cliente.

**Evolução tecnológica:** Face ao histórico de mudanças tecnológicas rápidas, o Grupo PT está sujeito ao risco de não alavancar os avanços e desenvolvimentos tecnológicos no seu modelo de negócio, com vista à obtenção ou manutenção de vantagens competitivas. A PT criou um programa transversal a toda a organização, e desenvolveu metodologias e processos específicos no sentido de identificar tendências futuras, antecipar oportunidades de negócio de forma sistemática em todas as vertentes da empresa, envolvendo os especialistas internos no processo de inovação de novos produtos e serviços, desenvolvimento de conceitos de negócio e eficiência operacional.

**Envolvente económica:** A crise financeira internacional poderá conduzir a uma recessão prolongada ao nível da economia portuguesa e mundial, o que poderá ter um impacto ao nível da procura de produtos e serviços, e consequentemente ao nível da performance operacional e financeira do Grupo PT. Nesse sentido, a gestão monitoriza de forma contínua os impactos ao nível da performance operacional e financeira da Sociedade.

**Mercados financeiros:** Eventos recentes aumentaram a incerteza e volatilidade dos mercados financeiros. Os prémios de riscos nos mercados em geral aumentaram significativamente. Nesse sentido, as condições atuais dos mercados financeiros poderão impactar negativamente na capacidade de acesso ao capital que o Grupo PT necessita para suportar o seu crescimento, as suas estratégias, e gerar retornos financeiros futuros. A gestão do risco de mercados financeiros é assegurada pela Direção de Finanças Corporativa. A Portugal Telecom contrata um conjunto de instrumentos financeiros derivados, com o intuito de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e câmbio. A contratação de instrumentos financeiros é efetuada após a análise cuidada dos riscos, benefícios inerentes a este tipo de operações e consulta a diversas instituições intervenientes neste mercado. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento permanente da evolução dos mercados financeiros e das posições detidas pela empresa.

**Exposição cambial:** O Grupo PT detém investimentos estratégicos em países estrangeiros cuja moeda funcional não é o euro, nomeadamente o Brasil e alguns países Africanos. Eventuais variações cambiais ocorridas nas moedas desses países face ao euro afetam a conversão dos resultados atribuídos à PT e deste modo os resultados e situação patrimonial do Grupo PT. A PT não tem como política fazer a cobertura do valor do investimento; no entanto, a Comissão Executiva pondera a realização da cobertura do fluxo financeiro de dividendos ou outros rendimentos de capital entre o momento da atribuição e o efetivo recebimento.

**Parcerias estratégicas:** A estratégia de crescimento a nível internacional está assente num conjunto de alianças, joint-ventures e parcerias que afetem de modo positivo a capacidade de competir do Grupo PT. A Comissão Executiva e as restantes empresas participadas têm assumido um papel central na gestão deste risco, potenciando as oportunidades existentes.

## 05 Principais riscos e incertezas

**Capacidade da Infraestrutura:** A capacidade e disponibilidade das infraestruturas de rede são aspetos fundamentais para que o Grupo PT assegure a continuidade das operações críticas em termos de prestação de serviço ao cliente dentro de parâmetros de qualidade elevados, com vista não só à satisfação dos seus clientes, como também ao cumprimento de requisitos regulatórios. Nesse sentido, o Grupo PT tem dado bastante ênfase à gestão deste risco não só ao nível da disponibilidade da infraestrutura, como ao nível do aumento da capacidade da mesma, de modo a suportar novas ofertas de produtos e serviços aos clientes. Adicionalmente, o facto de possuir infraestruturas de rede que se encontram localizadas em domínio público aumenta a exposição do Grupo PT à ocorrência de avarias e incidentes. Neste âmbito são realizadas as seguintes ações de acompanhamento e mitigação dos riscos:

- > Securitização da rede core de telecomunicações;
- > Elaboração de diagnósticos de risco para as várias plataformas tecnológicas, identificando dependências e pontos únicos de falha;
- > Definição de planos de reposição de serviços e reparação de avarias;
- > Implementação de sistemas e processos para assegurar os níveis de QoS (Quality of Service) e QoE (Quality of End user Experience) definidos;
- > Investimento em redes de nova geração e ações de manutenção preventiva;
- > Investimento em sistemas de informação de suporte à atividade das equipas técnicas.

**Ambiental:** A prossecução de uma adequada política ambiental tem sido uma preocupação da Portugal Telecom, de modo a diminuir a exposição da sociedade a danos ambientais que se podem consubstanciar na: (i) responsabilidade para com terceiros por danos materiais causados; (ii) responsabilidade perante governos ou terceiros pelos custos de remoção de resíduos acrescidos de eventuais indemnizações.

Neste âmbito, o Grupo PT tem reforçado os princípios e ações de gestão ambiental, garantindo a certificação dos sistemas associados de acordo com a norma ISO 14001. As políticas e sistemas de gestão ambiental incidem nas seguintes áreas de intervenção: i) Consumos de recursos; ii) Produção e encaminhamento de resíduos; iii) Emissões atmosféricas; iv) Ruído e campos eletromagnéticos; v) Modelo sustentável de seleção e contratação de fornecedores; v) Campanhas de sensibilização e formação.

De realçar, igualmente, que os modelos de gestão são alvo de auditorias periódicas, internas e externas, sendo também efetuada uma avaliação contínua dos impactos e melhorias a implementar.

**Obtenção e Retenção de Talento:** A capacidade do Grupo PT obter e reter talento é um vetor essencial para a prossecução dos seus objetivos estratégicos, sobretudo num contexto competitivo em que a Portugal Telecom atua tanto a nível nacional como internacional. Nesse sentido, a Sociedade tem dado particular atenção à gestão deste risco, a cargo da Direção de Recursos Humanos, que atua:

- > No recrutamento de novos colaboradores com o perfil e conhecimentos convenientes para assegurar as competências estratégicas necessárias ao desenvolvimento presente e futuro do Grupo PT;
- > Na identificação dos elementos-chave do Grupo PT para, depois, implementar estratégias de retenção adequadas aos segmentos que definiu para a sua gestão.

O Sistema de Controlo Interno implementado na PT foi baseado em modelo internacional reconhecido - COSO (Committee of Sponsorship Organizations of the Treadway Commission), fazendo uso dos *layers* estabelecidos

## 05 Principais riscos e incertezas

nesse modelo, nomeadamente: (i) Controlos de alto nível (“Entity Level Controls”); (ii) Controlos de Sistemas de Informação (“IT Level Controls”); e (iii) Controlos ao nível dos processos (“Process Level Controls”). Adicionalmente, e considerando as exigências da SEC, foram identificados os objetivos necessários para assegurar que os processos, sistemas e unidades de negócio com impacto a montante do relato financeiro têm controlos adequados e operacionais.

O Núcleo de Controlo Interno, ao nível da estrutura corporativa tem como responsabilidade por identificar as unidades de negócio e processos sobre os quais se procede ao desenho, implementação de controlos e melhoria de controlos já existentes tendo por base a identificação de riscos financeiros efetuada pelos principais responsáveis do Grupo, os resultados do processo de Gestão de Riscos, a materialidade ao nível do relato financeiro dos processos e, por fim, eventuais requisitos legais.

São desenhados manuais de controlo interno e implementados controlos para as unidades de negócio com maior representatividade no Grupo PT, sendo que para as unidades de menor dimensão e no âmbito da melhoria do ambiente de Controlo Interno e Gestão de Riscos, para além do obrigatório, a PT definiu um conjunto de requisitos mínimos de controlo interno, sobretudo aplicáveis aos negócios internacionais, que serviram como orientação adicional do Grupo na definição de políticas corporativas.

Atualmente, o Grupo PT tem identificado cerca de 238 processos e 2.426 controlos críticos para relato financeiro. Relativamente aos sistemas de informação, o Grupo PT identificou 19 sistemas críticos, entre eles os sistemas de billing, o SAP e o sistema de consolidação.

O Núcleo de Controlo Interno efetua o acompanhamento trimestral das deficiências reportadas e situações detetadas no âmbito das auditorias SOX, quer pelo auditor interno quer pelo externo, para os vários processos, garantindo a definição de planos de ação para mitigação dos riscos detetados e para a resolução dos mesmos.

Adicionalmente, é mantido pela Empresa um Manual de Fraude, cujo objetivo é documentar as fraudes usuais no sector de atividade em que a PT se insere, de forma a permitir uma melhor gestão deste risco específico. Este manual, para além da descrição dos procedimentos de fraude, contém uma identificação dos controlos e dos responsáveis pela sua execução ao nível do Grupo PT, sendo revisto anualmente com base no trabalho realizado pela Auditoria Interna na prossecução da sua atividade, bem como com base em eventuais denúncias e por realização de *benchmarks* com outras empresas do sector.

A Direção de Auditoria Interna é responsável, ao nível da estrutura corporativa, pela avaliação do sistema de controlo interno do Grupo PT e pelos processos existentes para gestão de riscos.

Na elaboração do Plano Anual da Auditoria é utilizada a informação recolhida ao nível do Modelo de Gestão de Riscos, e são conduzidas ao longo do ano auditorias operacionais, de conformidade, financeiras e de sistemas de informação às principais áreas operacionais da Sociedade, quer a nível nacional quer internacional, de modo assegurar os seguintes objetivos:

- > Auditorias Operacionais – avaliação dos procedimentos de gestão dos riscos operacionais e dos mecanismos que garantam eficiência operacional e que tenham impacto relevante na prossecução da estratégia da Sociedade e nos principais vetores de criação de valor (*key value drives*), nas diferentes geografias onde opera;

## 05 Principais riscos e incertezas

- > Auditorias de Conformidade – garantir a conformidade com legislação, normativos e políticas internas que possam afetar materialmente a estratégia da Sociedade;
- > Auditorias Financeiras – assegurar a efetividade dos mecanismos de controlo associados à captura, processamento e divulgação de informação financeira e contabilística. Neste âmbito, são realizadas auditorias, ao abrigo da Lei Sarbanes Oxley, que por requisito deste normativo, obriga à avaliação dos procedimentos de controlo associados à preparação das Demonstrações Financeiras, a qual é objeto de certificação por parte do Auditor Externo;
- > Auditorias de Sistemas de Informação – verificação da efetividade dos controlos que endereçam os riscos associados aos Sistemas de Informação, e que permitam assegurar a segurança, integridade e disponibilidade da informação crítica para o negócio e a recuperação dos sistemas em caso de interrupção das operações.

Para informação adicional sobre controlo interno e gestão de risco, por favor consultar o Relatório de Governo da PT relativo ao exercício de 2010.

# 06

## Participações qualificadas

### Participações qualificadas

Nos termos da alínea c) do nº1 do artigo 9º do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários nº 5/2008, presta-se a seguinte informação quanto às participações qualificadas detidas por acionistas no capital social da PT de que a sociedade foi informada por referência a 30 de junho de 2011 ou a data anterior conforme indicado:

- > A 25 de novembro de 2010, era imputável à Capital Research and Management Company uma participação qualificada equivalente a um total de 90.421.315 ações da PT, representativas de 10,09% do respetivo capital social e direitos de voto.

Já após o final do primeiro semestre de 2011, a 4 de agosto de 2011, a Capital Research and Management Company passou a deter uma participação qualificada de 89.569.399 ações da PT, representativas de 9,99% do respetivo capital social e direitos de voto.

A PT foi informada de que as ações correspondentes a estas participações qualificadas eram detidas por fundos de investimento geridos, com poderes discricionários, pela Capital Research and Management Company, sendo as ações correspondentes à participação qualificada de 89.569.399 ações da PT detidas nos seguintes termos:

<i>Entidades</i>	<i>Nº ações</i>
Capital Income Builder	342.000
Capital International - Global Equity Fund	220.000
Capital International Global Growth and Income	304
EuroPacific Growth Fund	26.045.000
American Funds Fundamental Investors	5.363.997
The Income Fund of America	46.135.276
International Growth and Income Fund	8.334.000
New World Fund, Inc.	615.000
American Funds Insurance Series - Global Balanced Fund	15.660
American Funds Insurance Series - Global Growth and Income Fund	2.298.162
American Funds Insurance Series - New World Fund	200.000
Total	89.569.399

## 06 Participações qualificadas

- > A 2 de junho de 2011, era imputável à RS Holding, SGPS, S.A. ("RS Holding") uma participação qualificada e posição longa de 90.111.159 ações da PT, correspondentes a 10,05% do respetivo capital social e direitos de voto, de acordo com o quadro seguinte:

<i>Entidades</i>	<i>Nº ações</i>
Nivalis Holding BV ("Nivalis")	90.099.969
Nuno Rocha dos Santos Almeida Vasconcellos	11.190
Total	90.111.159

A PT foi informada de que: (i) a Insight Strategic Investments, SGPS, S.A. ("Insight") e a Ongoing – Strategy Investments, SGPS, S.A. ("Ongoing") são as acionistas únicas da Nivalis, detendo, respetivamente, uma participação correspondente a 62,55% e 37,45% dos direitos de voto naquela sociedade; (ii) a Ongoing é a acionista maioritária da Insight; e (iii) a RS Holding é a acionista maioritária da Ongoing. Por outro lado, a Senhora D. Isabel Rocha dos Santos é a acionista maioritária da RS Holding. O acionista Nuno Rocha dos Santos Almeida Vasconcellos é administrador da Insight, da Ongoing e da RS Holding.

- > A 30 de junho de 2011, o Grupo Banco Espírito Santo ("Grupo BES") detinha uma participação qualificada de 90.274.180 ações da PT, correspondente a 10,07% do respetivo capital social e direitos de voto. No quadro seguinte apresenta-se a participação do Grupo BES calculada nos termos do nº1 do artigo 20º do Código de Valores Mobiliários ("CVM"):

<i>Entidades</i>	<i>Nº ações</i>
Banco Espírito Santo, S.A. ("BES")	4.218
Sociedades em relação de domínio ou de grupo com o BES	90.214.747
Membros dos órgãos de administração e fiscalização do BES	55.451
Total	90.274.180

- > A 21 de abril de 2011, era imputável à Telemar Norte Leste SA ("TMAR") uma participação qualificada correspondente a 62.755.860 ações da PT, representativas de 7,00% do respetivo capital social e direitos de voto.

A TMAR é controlada pela Tele Norte Leste Participações S.A., a qual é controlada pela Telemar Participações S.A. Por sua vez, a Telemar Participações S.A. é conjuntamente controlada pelas seguintes entidades: AG Telecom Participações, S.A., L.F. Tel S.A., Luxemburgo Participações S.A., Fundação Atlântico de Seguridade Social, BNDES Participações S.A. - BNDESPar., Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, Fundação dos Económicos Federais - FUNCEF, Fundação Petrobrás de Seguridade Social – PETROS e Bratel Brasil, S.A.

- > A 30 de junho de 2011, o Grupo Caixa Geral de Depósitos ("Grupo CGD") detinha uma participação qualificada correspondente a 55.812.686 ações da PT, representativas de 6,23% do respetivo capital social e

## 06 Participações qualificadas

direitos de voto. No quadro seguinte apresenta-se a participação do Grupo CGD calculada nos termos do artigo 20º do CVM:

<i>Entidades</i>	<i>Nº ações</i>
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	54.811.930
Parcaixa Negociação	33.485
Companhia de Seguros Fidelidade - Mundial, S.A.	596.773
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	17.831
Fundo de Pensões da CGD	352.667
<b>Total</b>	<b>55.812.686</b>

- > A 31 de dezembro de 2010, a Brandes Investment Partners, L.P. detinha, por conta dos seus clientes, um total de 46.953.365 ações da PT (das quais 13.920.222 eram detidas através de American Depositary Receipts, representando cada uma uma ação ordinária, e as restantes 33.033.143 eram ações ordinárias), representativas de 5,24% capital social da PT, estando autorizada a exercer os direitos de voto inerentes a um total de 36.877.613 ações da PT (das quais 9.352.630 ações eram detidas através de ADRs e as restantes 27.524.983 eram ações ordinárias), representando 4,11% do capital social e dos direitos de voto na PT.

- > A 9 de junho de 2011, o Norges Bank detinha uma participação qualificada correspondente a 46.422.026 ações da PT, representativas de 5,18% do respetivo capital social e direitos de voto.

Já após o final do primeiro semestre de 2011, a 19 de agosto de 2011, o Norges Bank passou a deter uma participação qualificada de 41.147.827 ações da PT, representativas de 4,59% do respetivo capital social e direitos de voto.

- > A 3 de dezembro de 2010, o The Income Fund of America, Inc. ("IFA") detinha uma participação qualificada de 45.091.419 ações da PT, representativas de 5,03% do respetivo capital social e direitos de voto.

A PT foi informada de que o IFA conferiu poderes à Capital Research and Management Company para exercer os direitos de voto correspondentes a esta participação qualificada.

Já após o final do primeiro semestre de 2011, a 4 de agosto de 2011, a PT foi informada, por meio da Capital Research and Management Company, de que o IFA passou a deter uma participação qualificada de 46.135.276 ações da PT, representativas de 5,15% do respetivo capital social e direitos de voto.

- > A 31 de dezembro de 2010, era imputável ao Grupo Visabeira SGPS, S.A. ("Grupo Visabeira", empresa detida em 77,85% pelo Senhor Engenheiro Fernando Campos Nunes) uma participação qualificada de 23.642.885 ações da PT, representativas de 2,64% do respetivo capital social e direitos de voto, nos seguintes termos:

## 06 Participações qualificadas

<i>Entidades</i>	<i>Nº ações</i>
Grupo Visabeira	11.523.213
Visabeira Investimentos Financeiros, SGPS, S.A. (empresa detida em 100% pela Visabeira Estudos e Investimentos, S.A., a qual era detida em 100% pela Visabeira Serviços, SGPS, S.A., que por sua vez era detida em 100% pelo Grupo Visabeira)	12.119.672
<b>Total</b>	<b>23.642.885</b>

- > A 30 de junho de 2011, era imputável ao Barclays Plc uma participação de 22.012.731 ações da PT, representativas de 2,46% do respetivo capital social e direitos de voto. No quadro seguinte apresenta-se a participação do Barclays Plc calculada nos termos do artigo 20º do CVM:

<i>Entidades</i>	<i>Nº ações</i>
Barclays Bank Plc	7.282
Barclays Bank Plc - France	1.330
Barclays Merchant Bank (Singapore) Ltd	2.000.000
Barclays Capital Inc	13.000
Barclays Capital Securities Ltd	19.802.059
Barclays Wealth Managers Portugal – SGFIM S.A.	189.060
<b>Total</b>	<b>22.012.731</b>

Após o termo do primeiro semestre de 2011, a 19 de agosto de 2011, o Barclays Plc passou a deter uma posição económica longa correspondente a 21.390.694 ações da PT, representativas de 2,39% do respetivo capital social e correspondentes direitos de voto, nos seguintes termos: (1) Barclays Bank Plc: 5.986 ações ordinárias representativas de 0,001% do capital social e dos direitos de voto correspondentes ao capital social da PT; (2) Barclays Bank Plc – France: 944 ações ordinárias representativas de 0,0001% do capital social e dos direitos de voto correspondentes ao capital social da PT; (3) Barclays Capital Inc: 96.729 ações ordinárias representativas de 0,01% do capital social e dos direitos de voto correspondentes ao capital social da PT; (4) Barclays Capital Securities Ltd: 21.161.095 ações ordinárias (correspondentes a 408.732 ações ordinárias detidas, 16.477.000 ações ordinárias objeto de instrumentos financeiros com liquidação física e 4.275.363 ações ordinárias objeto de instrumentos financeiros com liquidação financeira), representativas de 2,36% do capital social e dos direitos de voto correspondentes ao capital social da PT, e (5) Barclays Wealth Managers Portugal – SGFIM S.A.: 125.940 ações ordinárias representativas de 0,01% do capital social e dos direitos de voto correspondentes ao capital social da PT.

- > A 10 de dezembro de 2009, era imputável ao BlackRock Inc. uma participação qualificada na PT de 21.025.118 ações representativas de 2,35% do capital social e dos respetivos direitos de votos. Adicionalmente, a PT foi informada de que as referidas ações e direitos de voto eram detidos através da BlackRock Investment Management (UK) Limited.

## 06 Participações qualificadas

- > A 3 de fevereiro de 2010, era imputável à Controlinveste International Finance, S.A. uma participação qualificada na PT de 20.419.325 ações, representativas de 2,28% do capital social e dos respetivos direitos de voto.

A PT foi informada de que a Controlinveste International Finance, S.A. era integralmente detida pela Controlinveste International, S.à.r.l., que era detida pela Controlinveste Comunicações, SGPS, S.A. e pela Olivedesportos – Publicidade, Televisão e Media, S.A., sendo a Controlinveste Comunicações, SGPS, S.A. integralmente detida pela Olivedesportos – Publicidade, Televisão e Media, S.A., a qual era, por sua vez, integralmente detida pela Sportinveste, SGPS, S.A. Esta última sociedade era integralmente detida pela Controlinveste, SGPS, S.A., que era, por sua vez, integralmente detida pelo Senhor Joaquim Francisco Alves Ferreira de Oliveira, ao qual continuavam a ser imputáveis, nos termos do nº 1 do artigo 20º do CVM, os direitos de voto correspondentes à referida participação social de 20.419.325 ações da PT representativas de 2,28% do respetivo capital social.

- > A 24 de junho de 2010, a Telefónica, S.A. detinha 18.122.661 ações da PT, representativas de 2,02% do respetivo capital social e direitos de voto. A referida participação qualificada foi comunicada pela Telefónica à PT no dia 23 de junho de 2010, tendo posteriormente a CMVM comunicado ao mercado, no dia 28 de junho de 2010, o projeto de decisão do seu Conselho Diretivo no sentido de entender que os direitos de voto inerentes às ações abrangidas por contratos de equity swap, devem continuar a imputar-se à Telefónica. Até à presente data, não foi divulgada qualquer decisão definitiva pela CMVM, nem a Telefónica comunicou à PT qualquer alteração ou correção relativa àquela participação qualificada.

- > A 11 de outubro de 2010, o Europacific Growth Fund (“EUPAC”) detinha uma participação qualificada na PT de 18.061.608 ações, representativas de 2,01% do respetivo capital social e direitos de voto.

A PT foi informada de que o EUPAC conferiu poderes à Capital Research and Management Company para exercer os direitos de voto correspondentes a esta participação qualificada.

Já após o final do primeiro semestre de 2011, a 4 de agosto de 2011, a PT foi informada, por meio da Capital Research and Management Company, de que o EUPAC passou a deter uma participação qualificada de 26.045.000 ações da PT, representativas de 2,91% do respetivo capital social e direitos de voto.

## 06 Participações qualificadas

- > A 17 de agosto de 2010, era imputável ao UBS AG uma participação qualificada na PT de 17.961.777 ações, representativas de 2,00% do respetivo capital social e direitos de voto, de acordo com o quadro seguinte:

<i>Entidades</i>	<i>Nº ações</i>
UBS AG	4.954.210
UBS AG por conta de diversos dos seus clientes	10.792.509
CCR Asset Management	450.692
UBS Financial Services Inc.	460.158
UBS Fund Management (Switzerland) AG	322.521
UBS Fund Services (Luxembourg) SA	651.415
UBS Global Asset Management (Americas) Inc	1.160
UBS Global Asset Management (Canada) Co	719
UBS Global Asset Management (Deutschland) GmbH	33.517
UBS Global Asset Management (UK) Ltd	150.189
UBS Global Asset Management Life Ltd	139.684
UBS Securities LLC	5.003
Total	17.961.777

### **Participações dos titulares dos órgãos sociais, nos termos do artigo 9º, nº 1, alínea a) do Regulamento da CMVM nº 5/2008**

Nos termos e para os efeitos do artigo 9º, nº 1, alínea a) do Regulamento da CMVM nº 5/2008, presta-se a seguinte informação quanto aos valores mobiliários emitidos pela PT, e por sociedades em relação de domínio ou de grupo com a PT, detidos pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da PT, a 30 de junho de 2011:

#### **Conselho de Administração (incluindo membros da Comissão de Auditoria)**

Henrique Granadeiro é titular de 150 ações da PT.

Zeinal Bava é titular de 63.161 ações da PT.

Luís Pacheco de Melo é titular de 45 ações da PT.

Alfredo José Silva de Oliveira Baptista é titular de 8.193 ações da PT.

Carlos Alves Duarte é titular de 40 ações da PT.

Pedro Humberto Monteiro Durão Leitão é titular de 758 ações da PT.

Manuel Rosa da Siva é titular de 90 ações da PT.

## 06 Participações qualificadas

Shakhaf Wine não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Otávio Marques de Azevedo não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo. Otávio Marques de Azevedo é Presidente do Conselho de Administração da Telemar Participações S.A., holding controladora da Oi, que detém uma participação qualificada correspondente a um total de 62.755.860 ações ordinárias da PT, representativas de 7,00% do capital social e respetivos direitos de voto.

Francisco Manuel Marques Bandeira é titular de 287 ações da PT. O cônjuge é titular de 236 ações da PT. Francisco Manuel Marques Bandeira é membro do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, que detém uma participação qualificada de 55.812.686 ações ordinárias da PT, correspondente a 6,23% do respetivo capital social e direitos de voto.

José Guilherme Xavier de Basto não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

João Manuel de Mello Franco é titular de 12.986 ações da PT. O cônjuge é titular de 322 ações da PT.

Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes é titular de 2.437 ações da PT. Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes é membro do Conselho de Administração do BES, que detém uma participação qualificada de 90.274.180 ações ordinárias da PT, correspondente a 10,07% do respetivo capital social e direitos de voto.

Mário João de Matos Gomes não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Pedro Jereissati não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo. Pedro Jereissati é Diretor-Presidente da Telemar Participações S.A., holding controladora da Oi, que detém uma participação qualificada correspondente a um total de 62.755.860 ações ordinárias da PT, representativas de 7,00% do capital social e respetivos direitos de voto.

Gerald Stephen McGowan não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Rafael Luís Mora Funes não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo, sendo o cônjuge titular de 501 ações da PT. Rafael Luís Mora Funes é membro do Conselho de Administração da RS Holding, SGPS, S.A., que detém uma participação qualificada de 90.111.159, correspondente a 10,05% do capital social e dos direitos de voto.

Maria Helena Nazaré não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires é titular de 2.146 ações da PT. Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires é membro do Conselho de Administração do BES, que detém uma participação qualificada de 90.274.180 ações ordinárias da PT, correspondente a 10,07% do respetivo capital social e direitos de voto.

## 06 Participações qualificadas

Francisco Teixeira Pereira Soares não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Jorge Humberto Correia Tomé não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo. Jorge Humberto Correia Tomé é membro do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, que detém uma participação qualificada de 55.812.686 ações ordinárias da PT, correspondente a 6,23% do respetivo capital social e direitos de voto.

Paulo José Lopes Varela é titular de 7.134 ações da PT. Paulo José Lopes Varela é membro do Conselho de Administração do Grupo Visabeira, que detém uma participação qualificada de 23.642.885 ações ordinárias da PT, correspondente a 2,64% do respetivo capital social e direitos de voto.

Milton Almicar Silva Vargas não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos é titular de 11.190 ações da PT. Nuno de Almeida e Vasconcellos é Presidente do Conselho de Administração da RS Holding, SGPS, S.A., que detém uma participação qualificada de 90.111.159 ações ordinárias da PT, correspondente a 10,05% do respetivo capital social e direitos de voto.

### **Revisor Oficial de Contas**

Pedro Matos Silva, Revisor Oficial de Contas efetivo não é titular de quaisquer valores mobiliários da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

## 06 Participações qualificadas

### Transações sobre ações da PT e instrumentos financeiros com estas relacionados, realizadas por dirigentes da PT e pessoas com eles estreitamente relacionadas

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 248º-B do CVM e no artigo 14º, nº 7 do Regulamento da CMVM nº 5/2008, presta-se a seguinte informação respeitante às transações sobre ações da PT e instrumentos financeiros com elas relacionados realizadas durante primeiro semestre de 2011 por dirigentes da PT e pessoas com estes estreitamente relacionadas:

- > O Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") informou a PT de que a Avistar, SGPS, S.A., sociedade integralmente detida pelo BES, realizou as seguintes transações sobre ações da PT durante o primeiro semestre de 2011:

<i>Data</i>	<i>Transação</i>	<i>Local</i>	<i>N.º de Ações</i>	<i>Preço Médio (€)</i>
27-01-2011	Compra	Mercado Regulamentado	750.000	8,54
20-05-2011	Compra	Mercado Regulamentado	4.000.000	8,72
08-06-2011	Compra	Mercado Regulamentado	250.000	7,32
08-06-2011	Venda	Mercado Regulamentado	4.000.000	7,33
14-06-2011	Compra	Mercado Regulamentado	100.000	7,12

- > Adicionalmente, em 22 de agosto, o BES informou a PT que Avistar, SGPS, SA realizou as seguintes operações sobre ações da PT:

<i>Data</i>	<i>Transações</i>	<i>Local</i>	<i>N.º de Ações</i>	<i>Preço (€)</i>
05-08-2011	Compras	Mercado Regulamentado	455.556	5,71
			100.547	5,70
			46.159	5,69
			44.915	5,68
			51.615	5,67
			58.551	5,66
			425	5,65
			3.500	5,64
			24.095	5,63
			9.500	5,61
			5.000	5,60
			6.025	5,59
			2.613	5,58
			16.422	5,56
			1.500	5,55
08-08-2011	Compras	Mercado Regulamentado	183.265	5,71
			40.398	5,70
			7.921	5,69
			35.000	5,68
			30.007	5,67
			8.471	5,66

## 06 Participações qualificadas

<i>Data</i>	<i>Transações</i>	<i>Local</i>	<i>N.º de Ações</i>	<i>Preço (€)</i>
			21.301	5,65
			5.000	5,64
09-08-2011	Compras	Mercado Regulamentado	4.286	5,65
			33.534	5,60
			7.227	5,59
			5.000	5,58
			25.169	5,57
			25.000	5,56
			42.500	5,55
			10.499	5,54
			25.468	5,53
			88.700	5,52
			1.000	5,51
			88.818	5,50
			5.000	5,49
			2.500	5,47
09-08-2011	Vendas	Mercado Regulamentado	5.000	5,63
			13.248	5,62
			52.106	5,61
			162.931	5,60
			20.158	5,59
09-08-2011	Compras	Fora de Mercado Regulamentado	6.000.000	5,58
10-08-2011	Vendas	Mercado Regulamentado	3.918	5,83
			50.538	5,82
			22.919	5,81
			44.637	5,80
			40.548	5,79
			60.224	5,78
			51.452	5,77
			107.000	5,76
11-08-2011	Vendas	Mercado Regulamentado	78.071	5,75
11-08-2011	Vendas	Mercado Regulamentado	14.679	5,78
12-08-2011	Vendas	Mercado Regulamentado	40.000	5,95
			16.220	5,93
			15.000	5,92
			5.000	5,91
			45.000	5,90
			80.000	5,89
			79.079	5,88
			111.713	5,87
			42.000	5,86
			119.866	5,85
			100.000	5,84
			43.959	5,83
			42.627	5,82
			26.832	5,81
18.000	5,80			
17.000	5,79			
10.092	5,78			
16-08-2011	Vendas	Fora de Mercado Regulamentado	6.000.000	5,57

## 06 Participações qualificadas

A PT foi ainda informada de que a Avistar é uma pessoa estreitamente relacionada com o administrador não executivo da PT Amílcar de Moraes Pires, porquanto o mesmo desempenha igualmente o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Avistar.

- > A RS Holding, SGPS, S.A. ("RS Holding"), na qualidade de pessoa estreitamente relacionada com os administradores não executivos da PT Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos e Rafael Luís Mora Funes, porquanto os mesmos desempenham igualmente o cargo de administradores da RS Holding, informou a PT de que, em 27 de maio de 2011, foram efectuadas as seguintes transações relativas a ações da PT e a instrumentos financeiros sobre ações da PT pelas sociedades Ongoing – Strategy Investments, SGPS, S.A. ("OSI"), Insight Strategic Investments, SGPS, S.A. ("Insight") e Nivalis Holding BV ("Nivalis"), todas direta ou indiretamente controladas pela RS Holding:

<b>Entidade</b>	<b>Natureza</b>	<b>Local</b>	<b>Preço (€)</b>	<b>Volume Ações ordinárias PT</b>
OSI/Nivalis	Entrada em espécie em aumento de capital da Nivalis	Fora de mercado regulamentado	Não aplicável	22.600.000
Insight/Nivalis	Entrada em espécie em aumento de capital da Nivalis	Fora de mercado regulamentado	Não aplicável	37.804.969
Nivalis	Compra	Fora de mercado regulamentado	257.990.160	29.695.000
Nivalis	Equity Swap com liquidação financeira	Fora de mercado regulamentado	Não aplicável	29.695.000

- > A Telemar Norte Leste S.A. ("Telemar"), na qualidade de pessoa estreitamente relacionada com os administradores não executivos da PT Pedro Jereissati e Otávio Marques de Azevedo, porquanto os mesmos desempenham igualmente o cargo de administradores da Telemar, informou a PT da aquisição por si efetuada no dia 19 de abril de 2011, em operação fora de mercado regulamentado, de 35.860.500 ações da PT, pelo valor unitário de 8,11 euros, podendo este valor ser sujeito a eventuais ajustamentos.

# 07

## Perspetivas

A PT continuará a ser uma empresa orientada para o crescimento, com o objectivo de explorar até ao máximo o potencial do seu portfolio de activos, tirando vantagem das oportunidades futuras e existentes no mercado das telecomunicações, multimédia e serviços de TI. A PT pretende continuar a aproveitar as oportunidades de convergência, ao integrar serviços de dados e voz com novos e sofisticados serviços multimédia e de TI.

Após a reestruturação do seu negócio em Portugal em segmentos de clientes, a PT irá continuar a concentrar o seu esforço no desenvolvimento fixo-móvel, produtos convergentes de TI-telecoms e multimédia e ofertas de serviços integrados, com o objectivo de adquirir novos clientes, aumentando o seu share-of-wallet, melhorando a fidelização e diminuindo os custos com retenção de clientes. A PT irá continuar a investir na inovação e na investigação e desenvolvimento com o objectivo de melhorar os seus serviços com novas e diferenciadoras funcionalidades, personalizáveis, com conteúdos feitos à medida para ir de encontro às necessidades do cliente. A PT irá continuar a alavancar nas suas parcerias com fornecedores de maneira a reduzir o time-to-market e a diferenciar, ainda mais, a sua proposta de valor para os seus clientes. A PT irá continuar a investir para desenvolver ainda mais plataformas e redes core mais eficientes, tanto na rede fixa como na rede móvel, com o objectivo de oferecer maior banda aos seus clientes e serviços cloud. Além disso, a PT irá continuar a pautar a sua estrutura de custos pelo aumento de produtividade e engenharia de processos de negócio.

A PT irá continuar a ser um operador geograficamente diversificado, com o objectivo de oferecer aos seus accionistas um perfil com menos risco, reduzida dependência de apenas um mercado e um melhor perfil de crescimento. No Brasil, após a venda da Vivo e a parceria estratégica estabelecida com a Oi, que incluí a aquisição pela PT de uma posição de controlo na Oi, a PT pretende explorar mais o potencial de crescimento dos activos da Oi, alavancando nos registos favoráveis demográficos do Brasil, perspectivas de crescimento económico e aumento do potencial de penetração de serviços de telecomunicações, em particular na banda larga fixa e móvel, na TV, e em alavancar na convergência fixo-móvel. Adicionalmente, a PT pretende também aumentar a sua exposição a mercados Africanos de grande crescimento, retirando vantagem das parcerias que detém, no seu portfólio de activos existente e considerando selectivamente oportunidades de criação de valor. A PT irá continuar a promover a partilha das melhores práticas entre todos os seus activos, com o objectivo de assegurar uma posição competitiva sustentável em todos os mercados, beneficiando da escala em termos de acesso a tecnologia e inovação.

A PT irá continuar a operar num ambiente bastante concorrencial e regulado, que colocará riscos e ameaças aos negócios existentes. A PT irá também continuar as suas operações num contexto de instabilidade económica, tanto a nível Europeu como Mundial, que irá criar desafios e barreiras adicionais ao desenvolvimentos dos seus negócios.

A PT irá continuar a contribuir para o desenvolvimento da sociedade de informação, para promover a info-inclusão de todos os cidadãos dos países onde tem as suas operações. A PT tem, também, o objectivo de ser uma referência em termos de sustentabilidade e irá continuar a investir no desenvolvimento de um modelo de negócio

## 07 Perspetivas

sustentável, implementando políticas e desenvolvendo práticas com o objectivo de respeitar a sociedade e o ambiente no seu todo.

Em linha com a anunciada política de remuneração acionista, a PT irá proporcionar um dos mais atrativos pacotes de remuneração acionista do sector, que pretende aliar a perspetivas de crescimento acima da média, alavancadas no seu portfolio internacional.

# 08

## Declaração de pessoas responsáveis

Para efeitos do disposto no artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Portugal Telecom, SGPS, S.A., abaixo identificados declaram, na qualidade e no âmbito das funções que lhe competem tal como aí referidas, que, tanto quanto é do seu conhecimento e tendo por base a informação a que tiveram acesso no seio do Conselho de Administração e/ou da Comissão Executiva, consoante aplicável, no exercício das suas funções:

- > As demonstrações financeiras relativas ao primeiro semestre de 2011 foram elaboradas nos termos legais, com observância dos elementos mínimos previstos na IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Portugal Telecom, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no respetivo perímetro de consolidação;
- > O relatório de gestão intercalar expõe fielmente, em termos indicativos, os acontecimentos importantes ocorridos no primeiro semestre de 2011 e o seu impacto nas respetivas demonstrações financeiras, contendo uma descrição correta dos principais riscos e incertezas para o segundo semestre deste exercício.

Lisboa, 30 de agosto de 2011

Henrique Granadeiro, Presidente do Conselho de Administração

Zeinal Bava, Presidente da Comissão Executiva

Luís Pacheco de Melo, Administrador executivo

Alfredo José Silva de Oliveira Baptista, Administrador executivo

Carlos Alves Duarte, Administrador executivo

## 08 Declaração de pessoas responsáveis

Pedro Humberto Monteiro Durão Leitão, Administrador executivo

Manuel Rosa da Siva, Administrador executivo

Shakhaf Wine, Administrador executivo

Otávio Marques de Azevedo, Administrador não-executivo

Francisco Manuel Marques Bandeira, Administrador não-executivo

José Guilherme Xavier de Basto, Administrador não-executivo

João Manuel de Mello Franco, Administrador não-executivo

Joaquim Anibal Brito Freixial de Goes, Administrador não-executivo

Mário João de Matos Gomes, Administrador não-executivo

Pedro Jereissati, Administrador não-executivo

Gerald Stephen McGowan, Administrador não-executivo

Rafael Luís Mora Funes, Administrador não-executivo

## 08 Declaração de pessoas responsáveis

Maria Helena Nazaré, Administrador não-executivo

Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires, Administrador não-executivo

Francisco Teixeira Pereira Soares, Administrador não-executivo

Jorge Humberto Correia Tomé, Administrador não-executivo

Paulo José Lopes Varela, Administrador não-executivo

Milton Almicar Silva Vargas, Administrador não-executivo

Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos, Administrador não-executivo

# Demonstrações financeiras consolidadas

**PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS**

SEMESTRES E TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

		euros			
		não auditado			
	Notas	1S11	1S10 (reexpresso)	2T11	2T10 (reexpresso)
<b>OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>					
<b>RECEITAS</b>					
Prestações de serviços		2.547.914.484	1.741.554.362	1.711.141.022	882.538.499
Vendas		58.809.064	71.999.412	34.984.934	40.482.970
Outras receitas		62.075.800	26.842.736	51.555.324	10.496.478
	5	<b>2.668.799.348</b>	<b>1.840.396.510</b>	<b>1.797.681.280</b>	<b>933.517.947</b>
<b>CUSTOS, PERDAS E (GANHOS)</b>					
Custos com o pessoal		459.360.527	306.844.441	302.589.746	157.208.763
Custos diretos dos serviços prestados		416.903.473	275.431.728	292.044.624	141.729.299
Custos comerciais		210.756.574	174.168.007	138.002.403	89.653.992
Fornecimentos e serviços externos		462.268.148	294.487.918	320.047.981	154.305.782
Impostos indiretos		65.529.864	22.571.696	53.763.327	11.572.426
Provisões e ajustamentos		54.179.754	19.544.448	48.868.451	8.795.841
Amortizações	14	564.434.474	349.690.367	368.074.507	177.284.284
Custos com benefícios de reforma	6	26.380.271	35.645.133	14.334.298	17.822.566
Custos com redução de efetivos	6	5.572.392	9.239.213	1.169.189	4.061.051
Perdas (ganhos) com a alienação de ativos fixos, líquidos		(132.751)	827.361	(46.580)	1.438.231
Outros custos, líquidos		7.086.780	10.560.578	4.272.174	6.069.729
		<b>2.272.339.506</b>	<b>1.499.010.890</b>	<b>1.543.120.120</b>	<b>769.941.964</b>
<b>Resultado antes de resultados financeiros e impostos</b>	5	<b>396.459.842</b>	<b>341.385.620</b>	<b>254.561.160</b>	<b>163.575.983</b>
<b>CUSTOS E (GANHOS) FINANCEIROS</b>					
Juros suportados, líquidos	5 e 7	81.255.643	118.605.939	98.573.103	59.518.928
Ganhos em empresas participadas, líquidos	5	(122.499.467)	(83.920.268)	(42.318.904)	(45.155.672)
Outros custos financeiros, líquidos	5 e 8	69.472.889	12.180.114	27.565.887	7.302.786
		<b>28.229.065</b>	<b>46.865.785</b>	<b>83.820.086</b>	<b>21.666.042</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>368.230.777</b>	<b>294.519.835</b>	<b>170.741.074</b>	<b>141.909.941</b>
Imposto sobre o rendimento	5 e 9	101.778.952	26.523.670	53.810.824	(12.194.551)
<b>Resultado das operações continuadas</b>		<b>266.451.825</b>	<b>267.996.165</b>	<b>116.930.250</b>	<b>154.104.492</b>
<b>OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>					
Resultado das operações descontinuadas	5 e 10	-	76.685.588	-	61.430.743
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>		<b>266.451.825</b>	<b>344.681.753</b>	<b>116.930.250</b>	<b>215.535.235</b>
Atribuível a interesses não controladores		38.587.164	80.187.549	18.794.576	51.356.779
<b>Atribuível a acionistas da Portugal Telecom</b>	11	<b>227.864.661</b>	<b>264.494.204</b>	<b>98.135.674</b>	<b>164.178.456</b>
<b>Resultado líquido por ação</b>					
Básico	11	0,26	0,30	0,11	0,19
Diluído	11	0,26	0,30	0,11	0,18
<b>Resultado líquido por ação das operações continuadas</b>					
Básico	11	0,26	0,25	0,11	0,14
Diluído	11	0,26	0,25	0,11	0,14

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

**PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL**

SEMESTRES E TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

	Notas	1S11	1S10	não auditado	
				2T11	2T10
<b>Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio</b>					
Ajustamentos de conversão cambial					
Conversão de operações em moeda estrangeira (i)		(28.181.592)	622.276.539	82.632.930	417.394.066
Transferências para resultados (ii)		(37.794.036)	(31.940.853)	-	(31.940.853)
Benefícios de reforma					
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos	6	(776.036)	(143.201.263)	15.575.165	(140.750.376)
Efeito fiscal	9	194.009	37.948.335	(3.893.791)	37.298.850
Contabilidade de cobertura de instrumentos financeiros					
Variação no valor de mercado		1.626.455	(4.912.173)	(816.686)	(1.908.472)
Transferências para resultados		65.606	1.908.342	(808.409)	950.033
Efeito fiscal		(448.396)	871.111	430.650	329.082
Outros custos reconhecidos diretamente no capital próprio, líquidos (iii)		(14.854.216)	(3.596.017)	(14.717.680)	(4.112.335)
		<b>(80.168.206)</b>	<b>479.354.021</b>	<b>78.402.179</b>	<b>277.259.995</b>
<b>Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados</b>		<b>266.451.825</b>	<b>344.681.753</b>	<b>116.930.250</b>	<b>215.535.235</b>
<b>Total dos resultados reconhecidos</b>		<b>186.283.619</b>	<b>824.035.774</b>	<b>195.332.429</b>	<b>492.795.230</b>
Atribuível a interesses não controladores		31.590.833	232.305.527	25.127.411	149.961.780
<b>Atribuível aos acionistas da Portugal Telecom</b>		<b>154.692.786</b>	<b>591.730.247</b>	<b>170.205.018</b>	<b>342.833.450</b>

- (i) As perdas registadas no semestre findo em 30 de junho de 2011 estão relacionadas essencialmente com o impacto da desvalorização do Dólar Americano face ao Euro nos investimentos na Unitel e na MTC, enquanto os ganhos registados no trimestre findo em 30 de junho de 2011 são explicados essencialmente pelo impacto da valorização do Real Brasileiro face ao Euro nos investimentos na Oi e na Contax. Os ganhos reconhecidos nos períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2010 estão relacionados essencialmente com o impacto da valorização do Real Brasileiro face ao Euro no investimento anteriormente detido pela Portugal Telecom na Brasilcel (510 milhões de euros e 340 milhões de euros, respetivamente), o qual foi alienado à Telefónica em setembro de 2010.
- (ii) Em 2011, esta rubrica corresponde ao valor acumulado dos ajustamentos de conversão cambial sobre o investimento na UOL, o qual foi reclassificado para a demonstração dos resultados consolidados na sequência da conclusão da alienação deste investimento em janeiro de 2011 (Nota 13). Em 2010, esta rubrica corresponde à transferência de uma parte de ajustamentos de conversão cambial acumulados sobre o investimento anteriormente detido na Brasilcel, em resultado do reembolso de parte do investimento efectuado através de reduções de capital ocorridas no período nesta empresa participada (Nota 10).
- (iii) Nos períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2011 e 2010, esta rubrica inclui 10 milhões de euros e 4 milhões de euros, respetivamente, relativos ao efeito fiscal sobre os dividendos recebidos de ações próprias registadas ao abrigo de contratos de equity swap, no seguimento dos dividendos pagos pela Portugal Telecom em junho de 2011 e Maio de 2010.

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Notas	30 jun 2011	31 dez 2010
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo corrente</b>			
Caixa e equivalentes de caixa		2.863.057.052	4.764.732.734
Investimentos de curto prazo		641.994.360	341.772.444
Contas a receber		3.902.738.283	3.384.124.217
Existências		132.191.881	101.515.755
Impostos a recuperar		295.489.759	37.545.321
Custos diferidos		121.258.676	39.617.800
Depósitos judiciais	12	216.470.177	-
Outros ativos correntes		57.042.474	25.647.001
Ativos não correntes detidos para venda	13	223.412.594	160.448.046
<b>Total do ativo corrente</b>		<b>8.453.655.256</b>	<b>8.855.403.318</b>
<b>Ativo não corrente</b>			
Contas a receber		8.117.681	19.113.062
Investimentos financeiros		433.381.898	379.198.216
Ativos intangíveis	14	4.918.809.523	1.111.692.584
Ativos tangíveis	14	6.402.409.535	3.874.613.414
Benefícios de reforma	6	12.959.589	1.927.991
Ativos por impostos diferidos	9	1.287.525.237	653.075.198
Depósitos judiciais	12	829.914.709	-
Outros ativos não correntes		314.032.259	274.908.378
<b>Total do ativo não corrente</b>		<b>14.207.150.431</b>	<b>6.314.528.843</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>22.660.805.687</b>	<b>15.169.932.161</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Dívida de curto prazo	15	3.413.602.306	951.921.279
Contas a pagar		1.018.439.706	711.489.295
Acréscimos de custos		786.119.686	558.974.927
Proveitos diferidos		285.031.697	287.808.093
Impostos a pagar		422.197.234	57.410.840
Provisões	16	300.817.345	87.683.131
Outros passivos correntes		238.857.550	28.391.592
Passivos não correntes detidos para venda	13	79.114.776	-
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>6.544.180.300</b>	<b>2.683.679.157</b>
<b>Passivo não corrente</b>			
Dívida de médio e longo prazo	15	8.966.317.173	6.254.380.288
Impostos a pagar		304.619.562	3.805.301
Provisões	16	647.890.280	40.947.202
Benefícios de reforma	6	974.901.979	968.792.596
Passivos por impostos diferidos	9	647.694.872	311.597.337
Outros passivos não correntes		474.427.985	297.585.145
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>12.015.851.851</b>	<b>7.877.107.869</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>18.560.032.151</b>	<b>10.560.787.026</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital social		26.895.375	26.895.375
Ações próprias		(326.382.864)	(178.071.827)
Reserva legal		6.773.139	6.773.139
Reserva de ações próprias		6.970.320	6.970.320
Reserva de reavaliação		671.835.775	693.283.402
Outras reservas e resultados acumulados		2.894.751.245	3.836.598.153
<b>Capital próprio excluindo interesses não controladores</b>		<b>3.280.842.990</b>	<b>4.392.448.562</b>
Interesses não controladores		819.930.546	216.696.573
<b>Total do capital próprio</b>		<b>4.100.773.536</b>	<b>4.609.145.135</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>22.660.805.687</b>	<b>15.169.932.161</b>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS**  
 SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2011

	euros								
	Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva de ações próprias	Reserva de reavaliação	Outras reservas e resultados acumulados	Capital próprio, excluindo interesses não controladores	Interesses não controladores	Total do capital próprio
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>26.895.375</b>	<b>(178.071.827)</b>	<b>6.773.139</b>	<b>6.970.320</b>	<b>722.108.135</b>	<b>733.636.104</b>	<b>1.318.311.246</b>	<b>1.069.135.212</b>	<b>2.387.446.458</b>
Dividendos	-	-	-	-	-	(503.626.688)	(503.626.688)	(34.263.542)	(537.890.230)
Aquisições, alienações e aumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	8.666.366	8.666.366
Impacto fiscal relativo à componente de capital do convertível	-	-	-	-	-	(15.143.542)	(15.143.542)	-	(15.143.542)
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	(21.576.374)	21.576.374	-	-	-
Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	327.236.043	327.236.043	152.117.978	479.354.021
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados	-	-	-	-	-	264.494.204	264.494.204	80.187.549	344.681.753
<b>Saldo em 30 de junho de 2010</b>	<b>26.895.375</b>	<b>(178.071.827)</b>	<b>6.773.139</b>	<b>6.970.320</b>	<b>700.531.761</b>	<b>828.172.495</b>	<b>1.391.271.263</b>	<b>1.275.843.563</b>	<b>2.667.114.826</b>

	euros								
	Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva de ações próprias	Reserva de reavaliação	Outras reservas e resultados acumulados	Capital próprio, excluindo interesses não controladores	Interesses não controladores	Total do capital próprio
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>26.895.375</b>	<b>(178.071.827)</b>	<b>6.773.139</b>	<b>6.970.320</b>	<b>693.283.402</b>	<b>3.836.598.153</b>	<b>4.392.448.562</b>	<b>216.696.573</b>	<b>4.609.145.135</b>
Dividendos (Notas 11 e 17.i)	-	-	-	-	-	(1.117.987.321)	(1.117.987.321)	(51.699.524)	(1.169.686.845)
Alteração no perímetro de consolidação (Nota 2)	-	-	-	-	-	-	-	709.690.052	709.690.052
Ações da Portugal Telecom adquiridas pela Oi (Nota 2)	-	(148.311.037)	-	-	-	-	(148.311.037)	-	(148.311.037)
Bonificação e resgate de ações da Brasil Telecom (Nota 1)	-	-	-	-	-	-	-	(86.347.388)	(86.347.388)
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	(21.447.627)	21.447.627	-	-	-
Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	(73.171.875)	(73.171.875)	(6.996.331)	(80.168.206)
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados	-	-	-	-	-	227.864.661	227.864.661	38.587.164	266.451.825
<b>Saldo em 30 de junho de 2011</b>	<b>26.895.375</b>	<b>(326.382.864)</b>	<b>6.773.139</b>	<b>6.970.320</b>	<b>671.835.775</b>	<b>2.894.751.245</b>	<b>3.280.842.990</b>	<b>819.930.546</b>	<b>4.100.773.536</b>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

**PORTUGAL TELECOM SGPS, S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA**

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

		euros	
	Notas	1S11	1S10 (reexpresso)
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimentos de clientes		2.997.086.514	2.057.970.577
Pagamentos a fornecedores		(1.251.022.562)	(1.050.989.384)
Pagamentos ao pessoal		(473.464.218)	(307.827.891)
Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento	17.b	(78.374.063)	(40.292.730)
Pagamentos relacionados com benefícios de reforma, líquidos	6	(90.595.439)	(33.443.025)
Pagamentos relativos a impostos indiretos, taxas e outros		(312.941.769)	(114.463.277)
<b>Fluxos das atividades operacionais de operações continuadas</b>	17.a	<b>790.688.463</b>	<b>510.954.270</b>
<b>Fluxos das atividades operacionais de operações descontinuadas</b>	10	<b>-</b>	<b>390.299.183</b>
<b>Fluxos das atividades operacionais (1)</b>		<b>790.688.463</b>	<b>901.253.453</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Aplicações financeiras de curto prazo	17.c	83.237.258	5.581.250
Investimentos financeiros	17.d	155.615.965	1.440.176
Ativos tangíveis e intangíveis		3.441.219	7.197.482
Juros e proveitos similares	17.e	180.421.884	16.654.658
Dividendos	17.f	146.785.323	52.784.424
Outras atividades de investimento		3.685.832	462.092
		<b>573.187.481</b>	<b>84.120.082</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Aplicações financeiras de curto prazo	17.c	(383.459.173)	(1.259.500)
Investimentos financeiros	17.g	(2.073.491.105)	(114.962)
Ativos tangíveis e intangíveis		(544.179.746)	(423.130.400)
Outras atividades de investimento	17.g	(30.486.979)	-
		<b>(3.031.617.003)</b>	<b>(424.504.862)</b>
<b>Fluxos das atividades de investimento de operações continuadas</b>		<b>(2.458.429.522)</b>	<b>(340.384.780)</b>
<b>Fluxos das atividades de investimento de operações descontinuadas</b>	10	<b>-</b>	<b>(54.025.742)</b>
<b>Fluxos das atividades de investimento (2)</b>		<b>(2.458.429.522)</b>	<b>(394.410.522)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	17.h	3.229.564.575	11.412.290.915
Subsídios		280.585	1.522.176
Outras atividades de financiamento		169.032	122.475
		<b>3.230.014.192</b>	<b>11.413.935.566</b>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	17.h	(1.854.831.760)	(10.433.364.610)
Juros e custos similares		(350.452.805)	(182.086.852)
Dividendos	17.i	(1.164.342.830)	(529.590.881)
Aquisição de ações próprias	17.j	(86.820.445)	-
Outras atividades de financiamento	17.k	(21.243.502)	(5.930.382)
		<b>(3.477.691.342)</b>	<b>(11.150.972.725)</b>
<b>Fluxos das atividades de financiamento de operações continuadas</b>		<b>(247.677.150)</b>	<b>262.962.841</b>
<b>Fluxos das atividades de financiamento de operações descontinuadas</b>	10	<b>-</b>	<b>(285.625.869)</b>
<b>Fluxos das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(247.677.150)</b>	<b>(22.663.028)</b>
Caixa e seus equivalentes no início do período		4.764.732.734	1.449.516.549
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(1.915.418.209)	484.179.903
Efeito das diferenças de câmbio		16.715.545	47.400.397
Caixa e seus equivalentes de ativos não correntes detidos para venda	13	(2.973.018)	-
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>2.863.057.052</b>	<b>1.981.096.849</b>

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

## Portugal Telecom, SGPS, S.A.

### Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de junho de 2011

(Montantes expressos em euros, exceto quando indicado)

#### 1. Introdução

A Portugal Telecom, SGPS, SA ("Portugal Telecom") e as suas empresas participadas ("Grupo", "Grupo Portugal Telecom", ou "Empresa") prestam serviços de telecomunicações e multimédia em Portugal, no Brasil e em outros países ou regiões, incluindo África.

Em 28 de março de 2011, a Portugal Telecom concluiu o processo de aquisição do seu investimento na Oi e na Contax e os acordos com os acionistas controladores destas empresas, por um montante total de 8.437 milhões de Reais Brasileiros (Nota 2).

A Telemar Norte Leste, S.A. ("Telemar"), a qual utiliza a marca Oi, é a empresa líder na prestação de serviços de telecomunicações no mercado brasileiro e o maior operador fixo de telecomunicações na América do Sul em termos de número de clientes ativos. No seguimento dos aumentos de capital realizados em 28 de março de 2011 pela Telemar Participações, S.A. ("Telemar Participações"), Tele Norte Leste Participações, S.A. ("TNL") e Telemar, a Portugal Telecom adquiriu uma participação direta e indireta de 25,3% na Telemar por um montante total de 8,32 mil milhões de Reais Brasileiros. De acordo com os termos desta aquisição, a Portugal Telecom partilha o controlo das decisões sobre as políticas financeiras e operacionais estratégicas, resultando na consolidação proporcional da sua participação direta e indireta na Telemar Participações (25,6%), a qual consolida integralmente a TNL e a Telemar. Esta transação foi concluída no seguimento do acordo de intenções celebrado, em 28 de julho de 2010, entre a Portugal Telecom e a Andrade Gutierrez Participações, SA ("AG") e a LF Tel, SA ("LF"), dois dos maiores acionistas da Telemar Participações, o qual estabelece os princípios para o desenvolvimento de uma parceria estratégica entre a Portugal Telecom e o Grupo Oi.

O objetivo da parceria estratégica entre a Portugal Telecom e a Oi é o desenvolvimento de uma plataforma global de telecomunicações que venha a permitir a cooperação em diversas áreas, tendo em vista, entre outros aspetos, partilhar as melhores práticas, obter economias de escalas, implementar iniciativas de investigação e desenvolvimento, desenvolver novas tecnologias, expandir internacionalmente, particularmente na América Latina e em África, diversificar os serviços prestados aos clientes, maximizar sinergias e reduzir custos, e oferecer constantemente serviços de qualidade aos clientes empresariais e individuais, procurando criar e acrescentar valor aos acionistas.

No âmbito da parceria estratégica entre a Portugal Telecom e a Oi, está previsto que, entre outros objetivos, a Oi viesse a utilizar parte do montante recebido em resultado do aumento de capital acima mencionado para adquirir até 10% das ações em circulação da Portugal Telecom. Até 30 de junho de 2011, a Oi adquiriu 62.755.860 ações da Portugal Telecom (Nota 11), representativas de 7% das ações em circulação. Conforme referido infra, a participação da Portugal Telecom neste investimento foi classificada como ações próprias na sua Demonstração Consolidada da Posição Financeira e ascendia a 148 milhões de euros em 30 de junho de 2011, incluindo 61 milhões de euros (Nota 2) relativos a ações adquiridas antes do final de março de 2011 e 87 milhões de euros (Nota 17.) relativos a ações adquiridas durante o segundo trimestre de 2011.

Adicionalmente, em 28 de março de 2011, a Portugal Telecom concluiu a aquisição de uma participação de 16,2% na CTX Participações, S.A. ("CTX") por um montante de 116 milhões de Reais Brasileiros (50 milhões de euros). A CTX controla e consolida integralmente a Contax, S.A. ("Contax"), uma das empresas líderes em serviços corporativos e a empresa líder em *contact centres* no

Brasil. Em resultado desta aquisição, a Portugal Telecom adquiriu uma participação direta (16,2%) e indireta (25,8% através da AG e da LF) de 42,0% na CTX e uma participação indireta de 14,1% na Contax. A CTX, que controla e consolida integralmente a Contax, é consolidada proporcionalmente nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom, considerando os direitos de governo societário atribuídos à Portugal Telecom no âmbito dos acordos de acionistas celebrados pela Empresa.

A operação com a Contax não ficou concluída até ao fim de março de 2011, uma vez que o último passo desta operação, que inclui a aquisição da Dedic/GPTI (o prestador de *Business Process Outsourcing* da Portugal Telecom) pela Contax, ainda se encontrava em curso. Com este propósito, em 1 de julho de 2011, os Conselhos de Administração e as Assembleias de Acionistas da Dedic, da CTX e da Contax aprovaram as seguintes operações, em resultado das quais a participação direta e indireta da Portugal Telecom na CTX e na Contax aumentou de 42,0% para 44,0% e de 14,1% para 19,5%, respetivamente: (1) a troca do investimento da Portugal Telecom na Dedic/GPTI por uma participação de 7,6% na Contax; (2) a troca de uma participação de 1,3% na Contax detida pela Portugal Telecom por uma participação adicional de 3,7% na CTX; e (3) a alienação pela Portugal Telecom à CTX de uma participação de 2,0% da Contax pelo montante total de 49,7 milhões de Reais Brasileiros. Tendo em conta a conclusão desta operação, a Portugal Telecom classificou em 30 de junho de 2011 os ativos e passivos relacionados com a Dedic/GPTI como negócio detido para venda (Nota 13).

Em abril de 2011, dando seguimento à sua estratégia de internacionalização, a Contax concluiu a aquisição de 100% da Allus Global BPO Centre ("Allus") pelo montante de 245 milhões de Reais Brasileiros. Como consequência, os resultados da Contax, os quais são consolidados proporcionalmente na Demonstração dos Resultados da Portugal Telecom desde 1 de abril de 2011, incluem a consolidação integral dos resultados da Allus desde 1 de maio de 2011. A Allus é uma das maiores empresas prestadoras de serviços de *contact center* na América Latina, com operações na Argentina, Colômbia e Perú e atividades comerciais nos Estados Unidos da América e Espanha. Com esta aquisição, a Contax deu um importante passo para se tornar num dos mais completos prestadores globais de BPO (*Business Process Outsourcing*), dedicado a apoiar os seus clientes em toda a cadeia de relacionamento com os consumidores.

Em 24 de maio de 2011, numa reunião prévia dos acionistas da Telemar Participações, nos termos do Acordo de Acionistas desta empresa, os seus acionistas aprovaram a orientação a dar às administrações da Telemar Participações e de cada uma das suas controladas TNL, Telemar, Coari Participações ("Coari") e Brasil Telecom (em conjunto as "Empresas Oi") para que efetuem as análises relevantes e implementem os procedimentos necessários visando uma reorganização societária das Empresas Oi (a "Reorganização Societária"). Relativamente a esta reorganização societária, cumpre mencionar o seguinte:

- Os principais passos da reorganização societária incluem:
  - (a) A incorporação das ações em circulação da Telemar pela Coari, recebendo os acionistas da Telemar novas ações da Coari a serem emitidas, passando desta forma a Telemar a ser subsidiária integral da Coari;
  - (b) A fusão da Coari na Brasil Telecom, deixando a Coari de existir;
  - (c) A fusão da TNL na Brasil Telecom, deixando a TNL de existir; e
  - (d) Uma bonificação em ações resgatáveis de emissão da Brasil Telecom a serem atribuídas exclusivamente aos acionistas da Brasil Telecom anteriores à incorporação, as quais, imediatamente após a sua emissão, serão resgatadas pelo montante total de 1.502 milhões de Reais Brasileiros, situação que deverá ser refletida no cálculo dos rácios de troca. Considerando o compromisso subjacente a estas operações, a Brasil Telecom reconheceu este montante a pagar aos seus acionistas em 30 de junho de 2011, incluindo 740 milhões de Reais Brasileiros a pagar ao seu acionista controlador Coari Participações (49,3%), a qual é integralmente detida pela Telemar, e 762 milhões de Reais Brasileiros a pagar aos acionistas não controladores. Consequentemente, a Portugal Telecom consolidou proporcionalmente o passivo relativo aos acionistas não controladores no montante de 86 milhões de euros, o qual foi incluído na rubrica "Outros passivos correntes".

Em resultado destas operações, a Brasil Telecom, que deverá ser redenominada Oi, S.A., concentraria todas as participações financeiras atuais das Empresas Oi e seria a única das Empresas Oi listada em bolsa de valores.

- Os principais benefícios associados a esta reorganização incluem, entre outros fatores, a simplificação da estrutura acionista e a unificação das bases acionistas das Empresas Oi, o aumento significativo da liquidez das ações das Empresas Oi, a unificação dos balanços das Empresas Oi, permitindo a definição de uma política de dividendo de longo prazo e a redução de custos operacionais, administrativos e financeiros.
- De modo a concluir a reestruturação societária, a TNL, a Telemar e a Brasil Telecom constituíram Comitês Especiais Independentes, cada um dos quais deveria negociar as condições das transações relacionadas com a sua empresa, incluindo a definição dos rácios de troca, e submeter as suas recomendações ao Conselho de Administração de cada empresa.
- Em 1 de agosto de 2011, em resultado das análises efetuadas individualmente por cada um e das negociações realizadas entre todos, os comitês independentes informaram o presidente do Conselho de Administração de cada uma daquelas empresas acerca dos rácios de troca recomendados para os Conselhos de Administração das Empresas Oi adotarem relativamente às fusões da Coari e da TNL na Brasil Telecom.
- Estima-se que as assembleias gerais da Brasil Telecom, TNL, Coari e TNL que deliberarão sobre as operações acima descritas sejam convocadas para se realizar durante o quarto trimestre de 2011.

Durante o ano de 2010, a Vivo passou a ser classificada como operação descontinuada na sequência do acordo celebrado pela Portugal Telecom e a Telefónica em 28 de julho de 2010 para a venda da sua participação de 50% na Brasilcel, operação concluída em setembro de 2010. Consequentemente, a informação financeira relativa ao segmento móvel no Brasil foi reexpressa nas demonstrações financeiras de modo a ser apresentada como uma operação descontinuada.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para publicação em 30 de agosto de 2011.

## **2. Bases de apresentação**

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade Nº. 34 “IAS 34 *Relato Financeiro Intercalar*”. Estas demonstrações financeiras não incluem toda a informação requerida pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), pelo que devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Adicionalmente, são divulgadas no relatório de gestão intercalar explicações complementares sobre as principais variações nos proveitos e custos, pelo que estas demonstrações financeiras consolidadas intercalares deverão ser lidas em conjunto com esse relatório de gestão.

Nestas demonstrações financeiras consolidadas intercalares são utilizados os mesmos princípios de consolidação aplicados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do último relatório anual.

## Alterações no perímetro de consolidação

A principal alteração ocorrida no perímetro de consolidação está relacionada com a aquisição de participações diretas e indiretas na Oi e na Contax, concluída em 28 de março de 2011, no seguimento da qual a Portugal Telecom passou a consolidar proporcionalmente os ativos e passivos destas empresas desde 31 de março de 2011 e os seus resultados desde 1 de abril de 2011, tal como antes mencionado. O investimento na Oi foi concretizado diretamente através da aquisição de uma participação nessa empresa e indiretamente através da aquisição de participações no capital dos acionistas controladores da Oi, enquanto o investimento na Contax foi concretizado mediante a aquisição de uma participação no capital da CTX. O investimento na Oi e na Contax foi adquirido pelas subsidiárias Bratel Brasil, S.A. e Portugal Telecom Brasil, S.A., respetivamente, e encontrava-se estruturado da seguinte forma em 28 de março de 2011 (data de aquisição):

Empresa	Notas	Sede	Atividade	Participação em 28 de março de 2011 (a)	
				Direta	Efetiva
PASA Participações, S.A.		Belo Horizonte	Gestão de investimentos.	Bratel Brasil, S.A. (35,0%)	35,0%
EDSP75 Participações, S.A.		São Paulo	Gestão de investimentos.	Bratel Brasil, S.A. (35,0%)	35,0%
AG Telecom Participações, S.A.		Belo Horizonte	Gestão de investimentos.	PASA Participações, S.A. (100%)	35,0%
Luxemburgo Participações, S.A.		Belo Horizonte	Gestão de investimentos.	AG Telecom Participações, S.A. (100%)	35,0%
LF Tel, S.A.		São Paulo	Gestão de investimentos.	EDSP75 Participações, S.A. (100%)	35,0%
Telemar Participações, S.A.	(b)	Rio de Janeiro	Gestão de investimentos.	Bratel Brasil, S.A. (12,1%); AG Telecom Participações, S.A. (12,9%); Luxemburgo Participações, S.A. (6,5%); LF Tel, S.A. (9,4%)	25,6%
Tele Norte Leste Participações, S.A.	(c)	Rio de Janeiro	Gestão de investimentos.	Bratel Brasil, S.A. (10,5%); Luxemburgo Participações, S.A. (2,4%); LF Tel, S.A. (2,4%); Telemar Participações (22,2%)	17,9%
Telemar Norte Leste, S.A.	(d)	Rio de Janeiro	Concessionária dos serviços de telecomunicações no Brasil.	Bratel Brasil, S.A. (9,4%); Luxemburgo Participações, S.A. (3,3%); LF Tel, S.A. (3,3%); Telemar Participações (3,8%); TNL (70,5%)	25,3%
CTX Participações, S.A.	(b)	Rio de Janeiro	Gestão de investimentos.	Portugal Telecom Brasil, S.A. (6,2%); AG Telecom Participações, S.A. (25,4%); Luxemburgo Participações, S.A. (11,4%); LF Tel, S.A. (36,8%)	42,0%
Contax Participações, S.A.	(e)	Rio de Janeiro	Gestão de investimentos.	CTX Participações (33,5%)	14,1%
Contax, S.A.		Rio de Janeiro	Serviços de call center.	Contax Participações (100%)	14,1%

- (a) Não existiram alterações relevantes na estrutura acionista da Oi e da Contax entre a data de aquisição deste investimento (28 de março de 2011) e a data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira (30 de junho de 2011).
- (b) No âmbito dos termos da aquisição das participações na Oi e na Contax e do acordo celebrado com os seus acionistas controladores, a Portugal Telecom partilha o controlo das decisões sobre as políticas financeiras e operacionais, resultando na consolidação proporcional da posição acionista direta e indireta na Telemar Participações (25,6%), que consolida integralmente a TNL, a Telemar e todas as suas subsidiárias, e na CTX (42,0%), que consolida integralmente a Contax Participações, a Contax e as suas subsidiárias.
- (c) Os direitos de voto da Telemar Participações na TNL são 56,4%.
- (d) Os direitos de voto da TNL na Telemar são 98,0%.
- (e) Os direitos de voto da CTX na Contax são 69,3%.

O Grupo Oi é líder no fornecimento de serviços de telecomunicações no mercado brasileiro, através da Telemar e das suas subsidiárias, como segue:

- Telemar fornece o serviço fixo de telefone na Região I do Brasil;
- TNL PCS, S.A. fornece o serviço móvel de telefone nas Regiões I e III do Brasil (99,7% detida pela Telemar);
- Brasil Telecom, S.A. ("Brasil Telecom") fornece o serviço fixo de telefone na Região II do Brasil (49,3% detida indiretamente pela Telemar, com direitos de voto de 79,6%);
- 14 Brasil Telecom Celular, S.A. fornece o serviço móvel de telefone na Região II do Brasil (100% detida pela Brasil Telecom);

- Outras empresas, incluindo empresas holding e outras que prestam serviços de gestão de rede, serviços de gestão de tráfego, serviços financeiros, serviços relacionados com sistemas de pagamento e de crédito e serviços de *call centre* e *telemarketing*.

A Empresa tem atualmente em curso o processo de quantificação do justo valor dos ativos líquidos adquiridos através desta combinação de negócios, tendo alocado preliminarmente a diferença entre o preço de aquisição e o valor contabilístico dos ativos líquidos adquiridos a *goodwill*. Apesar de a IFRS 3 *Concentrações Empresariais* permitir que este processo seja concluído no prazo de um ano a contar da data de aquisição, a Portugal Telecom estima concluir este processo até 31 de dezembro de 2011 e quaisquer ajustamentos de justo valor a serem registados no âmbito deste processo de alocação do preço de compra deverão ser reconhecidos com efeitos a 1 de abril de 2011.

O detalhe dos ativos líquidos da Telemar (25,6%), da Contax (42,0%) e dos seus acionistas controladores, que foram consolidados proporcionalmente na Demonstração Consolidada da Posição Financeira da Portugal Telecom, e do *goodwill* apurado preliminarmente no âmbito da transação acima mencionada é como segue:

	Milhões		
	28 mar 2011 ( data de aquisição) (i)	31 mar 2011 (i)	
	Reais Brasileiros	euros	euros
<b>Ativos</b>	<b>21.412</b>	<b>9.461</b>	<b>9.286</b>
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 17)	3.911	1.728	1.696
Contas a receber correntes	1.793	792	778
Impostos a recuperar correntes	691	305	300
Depósitos judiciais correntes (Nota 12)	479	212	208
Ativos tangíveis (Nota 14)	6.069	2.681	2.632
Ativos intangíveis (Nota 14)	4.693	2.073	2.035
Impostos diferidos (Nota 9)	1.508	666	654
Depósitos judiciais não correntes (Nota 12)	1.790	791	776
Benefícios de reforma (Nota 6)	25	11	11
Outros (ii)	454	201	197
<b>Passivos</b>	<b>15.578</b>	<b>6.882</b>	<b>6.756</b>
Dívida de curto prazo (Nota 15)	1.513	668	656
Contas a pagar correntes	938	414	407
Acréscimos de custos correntes	845	374	367
Impostos a pagar correntes	733	324	318
Provisões correntes (Nota 16)	492	217	213
Dívida de médio e longo prazo (Nota 15)	7.131	3.150	3.092
Impostos a pagar não correntes (iii)	719	317	312
Provisões não correntes (Nota 16)	1.422	628	617
Benefícios de reforma (Nota 6)	146	64	63
Impostos diferidos (Nota 9)	815	360	353
Outros (iv)	825	364	358
<b>Ativos líquidos adquiridos</b>	<b>5.834</b>	<b>2.579</b>	<b>2.530</b>
Interesses não controladores	1.636	723	710
<b>Sub-total</b>	<b>4.197</b>	<b>1.856</b>	<b>1.820</b>
Ações próprias adquiridas (Nota 1) (v)	142	61	61
<b>Sub-total</b>	<b>4.339</b>	<b>1.917</b>	<b>1.882</b>
Goodwill (Nota 14)	4.098	1.810	1.777
<b>Preço de aquisição (Nota 17)</b>	<b>8.437</b>	<b>3.728</b>	<b>n.a.</b>

- (i) Os montantes em 28 de março de 2011 correspondem aos ativos líquidos adquiridos na data de aquisição, enquanto os montantes em 31 de março de 2011 correspondem aos ativos líquidos consolidados proporcionalmente pela primeira vez na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom. A diferença entre estes montantes corresponde a alterações nas taxas de câmbio e foi reconhecida diretamente no capital próprio e incluída na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral na rubrica "Ajustamentos de conversão cambial".
- (ii) Esta rubrica inclui essencialmente custos diferidos e impostos a recuperar não correntes.
- (iii) Os impostos a pagar não correntes referem-se a programas de pagamento parcelar de impostos federais em vigor no Brasil, no âmbito dos quais as empresas inscrevem uma parcela substancial da sua dívida fiscal vencida até 30 de novembro de 2008 junto da Fazenda Nacional e do Instituto Nacional da Segurança Social ("INSS").

- (iv) Esta rubrica inclui essencialmente (1) dividendos a pagar, os quais estão classificados na rubrica "Outros passivos correntes", (2) contas a pagar não correntes, nomeadamente relacionadas com licenças a pagar à Anatel, as quais foram classificadas na rubrica "Outros passivos não correntes", e (3) proveitos diferidos.
- (v) Em 31 de março de 2011, a Oi tinha uma participação de 3,1% na Portugal Telecom, adquirida no final de março de 2011. Este investimento foi registado como ações próprias na Demonstração Consolidada da Posição Financeira da Portugal Telecom. Esta aquisição foi efetuada no âmbito da parceria estratégica celebrada entre a Portugal Telecom e a Oi (Nota 1).

A contribuição da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores para os resultados líquidos da Portugal Telecom no semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2011 foi de 21 milhões de euros, detalhado como segue:

	euros
<b>RECEITAS</b>	<b>925.079.422</b>
<b>CUSTOS, DESPESAS, PERDAS E (GANHOS)</b>	
Custos com o pessoal	150.406.267
Custos directos	172.836.192
Custos comerciais	51.505.355
Fornecimentos e serviços externos e outras despesas	170.088.217
Impostos indirectos	43.135.965
Provisões e ajustamentos	45.403.117
Amortizações (Nota 14)	170.885.436
Custos com benefícios de reforma, líquidos (Nota 6)	1.575.627
Outros custos, líquidos	3.283.007
<b>Resultado antes de resultados financeiros e impostos</b>	<b>115.960.239</b>
Juros suportados, líquidos (Nota 7)	49.341.749
Outros custos financeiros, líquidos	16.874.169
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>49.744.321</b>
Imposto sobre o rendimento (Nota 9)	28.220.850
<b>Resultado líquido (antes de interesses não controladores)</b>	<b>21.523.471</b>
Resultados atribuíveis a interesses não controladores	335.665
<b>Resultado líquido</b>	<b>21.187.806</b>

Caso a Oi e a Contax tivessem sido consolidadas proporcionalmente desde 1 de janeiro de 2011, os valores proforma das receitas operacionais consolidadas e do resultado líquido antes de interesses não controladores da Portugal Telecom, para o semestre findo em 30 de junho de 2011, são como segue:

	milhões de euros		
	Valores reportados	Efeito da Oi e da Contax	Informação pro-forma
Receitas operacionais	2.669	890	3.559
Resultado líquido (antes de interesses não controladores)	266	(65)	202

O investimento na Allus, o qual foi adquirido em abril de 2011 através da Contax pelo montante de 245 milhões de Reais Brasileiros (103 milhões de Reais Brasileiros correspondentes à percentagem da participação consolidada proporcionalmente pela Portugal Telecom), foi consolidado proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom pela primeira vez em 30 de abril de 2011. O detalhe dos ativos líquidos consolidados proporcionalmente em 30 de abril de 2011 e do goodwill registado preliminarmente em resultado desta transação é como segue:

	Milhões	
	Reais Brasileiros	euros
<b>Ativos</b>	<b>105</b>	<b>45</b>
Ativos corrente	37	16
Ativos tangíveis (Nota 14)	15	6
Ativos intangíveis (Nota 14)	47	20
Outros	6	2
<b>Passivos</b>	<b>44</b>	<b>19</b>
Passivo corrente	33	14
Dívida de médio e longo prazo	11	5
Outros	1	0
<b>Ativos líquidos adquiridos</b>	<b>60</b>	<b>26</b>
Goodwill (Nota 14)	43	18
<b>Preço de aquisição (Nota 17.g)</b>	<b>103</b>	<b>44</b>

Adicionalmente, em 2010, a Vivo foi classificada como operação descontinuada, no seguimento do acordo celebrado pela Portugal Telecom com a Telefónica em 28 de julho de 2010 para a alienação da sua participação de 50% na Brasilcel, a qual foi concluída em setembro de 2010. Consequentemente, a informação financeira relativa a este negócio foi reexpressa de forma a ser apresentada como operação descontinuada.

Com exceção do mencionado acima, não ocorreram quaisquer outras alterações relevantes no perímetro de consolidação do Grupo durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2011.

### 3. Políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas

As políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas aplicados na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas intercalares são consistentes com os aplicados no último relatório anual da Portugal Telecom, apesar destas demonstrações financeiras intercalares incluírem determinadas políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas relativos à consolidação proporcional da Oi e da Contax as quais não eram aplicáveis em 31 de dezembro de 2010.

As seguintes normas, normas revistas ou interpretações foram aprovadas pela União Europeia com aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em 1 de junho de 2011, e a sua adoção não teve impacto nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom:

- Alterações ao IAS 24 *Divulgação de Partes Relacionadas*;
- Alterações ao IFRIC 14 *O Limite sobre um Ativo de Benefícios Definidos, Requisitos Mínimos de Financiamento e a sua Interação*;
- IFRIC 19 *Extinção de Passivos Financeiros através de Instrumentos de Capital Próprio*;
- Alterações ao IFRS 1 *Adoção pela Primeira Vez das IFRS*;
- Alterações ao IAS 32 *Instrumentos Financeiros*; e
- Alterações ao IFRS 7 *Instrumentos Financeiros: Divulgações*.

Em 2011, o International Accounting Standards Board ("IASB") emitiu as seguintes novas normas as quais ainda não foram adotadas pela Portugal Telecom dado ainda não terem sido aprovadas pela União Europeia, e a sua aplicação apenas ser requerida em períodos subsequentes:

- Em 12 de maio de 2011, o IASB emitiu a IFRS 10 *Demonstrações Financeiras Consolidadas*, a qual estabelece os princípios para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando a entidade controla uma ou mais entidades. A IFRS 10, com base nos princípios existentes, identifica o conceito de controlo como o fator decisivo para determinar se uma empresa deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. Esta norma

disponibiliza ainda orientação para determinar a existência de controlo nas situações em que tal é difícil. A IFRS 10 substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 *Consolidação* e na IAS 27 *Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais*. A Empresa está a analisar os impactos decorrentes da adoção desta norma, a qual é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013;

- Em 12 de maio de 2011, o IASB emitiu a IFRS 11 *Empreendimentos Conjuntos*, a qual classifica os empreendimentos conjuntos como operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de ativos controlados conjuntamente e de operações controladas conjuntamente) ou como *joint ventures* (equivalente ao conceito existente de uma entidade controlada conjuntamente) e requer a utilização do método de equivalência patrimonial nas *joint ventures*, eliminando desta forma o método de consolidação proporcional. Esta norma, que vem substituir a IAS 31 *Interesses em Empreendimentos Conjuntos* e a SIC 13 *Entidades Controladas Conjuntamente – Contribuições Não-Monetárias dos Ventures*, é aplicável em exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. Com a adoção desta nova norma, a Portugal Telecom deixará de consolidar proporcionalmente os seus investimentos na Oi e na Contax;
- Em 12 de maio de 2011, o IASB emitiu a IFRS 12 *Divulgação de Participações em Outras Entidades*, a qual é aplicável a entidades com participação em empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas, estabelece os objetivos de divulgação e especifica o nível mínimo de informações a divulgar pela entidade para cumprir com esses objetivos. De acordo com esta norma, uma entidade deve divulgar informação que permita aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliar a natureza e os riscos associados às participações financeiras em outras entidades e os efeitos das mesmas nas suas demonstrações financeiras. A Empresa está a avaliar o impacto da adoção desta norma, a qual é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013;
- Em 12 de maio de 2011, o IASB emitiu a IFRS 13 *Mensuração a Valor de Mercado*, a qual procura estabelecer uma fonte única de orientação para a mensuração a valor de mercado de acordo com as IFRS. O valor de mercado é definido como o “preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação entre duas partes a atuar no mercado na data de mensuração”. A Empresa está a avaliar o impacto da adoção desta norma, a qual é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013;
- Na sequência das alterações supra mencionadas, as normas IAS 27 *Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais* e IAS 28 *Investimentos em Associadas* foram revistas em conformidade;
- Em 16 de junho de 2011, o IASB emitiu alterações à IAS 19 *Benefícios aos Empregados*, as quais incluem essencialmente: (i) a eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, conhecida pelo “método do *corredor*”; (ii) a simplificação da apresentação das alterações nos ativos e passivos resultantes de planos de benefícios definidos, incluindo remensurações a serem apresentadas na Demonstração do Rendimento Integral, separando-as das alterações que podem ser vistas como resultado das operações do dia-a-dia da empresa; e (iii) melhorias nos requisitos de divulgação para planos de benefícios definidos, prestando melhor informação acerca das características desses planos e dos riscos a que as entidades estão expostas em resultado de participarem nos mesmos. Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A Empresa está a avaliar os impactos da adoção desta norma revista, sendo no entanto de salientar que a Portugal Telecom já reconhece os ganhos e perdas atuariais diretamente no capital próprio.

## 4. Taxas de Câmbio

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os ativos e passivos expressos em Reais Brasileiros foram convertidos para Euros com base nas taxas de câmbio de 2,2601 e 2,2177 Reais Brasileiros em relação ao Euro, respetivamente. Durante os semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010, as demonstrações dos resultados de empresas participadas expressas em Reais

Brasileiros foram convertidas para Euros com base nas taxas de câmbio média de 2,2879 e 2,3839 Reais Brasileiros em relação ao Euro, respetivamente.

## 5. Reporte de segmentos

No seguimento da aquisição da Oi e da Contax, cujos resultados foram consolidados proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, a Portugal Telecom incluiu um segmento adicional denominado Oi, que inclui a empresa holding TNL e a Telemar Norte Leste, S.A. e as suas subsidiárias. Assim, para o semestre findo em 30 de Junho de 2011, a identificação dos segmentos operacionais é como segue: (i) Rede fixa em Portugal (incluindo retalho, serviços a operadores e dados e soluções empresariais); (ii) Móvel em Portugal (TMN); e (iii) Oi (Brasil).

Nos semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010, as receitas por segmento operacional e respetiva contribuição para as receitas consolidadas são como segue:

	1S11			1S10		
	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas consolidadas	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas consolidadas
Receitas relativas aos segmentos reportados:						
Rede fixa em Portugal (i)	917.383.072	(75.030.906)	842.352.166	970.988.722	(78.151.816)	892.836.906
Móvel em Portugal - TMN (ii)	609.710.317	(19.347.227)	590.363.090	689.493.440	(27.040.174)	662.453.266
Oi (Brasil) (iii)	832.270.773	(1.104.537)	831.166.236	-	-	-
Receitas relativas a outras operações (iv)	670.240.596	(265.322.740)	404.917.856	500.669.742	(215.563.404)	285.106.338
<b>Receitas consolidadas do Grupo</b>			<b>2.668.799.348</b>			<b>1.840.396.510</b>

	2T11			2T10		
	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas consolidadas	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas consolidadas
Receitas relativas aos segmentos reportados:						
Rede fixa em Portugal (i)	461.228.946	(39.089.431)	422.139.515	482.833.393	(38.837.100)	443.996.293
Móvel em Portugal - TMN (ii)	306.696.002	(8.915.179)	297.780.823	343.599.556	(13.966.353)	329.633.203
Oi (Brasil) (iii)	832.270.773	(1.104.537)	831.166.236	-	-	-
Receitas relativas a outras operações (iv)	402.450.180	(155.855.474)	246.594.706	268.780.734	(108.892.283)	159.888.451
<b>Receitas consolidadas do Grupo</b>			<b>1.797.681.280</b>			<b>933.517.947</b>

- (i) A redução nas receitas de Rede Fixa no semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2011, em comparação com os mesmos períodos do ano anterior, é explicada essencialmente por: (1) menores receitas no segmento de dados e soluções empresariais, principalmente em resultado da redução de projetos estruturantes relacionados com a administração pública; (2) menores receitas de *wholesale*, afetadas pelo decréscimo do tráfego e das receitas de circuitos alugados; (3) um decréscimo no negócio de listas telefónicas refletindo a tendência histórica de perda neste negócio; e (4) uma redução nas vendas, refletindo o término de projetos da administração pública, tal como mencionado acima. Estes efeitos mais do que compensaram o aumento significativo nas receitas de TV por subscrição e de banda larga de retalho.
- (ii) A redução nas receitas da TMN no semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2011, em comparação com os mesmos períodos do ano anterior, é explicada essencialmente por: (1) menores receitas de cliente em resultado do aumento do Imposto sobre o Valor Acrescentado em 3pp e de um aumento da penetração dos planos tarifários pré-pagos de taxa fixa on-net; (2) menores receitas de interligação em parte devido à redução das tarifas de terminação móvel; e (3) menores vendas de equipamentos.
- (iii) Tal como foi mencionado na Nota 1, os resultados da Oi foram consolidados proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011.
- (iv) O aumento das receitas relacionadas com outras operações no semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2011 é explicado essencialmente pela melhoria das receitas da MTC (operador móvel na Namíbia) e da Timor Telecom, e inclui também o impacto da consolidação da Contax a partir de 1 de abril de 2011 (94 milhões de euros) e da GPTI a partir de 1 de março de 2010 (12 milhões de euros).

Nos semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010, a reconciliação entre o resultado antes de resultados financeiros e impostos dos segmentos operacionais e o resultado líquido do Grupo é como segue:

	euros			
	1S11	1S10	2T11	2T10
<b>Resultado antes de resultados financeiros e impostos relativo aos segmentos operacionais:</b>				
Rede fixa em Portugal (i)	96.644.318	111.730.269	48.734.639	52.218.476
Móvel em Portugal - TMN (ii)	184.066.581	221.453.130	92.738.577	111.591.913
Oi (Brasil) (iii)	119.164.936	-	119.164.936	-
<b>Resultado antes de resultados financeiros e impostos relativo a outras operações</b>	<b>(3.415.993)</b>	<b>8.202.221</b>	<b>(6.076.992)</b>	<b>(234.406)</b>
<b>Resultado antes de resultados financeiros e impostos</b>	<b>396.459.842</b>	<b>341.385.620</b>	<b>254.561.160</b>	<b>163.575.983</b>
<b>Ganhos e (custos) financeiros:</b>				
Juros suportados, líquidos (Nota 7)	(81.255.643)	(118.605.939)	(98.573.103)	(59.518.928)
Ganhos em empresas associadas, líquidos (iv)	122.499.467	83.920.268	42.318.904	45.155.672
Outros custos financeiros, líquidos (Nota 8)	(69.472.889)	(12.180.114)	(27.565.887)	(7.302.786)
Imposto sobre o rendimento (Nota 9)	(101.778.952)	(26.523.670)	(53.810.824)	12.194.551
<b>Resultado líquido das operações continuadas</b>	<b>266.451.825</b>	<b>267.996.165</b>	<b>116.930.250</b>	<b>154.104.492</b>
Resultado das operações descontinuadas (Nota 10)	-	76.685.588	-	61.430.743
<b>Resultado líquido</b>	<b>266.451.825</b>	<b>344.681.753</b>	<b>116.930.250</b>	<b>215.535.235</b>

- (i) A redução ocorrida nesta rubrica no semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2011, face aos mesmos períodos do ano anterior, está relacionada essencialmente com maiores custos com amortizações relacionadas com os investimentos na implementação de serviços de IPTV. Este efeito foi parcialmente compensado por menores custos com benefícios de reforma, essencialmente explicados pela transferência para o Estado Português das responsabilidades regulamentares não financiadas com pensões, concluída em dezembro de 2010, conforme explicado na Nota 6.
- (ii) A redução no resultado antes de resultados financeiros e impostos da TMN no semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2011 foi afetada pela diminuição nas receitas líquidas de serviços (receitas de serviços menos custos diretos), não obstante o corte de custos implementado pela TMN em 2011, o que contribuiu para uma redução das outras despesas operacionais.
- (iii) Tal como mencionado na Nota 1, os resultados da Oi foram consolidados proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011.
- (iv) No semestre findo em 30 de junho de 2011, esta rubrica inclui um ganho de 38 milhões de euros relacionado com a conclusão da alienação da participação na UOL (Nota 13). Ajustando por este efeito e pelos resultados da UOL no semestre findo em 30 de junho de 2010 (10 milhões de euros), os ganhos em empresas associadas teriam ascendido a 85 milhões de euros e a 74 milhões de euros nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010, respetivamente, refletindo principalmente a melhoria nos resultados na Unitel não obstante a desvalorização ocorrida na moeda local.

Nos semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010, os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis por segmento operacional e a reconciliação dos mesmos com os investimentos consolidados são como segue (Nota 14):

	euros			
	1S11	1S10	2T11	2T10
Rede fixa em Portugal	194.048.860	212.060.769	111.635.685	99.675.663
Móvel em Portugal - TMN	56.834.200	52.560.539	37.879.258	29.067.844
Oi (Brasil)	116.633.660	-	116.633.660	-
Outros negócios	50.467.676	47.523.782	29.630.331	20.401.164
	<b>417.984.396</b>	<b>312.145.090</b>	<b>295.778.934</b>	<b>149.144.671</b>

A variação nos investimentos em ativos tangíveis e intangíveis no semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2011, face aos mesmos períodos do ano anterior, reflete essencialmente os seguintes efeitos:

- Uma diminuição na rede fixa em Portugal durante o semestre findo em 30 de junho de 2011, em resultado (1) da redução do custo por novos clientes dos serviços de Tv por subscrição, (2) da diminuição do investimento em infraestruturas na sequência dos esforços significativos de cobertura de FTTH ("fiber to the home") realizados em 2009 e 2010, e (3) de menores investimentos na infraestrutura histórica de rede, decorrente da implementação de FTTH;
- Um aumento na TMN explicado essencialmente pelos investimentos (1) na troca de equipamentos 2G por equipamentos preparados para a LTE (4G) e (2) nas redes existentes de 3G e 3,5G, nomeadamente nas áreas urbanas;
- A consolidação proporcional dos investimentos em ativos tangíveis e intangíveis da Oi (117 milhões de euros) a partir de 1 de abril de 2011;

- Um aumento dos investimentos em ativos tangíveis e intangíveis nos outros negócios, refletindo essencialmente a consolidação proporcional dos investimentos em ativos tangíveis e intangíveis da Contax a partir de 1 de abril de 2011 (7 milhões de euros) e maiores investimentos em ativos tangíveis e intangíveis em outras operações internacionais tais como a MTC, CST e Timor Telecom. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela redução na Dedic, explicada pelos investimentos significativos realizados no primeiro trimestre de 2010, nomeadamente na construção de novos *sites*.

## 6. Benefícios de reforma

Em 30 de junho de 2011, a Empresa não obteve um estudo atuarial para reconhecer os benefícios de reforma, pelo que os custos registados durante o semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2011 baseiam-se no estudo atuarial de 31 de dezembro 2010, ajustado pelos custos com a redução de efetivos incorridos durante esses períodos.

Em 30 de junho de 2011, as responsabilidades projetadas com benefícios de reforma (PBO) das operações em Portugal que estão relacionadas com complementos de pensões e cuidados de saúde ascendiam a 436 milhões de euros, e o valor de mercado dos ativos dos planos ascendia a 409 milhões de euros, que compara com 472 milhões de euros e 448 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010, respetivamente. Adicionalmente, a Portugal Telecom tinha responsabilidades sob a forma de salários devidos a empregados suspensos e pré-reformados no montante de 863 milhões de euros em 30 de junho de 2011, que compara com 924 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010, as quais não estão sujeitas a qualquer requisito legal para efeitos de financiamento. Estes salários são pagos mensalmente e diretamente pela Portugal Telecom aos seus beneficiários, até estes atingirem a idade de reforma. Em 30 de junho de 2011, a Portugal Telecom tinha ganhos com serviços passados não reconhecidos relativos a direitos não vencidos no montante de 18 milhões de euros, pelo que as responsabilidades líquidas com benefícios de reforma registadas na Demonstração Consolidada da Posição Financeira ascendiam a 907 milhões de euros.

Adicionalmente, após a aquisição do investimento na Oi, concluída em 28 de março de 2011 (Nota 1), a Portugal Telecom consolidou proporcionalmente as responsabilidades com benefícios de reforma dessa empresa, as quais ascendiam a 52 milhões de euros em 31 de março de 2011, incluindo um passivo de 63 milhões de euros (Nota 2) e um ativo de 11 milhões de euros (Nota 2), e a 55 milhões de euros em 30 de junho de 2011. Estas responsabilidades líquidas estão relacionadas com vários planos com características diferentes, incluindo planos de contribuição definida e planos de benefícios definidos. A maioria destes planos já estão fechados a novos participantes. A Oi tem diversos planos que apresentam uma situação excedentária para os quais não é registado um ativo por não ser possível assegurar o reembolso do excesso de financiamento dos mesmos.

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nas responsabilidades com benefícios de reforma, líquidas do valor de mercado dos ativos dos planos e dos ganhos com serviços passados não reconhecidos, foram como segue:

	euros			
	Pensões	Cuidados de saúde	Salários a pré-reformados e empregados suspensos	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>764.851.062</b>	<b>(65.540.099)</b>	<b>791.441.962</b>	<b>1.490.752.925</b>
Custos com benefícios de reforma do período	17.962.011	(2.121.878)	19.805.000	35.645.133
Custos com redução de efetivos	120.332	-	5.523.737	5.644.069
Perdas atuariais, líquidas	128.149.570	15.051.693	-	143.201.263
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(35.282.540)	75.795.366	(70.360.707)	(29.847.881)
<b>Saldo em 30 de junho de 2010</b>	<b>875.800.435</b>	<b>23.185.082</b>	<b>746.409.992</b>	<b>1.645.395.509</b>

	Operações em Portugal				Oi				euros
	Complementos de Pensões	Cuidados de saúde	Salários a pré-reformados e empregados suspensos		Complementos de Pensões	Cuidados de saúde	Sub-total	Total	
				Sub-total					
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>25.772.632</b>	<b>16.767.576</b>	<b>924.324.397</b>	<b>966.864.605</b>	-	-	-	<b>966.864.605</b>	
Alterações no perímetro de consolidação (Nota 2)	-	-	-	-	52.083.050	406.094	52.489.144	52.489.144	
Custos com benefícios de reforma do período	(357.642)	(885.465)	15.693.048	14.449.941	1.564.935	10.692	1.575.627	16.025.568	
Custos com redução de efetivos	-	-	3.749.157	3.749.157	-	-	-	3.749.157	
Perdas (ganhos) atuariais, líquidos	1.308.374	(532.338)	-	776.036	-	-	-	776.036	
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(583.249)	2.525.744	(80.830.257)	(78.887.762)	(152.278)	(924)	(153.202)	(79.040.964)	
Ajustamentos de conversão cambial	-	-	-	-	1.070.513	8.331	1.078.844	1.078.844	
<b>Saldo em 30 de junho de 2011</b>	<b>26.140.115</b>	<b>17.875.517</b>	<b>862.936.345</b>	<b>906.951.977</b>	<b>54.566.220</b>	<b>424.193</b>	<b>54.990.413</b>	<b>961.942.390</b>	

Alguns planos de benefícios de reforma que apresentam posições excedentárias, para os quais se pode reconhecer um ativo por ser possível assegurar o reembolso do excesso de financiamento dos mesmos, são apresentados separadamente na Demonstração Consolidada da Posição Financeira dos saldos daqueles planos com posição deficitária. Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o valor líquido das responsabilidades com benefícios de reforma foi reconhecido na Demonstração Consolidada da Posição Financeira como segue:

	euros	
	30 jun 2011	31 dez 2010
Planos de pensões com uma posição deficitária	93.665.924	27.700.623
Salários devidos a pré-reformados e empregados suspensos	862.936.345	924.324.397
Planos de cuidados de saúde com uma posição deficitária	18.299.710	16.767.576
<b>Planos com uma posição deficitária</b>	<b>974.901.979</b>	<b>968.792.596</b>
Planos de pensões com uma posição excedentária	(12.959.589)	(1.927.991)
	<b>961.942.390</b>	<b>966.864.605</b>

O detalhe dos custos com benefícios de reforma nos semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010 é como segue:

	euros			
	1S11	1S10	2T11	2T10
<b>Custos com benefícios de reforma</b>				
<b>Operações em Portugal (i)</b>				
Custo do serviço do período	1.763.800	4.074.044	881.900	2.037.022
Custo financeiro	26.500.485	101.021.922	13.249.980	50.510.961
Rendimento estimado dos fundos	(13.053.166)	(68.482.661)	(6.526.583)	(34.241.331)
Amortização de ganhos com serviços passados	(761.178)	(968.172)	(380.589)	(484.086)
	<b>14.449.941</b>	<b>35.645.133</b>	<b>7.224.708</b>	<b>17.822.566</b>
Custo do serviço relativo às responsabilidades transferidas para o Estado Português (ii)	10.354.703	-	5.533.963	-
<b>Sub-total</b>	<b>24.804.644</b>	<b>35.645.133</b>	<b>12.758.671</b>	<b>17.822.566</b>
<b>Oi (Nota 2)</b>				
Custo do serviço do período	257.311	-	257.311	-
Custo financeiro	23.534.713	-	23.534.713	-
Rendimento estimado dos fundos	(34.642.554)	-	(34.642.554)	-
Amortização de ganhos com serviços passados	(52.094)	-	(52.094)	-
Efeito do limite num ativo de benefícios definidos (iii)	12.478.251	-	12.478.251	-
<b>Sub-total</b>	<b>1.575.627</b>	<b>-</b>	<b>1.575.627</b>	<b>-</b>
<b>Total de custos com benefícios de reforma</b>	<b>26.380.271</b>	<b>35.645.133</b>	<b>14.334.298</b>	<b>17.822.566</b>
<b>Custos com redução de efetivos</b>				
Programa de redução de efetivos	3.749.157	5.644.069	21.919	983.311
Pagamentos por cessação de contratos de trabalho	1.823.235	3.595.144	1.147.270	3.077.740
<b>Total de custos de redução de efetivos</b>	<b>5.572.392</b>	<b>9.239.213</b>	<b>1.169.189</b>	<b>4.061.051</b>

- (i) A redução nos custos com benefícios de reforma das operações em Portugal é explicada principalmente pelo impacto da transferência para o Estado Português das responsabilidades regulamentares não financiadas com pensões, concluída em dezembro de 2010.
- (ii) Esta rubrica inclui a contribuição paga pela Portugal Telecom à Segurança Social, relativa ao serviço anual dos empregados ativos que tinham direito a benefícios de pensões no âmbito dos planos de benefícios de reforma da Empresa transferidos para o Estado Português em dezembro de 2010.
- (iii) Tal como mencionado acima, a Oi tem diversos planos que apresentam uma situação excedentária cujos ativos não são registados por não ser possível assegurar o reembolso do excesso de financiamento dos mesmos; consequentemente, de acordo com o previsto na IFRIC 14 *Limite sobre um Ativo de Benefícios Definidos, Requisitos Mínimos de Financiamento e Respetiva Interação*, são reconhecidas perdas para aqueles planos em que não é possível reconhecer um ativo.

O detalhe dos ganhos (perdas) atuariais líquidos reconhecidos na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral nos semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010, os quais dizem respeito às operações em Portugal, é como se segue:

	euros			
	1S11	1S10	2T11	2T10
Alterações nos pressupostos atuariais (i)	36.259.333	-	36.259.333	-
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais (ii)	(37.035.369)	(143.201.263)	(20.684.168)	(140.750.376)
	<b>(776.036)</b>	<b>(143.201.263)</b>	<b>15.575.165</b>	<b>(140.750.376)</b>

- (i) Baseada na taxa de rendimento de longo prazo de obrigações de *rating* elevado à data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira e com maturidade similares, a Portugal Telecom reviu o pressuposto atuarial da taxa de desconto, aumentando-o de 4,75% para 5,50% para benefícios de cuidados de saúde e de 4,75% para 5,00% para os complementos de pensões. O impacto da alteração neste pressuposto atuarial foi um ganho de 36 milhões de euros reconhecido no trimestre findo em 30 de junho de 2011.
- (ii) As perdas atuariais líquidas registadas nos semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010 correspondem à diferença entre o retorno atual e esperado dos ativos do plano. Nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010, o retorno atual dos ativos foi de -5,5% e -3,3%, respetivamente, em comparação com o pressuposto atuarial de 3,0%.

As saídas líquidas de fluxos de caixa relacionadas com benefícios de reforma nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010 são como se segue:

	euros	
	1S11	1S10
Pagamentos de salários a pré-reformados e suspensos	80.830.257	70.360.707
Despesas com cuidados de saúde (i)	(2.524.820)	(795.366)
Pagamentos de benefícios relativos a complementos de pensões	583.249	449.920
Contribuições para os fundos de pensões	152.278	34.832.620
Reembolso referente ao excesso de financiamento do plano de saúde	-	(75.000.000)
	<b>79.040.964</b>	<b>29.847.881</b>
Custo do serviço relativo às responsabilidades transferidas para o Estado Português	9.731.240	-
Pagamentos por cessação de contratos de trabalho	1.823.235	3.595.144
	<b>90.595.439</b>	<b>33.443.025</b>

- (i) Nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010, esta rubrica inclui reembolsos relacionados com despesas pagas pela PT Comunicações por conta dos fundos nos montantes de 11 milhões de euros e 9 milhões de euros, respetivamente.

## 7. Juros suportados, líquidos

Nos semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição (Nota 5):

	euros			
	1S11	1S10	2T11	2T10
<b>Juros suportados</b>				
Relacionados com empréstimos obtidos e instrumentos financeiros	233.176.567	135.620.193	152.530.356	68.622.046
Outros	21.471.803	4.489.873	14.320.772	1.782.746
<b>Juros obtidos</b>				
Relacionados com caixa, investimentos de curto prazo e instrumentos financeiros	(169.184.657)	(19.139.538)	(65.629.656)	(9.537.135)
Outros	(4.208.070)	(2.364.589)	(2.648.369)	(1.348.729)
	<b>81.255.643</b>	<b>118.605.939</b>	<b>98.573.103</b>	<b>59.518.928</b>

A redução dos juros suportados líquidos para 81 milhões de euros no semestre findo em 30 de junho de 2011, em comparação com 119 milhões de euros no mesmo período do ano anterior, é essencialmente explicada: (1) pela diminuição da dívida líquida média das operações em Portugal, após o recebimento em 2010 da primeira e segunda prestação (5.500 milhões de euros) relativas à alienação pela Portugal Telecom de 50% da Brasilcel à Telefónica, que mais do que compensaram os impactos na dívida líquida média decorrentes dos dividendos pagos em dezembro de 2010 (876 milhões de euros) e em junho de 2011 (1.139 milhões de euros), da dívida relacionada com a transferência das responsabilidades não financiadas com pensões concluída em dezembro de 2010 (mil milhões de euros) e do investimento na Oi e na Contax pago em março de 2011 (3.728 milhões de euros); e (2) pela

redução do custo médio da dívida das operações em Portugal. Estes efeitos mais do que compensaram o impacto da consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores a partir de 1 de abril de 2011 (49 milhões de euros – Nota 2), o que explica o aumento dos juros suportados líquidos consolidados ocorrido no trimestre findo em 30 de junho de 2011.

## 8. Outros custos financeiros, líquidos

Nos semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição (Nota 5):

	euros			
	1S11	1S10	2T11	2T10
Perdas (ganhos) com variações cambiais, líquidos (i)	23.939.043	(3.884.238)	8.234.417	(1.075.124)
Outros, líquidos (ii)	45.533.846	16.064.352	19.331.470	8.377.910
	<b>69.472.889</b>	<b>12.180.114</b>	<b>27.565.887</b>	<b>7.302.786</b>

- (i) As perdas registadas no semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2011 incluem essencialmente os impactos (1) da desvalorização do dólar face ao euro em ativos denominados em dólares, e (2) da consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir de 1 de abril de 2011 (5 milhões de euros).
- (ii) Esta rubrica inclui essencialmente custos com serviços bancários, comissões e outros custos de financiamento. O aumento desta rubrica ocorrido no semestre findo em 30 de junho de 2011 face a igual período do ano anterior resulta essencialmente (1) impostos suportados no Brasil durante o primeiro trimestre de 2011 com a transferência de fundos da Portugal Telecom para o investimento na Oi (14 milhões de euros) e (2) o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir de 1 de abril de 2011 (11 milhões de euros).

## 9. Imposto sobre o rendimento

No decurso da alteração na legislação fiscal ocorrida no segundo trimestre de 2010, a Portugal Telecom e as suas subsidiárias com sede em Portugal passaram a ser tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa agregada máxima de 29%, correspondente a uma taxa base de 25%, acrescida da Derrama Municipal até um máximo de 1,5% sobre a matéria coletável de IRC e de Derrama Estadual de mais 2,5% sobre a matéria coletável acima de 2 milhões de euros.

As empresas localizadas no Brasil, nomeadamente a Oi e a Contax que foram consolidadas proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, são sujeitas a imposto sobre o rendimento à taxa nominal de 34%.

Nos semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010, a reconciliação entre as taxas nominal e efetiva de imposto é como segue:

	euros			
	1S11	1S10	2T11	2T10
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>368.230.777</b>	<b>294.519.835</b>	<b>170.741.074</b>	<b>141.909.941</b>
Taxa nominal de imposto	29,0%	29,0%	29,0%	29,0%
	<b>106.786.925</b>	<b>85.410.752</b>	<b>49.514.911</b>	<b>41.153.883</b>
Excesso de estimativa para impostos do exercício anterior	(8.956.999)	(9.937.206)	(9.279.710)	(5.386.099)
Incentivos fiscais obtidos pela Oi	6.079.997	-	6.079.997	-
Diferenças permanentes (i)	(5.896.132)	7.674.341	3.669.533	3.351.077
Taxas de imposto diferenciadas	809.064	(8.302.518)	517.825	(5.328.819)
Provisões para contingências fiscais relativas a imposto sobre o rendimento	(731.791)	2.607.212	2.211.160	2.296.443
Ganho decorrente de uma redução de impostos diferidos passivos (ii)	-	(48.407.588)	-	(48.407.588)
Alteração na taxa de imposto (iii)	-	(3.503.355)	-	(3.503.355)
Outros	3.687.888	982.032	1.097.108	3.629.907
	<b>101.778.952</b>	<b>26.523.670</b>	<b>53.810.824</b>	<b>(12.194.551)</b>
<b>Imposto sobre o rendimento (Nota 5) (iv)</b>				
Imposto corrente	80.411.091	71.107.468	38.305.081	33.593.340
Imposto diferido	21.367.861	(44.583.798)	15.505.743	(45.787.891)
	<b>101.778.952</b>	<b>26.523.670</b>	<b>53.810.824</b>	<b>(12.194.551)</b>

- (i) A variação nesta rubrica é explicada essencialmente pela redução de juros suportados não dedutíveis fiscalmente e pelo reconhecimento no semestre findo em 30 de junho de 2011 de juros obtidos não tributáveis fiscalmente.
- (ii) O ganho registado no segundo trimestre de 2010 resulta da diminuição dos impostos diferidos passivos relacionados com dividendos não atribuídos por empresas associadas, em resultado da redução na taxa de imposto estimada aplicável.
- (iii) Esta rubrica diz respeito ao impacto da alteração na taxa nominal de imposto aplicável em Portugal nos impostos diferidos em 1 de janeiro de 2010, conforme mencionado acima.
- (iv) O aumento no imposto sobre o rendimento nos períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2011, em comparação com os mesmos períodos do ano anterior, é explicado essencialmente por: (1) o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax desde 1 de Abril de 2011, no montante de 28 milhões de euros (Nota 2); (2) o ganho de 48 milhões de euros registado no segundo trimestre de 2010, conforme referido acima; e (3) o ganho de 4 milhões de euros correspondente ao impacto da alteração na taxa nominal de imposto aplicável em Portugal.

O aumento nos ativos por impostos diferidos reconhecidos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira, de 653 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010 para 1.288 milhões de euros em 30 de junho de 2011, é explicado essencialmente pelos ativos por impostos diferidos da Oi e da Contax consolidados proporcionalmente pela primeira vez na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom em 31 de março de 2011 (654 milhões de euros - Nota 2), e também pelo impacto da apreciação do Real Brasileiro face ao Euro. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela redução dos ativos por impostos diferidos relacionados com: (1) responsabilidades com benefícios de reformas das operações em Portugal, com o efeito fiscal relacionado com os pagamentos e contribuições a mais que compensar o efeito fiscal dos custos com benefícios de reforma e das perdas atuariais líquidas registadas no semestre findo em 30 de junho de 2011; e (2) ativos não correntes detidos para venda (Nota 13). O efeito fiscal sobre as perdas atuariais líquidas registadas no semestre findo em 30 de junho de 2011 foi um ganho de 0,2 milhões de euros e foi reconhecido na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral.

O aumento nos passivos por impostos diferidos reconhecidos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira, de 312 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010 para 648 milhões de euros em 30 de junho de 2011, é explicado essencialmente pelos passivos por impostos diferidos da Oi e da Contax consolidados proporcionalmente pela primeira vez na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom em 31 de março de 2011 (353 milhões de euros - Nota 2).

Os ativos por impostos diferidos da Oi e da Contax estão essencialmente relacionados com prejuízos fiscais reportáveis e provisões para contingências, enquanto os passivos por impostos diferidos dizem respeito principalmente ao efeito fiscal dos ajustamentos de valor de mercado realizados em processos de alocação do preço de compra de concentrações empresariais ocorridas em anos anteriores.

## 10. Operações descontinuadas

Na sequência do acordo celebrado pela Portugal Telecom com a Telefónica em 28 de julho de 2010 para a venda da sua participação de 50% na Brasilcel, operação concluída em setembro de 2010, a Vivo foi classificada como uma operação descontinuada em 2010. Consequentemente, a informação financeira relativa ao segmento móvel no Brasil foi reexpressa de modo a ser apresentada como uma operação descontinuada.

No semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2010, o resultado líquido das operações descontinuadas totalizou 76.685.588 euros e 61.430.743 euros, respetivamente, incluindo (1) a participação de 50% da Portugal Telecom no resultado líquido antes de interesses não controladores da Vivo, nos montantes de 44.744.735 euros e 29.489.890 euros, respetivamente, e (2) ajustamentos de conversão cambial positivos no montante de 31.940.853 euros transferidos para resultado líquido no trimestre findo em 30 de junho de 2010, no seguimento do reembolso do investimento efetuado através de reduções de capital realizadas pela Brasilcel. Os resultados da Vivo no semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2010 foram como segue:

	<b>euros</b>	
	<b>1S10</b>	<b>2T10</b>
<b>Receitas</b>	<b>1.884.805.213</b>	<b>1.001.435.179</b>
<b>Custos:</b>		
Custos com pessoal	108.195.787	58.773.415
Custos diretos	400.675.199	209.900.297
Custos comerciais	408.705.832	215.574.810
Amortizações	423.310.914	217.939.611
Outros custos	419.482.598	224.049.448
<b>Total de custos</b>	<b>1.760.370.330</b>	<b>926.237.581</b>
<b>Resultado antes de resultados financeiros e impostos</b>	<b>124.434.883</b>	<b>75.197.598</b>
Perdas financeiras	26.553.353	16.599.153
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>97.881.530</b>	<b>58.598.445</b>
Imposto sobre o rendimento	53.136.795	29.108.555
<b>Resultado líquido</b>	<b>44.744.735</b>	<b>29.489.890</b>

Os fluxos de caixa das atividades descontinuadas incluem a participação de 50% da Portugal Telecom nos fluxos de caixa da Vivo e, na rubrica de fluxos de caixa de atividades de investimento, os recebimentos da PT Móveis relativos às reduções de capital ocorridas na Brasilcel antes da alienação da mesma, tal como detalhado abaixo. O detalhe dos fluxos de caixa das atividades de investimento relativos a operações descontinuadas no semestre findo em 30 de junho de 2010 é como segue:

	<b>euros</b>
	<b>1S10</b>
Reduções de capital na Brasilcel	89.935.775
Consolidação proporcional dos fluxos de caixa de atividades de investimento da Vivo	(143.961.517)
<b>Fluxos das atividades de investimento</b>	<b>(54.025.742)</b>

A participação de 50% da Portugal Telecom nos fluxos de caixa da Vivo no semestre findo em 30 de junho de 2010 foi como segue:

	<b>1S10</b>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	
Recebimentos de clientes	2.118.029.912
Pagamentos a fornecedores	(1.352.615.401)
Pagamentos ao pessoal	(116.236.364)
Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento	(30.877.981)
Pagamentos relativos a impostos indiretos, taxas e outros	(228.000.983)
<b>Fluxos das atividades operacionais</b>	<b>390.299.183</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	
Recebimentos provenientes de:	
Juros e proveitos similares	7.303.082
Outras atividades de investimento	2.055.846
	<b>9.358.928</b>
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos tangíveis e intangíveis	(152.384.618)
Outras atividades de investimento	(935.827)
	<b>(153.320.445)</b>
<b>Fluxos das atividades de investimento</b>	<b>(143.961.517)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	
Recebimentos provenientes de:	
Empréstimos obtidos	170.341.512
Outras atividades de financiamento	1.758.782
	<b>172.100.294</b>
Pagamentos respeitantes a:	
Empréstimos obtidos	(277.867.467)
Juros e custos similares	(57.567.624)
Dividendos	(32.245.767)
Reduções de capital	(89.935.775)
Outras atividades de financiamento	(109.530)
	<b>(457.726.163)</b>
<b>Fluxos das atividades de financiamento</b>	<b>(285.625.869)</b>

## 11. Resultados por ação e dividendos

Os resultados por ação para os semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010 foram calculados como segue:

		1S11	1S10	2T11	2T10
Resultado das operações continuadas, líquido de interesses não controladores	(1)	227.864.661	217.125.339	98.135.674	119.906.322
Resultado das operações descontinuadas, líquido de interesses não controladores	(2)	-	47.368.865	-	44.272.134
<b>Resultado líquido atribuível a acionistas da Portugal Telecom</b>	<b>(3)</b>	<b>227.864.661</b>	<b>264.494.204</b>	<b>98.135.674</b>	<b>164.178.456</b>
Juros das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	(4)	14.693.569	14.207.165	7.535.378	7.113.202
<b>Resultado líquido considerado para efeitos do cálculo do resultado líquido por ação diluído</b>	<b>(5)</b>	<b>242.558.230</b>	<b>278.701.369</b>	<b>105.671.052</b>	<b>171.291.658</b>
Número médio de ações ordinárias em circulação no período (i)	(6)	868.789.484	875.872.500	861.784.302	875.872.500
Efeito das obrigações convertíveis (ii)	(7)	69.796.791	64.655.173	71.759.836	64.655.173
	(7)	<b>938.586.275</b>	<b>940.527.673</b>	<b>933.544.138</b>	<b>940.527.673</b>
<b>Resultado por ação das operações continuadas, líquido de interesses não controladores</b>					
Básico	(1)/(6)	0,26	0,25	0,11	0,14
Diluído	[(1)+(4)]/(7)	0,26	0,25	0,11	0,14
<b>Resultado por ação das operações descontinuadas, líquido de interesses não controladores</b>					
Básico	(2)/(6)	0,00	0,05	0,00	0,05
Diluído	(2)/(7)	0,00	0,05	0,00	0,05
<b>Resultado líquido por ação atribuível a acionistas da Portugal Telecom</b>					
Básico	(3)/(6)	0,26	0,30	0,11	0,19
Diluído	(5)/(7)	0,26	0,30	0,11	0,18

- (i) O número médio de ações em circulação foi calculado considerando as 896.512.500 ações emitidas, ajustadas (1) por 20.640.000 ações detidas através de contratos de equity swap, situação aplicável para todos os períodos apresentados, e (2) pela participação de 25,3% da Empresa nas 62.755.860 ações da Portugal Telecom adquiridas pela Telemar durante o semestre findo em 30 de junho de 2011, no âmbito da parceria estratégica celebrada entre a Portugal Telecom e a Oi (Nota 1).
- (ii) A alteração nesta rubrica diz respeito aos ajustamentos ao preço de conversão das obrigações convertíveis em resultado dos dividendos pagos em dezembro de 2010 e junho de 2011.

Na Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom de 6 de maio de 2011, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por ação de 1,30 euros, o qual foi pago em 3 de junho de 2011. Este montante inclui 65 cêntimos por ação correspondentes ao dividendo ordinário relativo ao exercício de 2010 e 65 cêntimos relativos ao dividendo extraordinário de 1,65 euros proposto pela Portugal Telecom no seguimento da venda da Brasilcel, dos quais 1 euro por ação já tinha sido pago em dezembro de 2010. Consequentemente, no semestre findo em 30 de junho de 2011, a Portugal Telecom pagou um montante total de 1.138.634.250 euros relativo a 875.872.500 ações (896.512.500 ações emitidas líquidas de 20.640.000 ações próprias detidas através de contratos de *equity swap*), o qual inclui um montante de 20.646.929 euros pago relativamente à participação de 25,3% da Empresa nas 62.755.860 ações da Portugal Telecom detidas pela Telemar (Nota 1), resultando num pagamento líquido consolidado de 1.117.987.321 euros (Nota 17.i).

Na Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom de 16 de abril de 2010, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por ação de 57,5 cêntimos relativo ao exercício de 2009, no total de 503.626.688 euros (Nota 17.i), pago em maio de 2010.

## 12. Depósitos judiciais

A Oi e a Contax têm diversos litígios judiciais, incluindo contingências civis, laborais e fiscais (Nota 16.2), sendo exigido em determinadas situações de acordo com a legislação brasileira a constituição de depósitos judiciais ou a apresentação de garantias financeiras junto das entidades judiciais responsáveis. Estes depósitos judiciais podem ser exigidos para processos com perda provável, possível ou remota, dependendo da decisão das autoridades judiciais, e geralmente vencem juros ou são atualizados pela inflação.

Os depósitos judiciais correntes e não correntes da Oi e da Contax que foram consolidados proporcionalmente pela primeira vez em 31 de março de 2011 ascendiam a 208 milhões de euros (Nota 2) e 776 milhões de euros (Nota 2), respetivamente, totalizando 984 milhões de euros. Em 30 de junho de 2011, os depósitos judiciais totalizavam 1.046 milhões de euros e apresentavam a seguinte composição:

	<b>euros</b>
	<b>30 jun 2011</b>
<b>Depósitos judiciais</b>	
Cíveis	624.434.275
Fiscais	209.039.506
Laborais	188.309.582
<b>Depósitos bloqueados judicialmente</b>	24.601.523
	<b>1.046.384.886</b>

### 13. Ativo não corrente detido para venda

Conforme explicado na Nota 1, em 1 de julho de 2011, os Conselhos de Administração e as Assembleias Gerais de Acionistas da Dedic, da Contax e da CTX aprovaram as seguintes operações: (1) a troca do investimento da Portugal Telecom na Dedic/GPTI por uma participação de 7,6% na Contax; (2) a troca de uma participação de 1,3% detida pela Portugal Telecom na Contax por uma participação adicional de 3,7% na CTX; e (3) a alienação pela Portugal Telecom à CTX de uma participação de 2,0% na Contax por um montante de 49,7 milhões de Reais Brasileiros. Em resultado destas operações, as participações diretas e indiretas da Portugal Telecom na CTX e na Contax foram aumentadas de 42,0% para 44,0% e de 14,1% para 19,5%, respetivamente.

Considerando a conclusão destas operações, a Portugal Telecom classificou o negócio da Dedic/GPTI como detido para venda e, consequentemente, os ativos e os passivos relativos a estes negócios foram incluídos nas rubricas "Ativos não correntes detidos para venda" e "Passivos não correntes detidos para venda", respetivamente. Em 30 de junho de 2011, o valor contabilístico dos ativos e passivos não correntes detidos para venda, o qual era inferior ao respetivo valor de mercado, tinha a seguinte composição:

	<b>euros</b>
	<b>30 jun 2011</b>
<b>Ativos</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	2.973.018
Contas a receber	74.393.549
Ativos tangíveis (Nota 14)	45.840.953
Ativos intangíveis (incluindo o goodwill sobre a GPTI) (Nota 14)	70.050.023
Ativos por impostos diferidos	21.971.209
Outros	8.183.842
	<b>223.412.594</b>
<b>Passivos</b>	
Dívida bruta	20.841.161
Contas a pagar	18.548.310
Acréscimos de custos	18.631.938
Impostos a pagar	11.785.774
Provisões (Nota 16)	9.307.593
	<b>79.114.776</b>

Em dezembro de 2010, a Portugal Telecom celebrou com um terceiro um acordo para a alienação da participação de 28,78% na UOL pelo montante total de 356 milhões de Reais Brasileiros (equivalente a 160,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010), na sequência do qual o valor contabilístico deste investimento a 31 de dezembro de 2010 foi ajustado para o seu valor recuperável, correspondente ao valor de venda, e foi classificado como um ativo não corrente detido para venda. A operação foi concluída em 27 de janeiro de 2011, tendo a Portugal Telecom recebido o montante total de 155,5 milhões de euros (Nota 17.d) e reconhecido um ganho de 37,8 milhões de euros (Nota 5) correspondente ao montante acumulado de ajustamentos de conversão cambial relativos ao investimento na UOL que foi transferido para resultado líquido.

## 14. Ativos tangíveis e intangíveis

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os saldos dos ativos tangíveis e intangíveis eram como segue:

	euros	
	30 jun 2011	31 dez 2010
Ativos intangíveis (i)	4.918.809.523	1.111.692.584
Ativos tangíveis	6.402.409.535	3.874.613.414
	<b>11.321.219.058</b>	<b>4.986.305.998</b>

(i) Os ativos intangíveis compreendem essencialmente (1) *goodwill*, incluindo basicamente o *goodwill* apurado preliminarmente no âmbito da aquisição dos investimentos na Oi e na Contax, o qual ascende a 1.813 milhões de euros em 30 de junho de 2011, e (2) licenças e concessões relacionadas com as operações em Portugal, as quais já estavam incluídas na Demonstração Consolidada da Posição Financeira da Portugal Telecom em 31 de dezembro de 2010, e também as licenças e concessões relacionadas com a Oi, conforme descrito abaixo.

As alterações ocorridas nos ativos tangíveis e intangíveis são essencialmente explicadas por:

- Os impactos da aquisição da Oi e da Contax, no montante total de 6.445 milhões de euros em 31 de março de 2011, incluindo os ativos tangíveis e intangíveis consolidados proporcionalmente pela Portugal Telecom na sua Demonstração Consolidada da Posição Financeira, nos montantes de 2.632 milhões de euros (Nota 2) e 2.035 milhões de euros (Nota 2), respectivamente, e o *goodwill* apurado preliminarmente em resultado desta transação no montante de 1.777 milhões de euros em 31 de março de 2011 (Nota 2). Os ativos tangíveis estão, essencialmente, relacionados com infraestrutura e equipamentos de transmissão, enquanto os ativos intangíveis incluem, essencialmente, licenças e concessões, nomeadamente a concessão da Brasil Telecom, empresa que presta o serviço fixo de telefone na Região II, conforme supra mencionado, e licenças 2G e 3G adquiridas em anos anteriores pelas empresas do Grupo Oi que prestam serviços de telecomunicações móveis.
- Os impactos resultantes da aquisição e consolidação do investimento na Allus no total de 44 milhões de euros, incluindo ativos tangíveis e intangíveis consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom nos montantes de 6 milhões de euros (Nota 2) e 20 milhões de euros (Nota 2), respetivamente, e o *goodwill* apurado preliminarmente em resultado desta transação, no montante de 18 milhões de euros em 30 de abril de 2011 (Nota 2);
- Ativos tangíveis e intangíveis relacionados com o negócio da Dedic/GPTI, nos montantes de 46 milhões de euros e 70 milhões de euros, respetivamente, os quais foram incluídos na rubrica “Ativos não correntes detidos para venda” (Nota 13);
- Investimentos em ativos tangíveis e intangíveis no montante de 418 milhões de euros (Nota 5);
- Custos com amortizações e depreciações de 564 milhões de euros; e
- Ajustamentos de conversão cambial positivos no montante de 105 milhões de euros, relacionados essencialmente com o impacto da apreciação do Real Brasileiro face ao Euro durante o segundo trimestre de 2011, no seguimento da aquisição dos investimentos na Oi e na Contax.

Durante os semestres e trimestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010, os custos com amortizações e os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis consolidados foram como segue:

	1S11	1S10	2T11	2T10
<b>Amortizações</b>				
Ativos tangíveis	426.796.295	300.094.883	257.527.060	140.878.737
Ativos intangíveis	137.638.179	49.595.484	110.547.447	36.405.547
	<b>564.434.474</b>	<b>349.690.367</b>	<b>368.074.507</b>	<b>177.284.284</b>
<b>Investimentos em ativos tangíveis e intangíveis (Nota 5)</b>				
Ativos tangíveis	371.098.569	287.137.232	265.768.543	135.834.493
Ativos intangíveis	46.885.827	25.007.858	30.010.391	13.310.178
	<b>417.984.396</b>	<b>312.145.090</b>	<b>295.778.934</b>	<b>149.144.671</b>

O aumento nos custos com amortizações no semestre e trimestre findos em 30 de junho de 2011, face aos mesmos períodos do ano anterior, reflete essencialmente (1) o efeito da consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir de 1 de abril de 2011, no montante de 171 milhões de euros (Nota 2), e (2) um maior contributo da Rede Fixa em Portugal (34 milhões de euros e 16 milhões de euros, respetivamente), em resultado dos investimentos realizados na implementação do serviço de televisão por subscrição.

Em 30 de junho de 2011, o Grupo tinha assumido compromissos de compra de ativos fixos e existências nos montantes de 91 milhões de euros e 81 milhões de euros, respetivamente.

Em março e abril de 2011, a ANACOM (o órgão regulador de telecomunicações em Portugal) aprovou os termos e condições finais para o compromisso assumido pela Portugal Telecom no âmbito da licença concedida em 2008 para o serviço de Televisão Digital Terrestre ("TDT"). O principal compromisso assumido pela Empresa está relacionado com a futura subsídio de set-top boxes de TV e outros equipamentos a determinadas faixas da população Portuguesa, a qual constitui uma parcela do custo da licença. Em 30 de junho de 2011, a Empresa encontrava-se a calcular o valor desta responsabilidade.

## 15. Dívida

### 15.1 Detalhe da dívida consolidada

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a dívida bruta da Portugal Telecom ascendia, respetivamente, a 12.379.919.479 euros e 7.206.301.567 euros e tinha a seguinte composição:

	euros			
	30 jun 2011		31 dez 2010	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos por obrigações convertíveis	-	816.862.263	-	714.242.672
Empréstimos por obrigações não convertíveis	1.535.217.506	4.175.538.331	-	4.375.693.026
Empréstimos bancários				
Empréstimos externos	652.606.679	3.338.698.122	174.497.832	662.384.203
Empréstimos internos	2.239.735	3.558.458	3.430.491	-
Passivo relativo a equity swaps sobre ações próprias	178.071.827	-	178.071.827	-
Papel comercial	544.000.000	-	88.000.000	-
Locação financeira	29.057.242	43.399.550	27.456.857	47.744.387
Outros financiamentos	472.409.317	588.260.449	480.464.272	454.316.000
	<b>3.413.602.306</b>	<b>8.966.317.173</b>	<b>951.921.279</b>	<b>6.254.380.288</b>

O aumento da dívida bruta em 5.174 milhões de euros durante o semestre findo em 30 de junho de 2011 está relacionado essencialmente com os seguintes efeitos:

- A dívida bruta da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores que foi consolidada proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom pela primeira vez em 31 de março de 2011, no montante de 3.748 milhões de euros, dos quais 656 milhões de euros (Nota 2) venciam a menos de um ano e 3.092 milhões de euros (Nota 2) eram dívida não corrente. No período de três meses findo em 30 de junho de 2011, a dívida bruta da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores reduziu para 3.472 milhões de euros, essencialmente devido aos reembolsos de notas promissórias emitidas pela TNL (167 milhões de euros), de uma *credit facility* contratada anteriormente pela Telemar (222 milhões de euros) e debêntures emitidas pela TNL (170 milhões de euros);
- Um *Eurobond* de 600 milhões de euros emitido pela PT Finance BV em 8 de fevereiro de 2011, com maturidade de 5 anos e um cupão anual de 5,625%, com um *spread* de 295pb sobre os *mid swaps*;

- Um montante de 750 milhões de euros utilizado em 2011 no âmbito de uma nova linha de crédito contratada pela Portugal Telecom em 23 de março de 2011, no montante de 900 milhões de euros, com maturidade em março de 2014, aumentada em 12 de abril de 2011 para 1.050 milhões de euros e em 13 de abril de 2011 para 1.200 milhões de euros; e
- Um aumento de 456 milhões de euros no montante em dívida no âmbito de programas de papel comercial.

Com exceção do acima referido, durante o semestre findo em 30 de junho de 2011, a Portugal Telecom (a) não emitiu novos empréstimos obrigacionistas ou obrigações convertíveis, (b) não amortizou os que se encontravam em dívida em 31 de dezembro de 2010 e (c) não contratou novas linhas de crédito ou emitiu obrigações de taxa variável relevantes. Adicionalmente, os reembolsos dos empréstimos bancários e da dívida foram efetuados em linha com a maturidade divulgada no último relatório anual.

Excluindo a consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores, a posição de liquidez, incluindo disponibilidades, montantes não utilizados no âmbito de programas de papel comercial com tomada firme e de linhas de crédito e a conta a receber da Telefónica relativa à alienação da Vivo, ascendia a 5.372 milhões de euros em 30 junho de 2011.

Em 3 de junho de 2011, a S&P anunciou a revisão do *rating* de crédito atribuído à Portugal Telecom, diminuindo o *rating* de longo prazo de BBB para BBB-, com *outlook* negativo, e o *rating* de curto prazo de A-2 para A-3. Em 7 de junho de 2011, a Moody's anunciou a revisão do *rating* de crédito atribuído à Portugal Telecom, diminuindo o *rating* de longo prazo de Baa2 para Baa3 e mantendo-o em revisão para possível *downgrade*. Em 29 de julho de 2011, a Moody's confirmou o *rating* de crédito Baa3 atribuído à Portugal Telecom, com *outlook* negativo. Considerando o condicionalismo financeiro relativo ao *rating* de crédito aplicável a determinados contratos de financiamento com o BEI, no montante de 182 milhões de euros em 30 de junho de 2011, a Portugal Telecom e o BEI acordaram aumentar o *spread* desses financiamentos, sem nenhuma outra consequência em resultado da revisão do *rating* de crédito da Portugal Telecom.

## 15.2 Perfil e detalhe da dívida da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores

A dívida da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores que foi consolidada proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom pela primeira vez em 31 de março de 2011, ascendia a 3.748 milhões de euros. A essa data, a maturidade média dessa dívida era de aproximadamente 4 anos e cerca de 90% da dívida estava denominada em Reais Brasileiros, direta ou indiretamente através de derivados de taxa de câmbio. Relativamente ao custo da dívida, em 31 de março de 2011 aproximadamente 20% da dívida venciam juros a taxas fixas e os restantes 80% venciam juros a taxas variáveis, incluindo essencialmente a Taxa de Depósito Interbancário ("CDI") e a Taxa de Juro de Longo Prazo ("TJLP") no Brasil.

Em 30 de junho de 2011, a dívida da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores que foi consolidada proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom diminuiu para 3.472 milhões de euros, face a 3.748 milhões de euros em 31 de março de 2011. Esta redução, a qual é explicada em maior detalhe abaixo, está relacionada essencialmente com os reembolsos (1) de uma *credit facility* de 2.000 milhões de Reais Brasileiros celebrada com a Caixa Económica Federal (222 milhões de euros consolidados proporcionalmente em 31 de março de 2011) e (2) de notas promissórias no montante de 1.500 milhões de Reais Brasileiros emitidas pela TNL em fevereiro de 2011 (167 milhões de euros consolidados proporcionalmente em 31 de março de 2011), os quais foram parcialmente compensados por (3) debêntures emitidas pela TNL no montante de 1.500 milhões de Reais Brasileiros (170 milhões de euros consolidados proporcionalmente em 31 de março de 2011).

Os principais empréstimos e financiamentos incluídos na dívida da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores que foram consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom apresentam as seguintes características (montantes expressos em Reais Brasileiros correspondem a 100% dos financiamentos obtidos):

- A reunião do Conselho de Administração da TNL realizada em 5 de maio de 2011 e a sua Assembleia Extraordinária de Acionistas realizada em 23 de maio de 2011 aprovaram a emissão pública de debêntures simples e não convertíveis em ações totalizando 1.500 milhões de Reais Brasileiros. Estas debêntures têm maturidade em 25 de maio de 2012 e vencem juros à taxa do CDI mais 0,65% ao ano, com os juros e o capital a serem pagos no final da maturidade. O montante em dívida em 30 de junho de 2011 era de 1.500 milhões de Reais Brasileiros, correspondendo a 170 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom.
- Em fevereiro de 2011, a TNL realizou a emissão de 1.500 milhões de Reais Brasileiros em notas promissórias, as quais venciam juros à taxa do CDI mais 0,45% ao ano e foram reembolsadas na maturidade, em maio de 2011. O montante em dívida em 31 de março de 2011 era de 1.500 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 167 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom.
- Em dezembro de 2010, a Telemar emitiu “*Senior Notes*” no valor de 750 milhões de euros (equivalente a 1.687 milhões de Reais Brasileiros). Esta operação vence juros à taxa de 5,125% ao ano e tem maturidade em dezembro de 2010. O montante em dívida em 30 de junho de 2011 era de 1.700 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 193 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom (1.735 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011, equivalente a 193 milhões de euros consolidados proporcionalmente).
- Em setembro de 2010, a Telemar emitiu “*Senior Notes*” no valor de 1.000 milhões de Dólares Americanos (equivalente a 1.707 milhões de Reais Brasileiros). Esta operação vence juros à taxa de 5,5% ao ano e tem maturidade em outubro de 2020. Os juros são pagos semestralmente em abril e outubro, desde abril de 2011 até à maturidade. Após a emissão, a Telemar iniciou a oferta de troca de “*Senior Notes*” emitidas em abril de 2009 por “*Senior Notes*” adicionais emitidas em 2010, de acordo com os termos da oferta de troca. Em outubro de 2010, a oferta de troca foi concluída com uma emissão adicional de 787 milhões de Dólares Americanos de “*Senior Notes*”. O montante em dívida em 30 de junho de 2011 era de 2.790 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 316 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom (2.911 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011, equivalente a 323 milhões de euros consolidados proporcionalmente).
- Em dezembro de 2009, diversas empresas do Grupo Oi celebraram contratos de financiamento com o BNDES no montante total de 4.403 milhões de Reais Brasileiros. Estes contratos estão divididos em dois sub-créditos: (i) sub-crédito A, com remuneração equivalente à TJLP acrescida de 3,95% ao ano; e (ii) sub-crédito B, com remuneração fixa de 4,50% ao ano. Em dezembro de 2009, junho de 2010 e outubro de 2010, foram realizados desembolsos de 1.500 milhões de Reais Brasileiros, 562 milhões de Reais Brasileiros e 531 milhões de Reais Brasileiros, respetivamente. Os juros são pagos trimestralmente até dezembro de 2011 e serão devidos mensalmente entre janeiro de 2012 e maio de 2018. O principal será reembolsado em 84 prestações mensais, desde janeiro de 2012 até dezembro de 2018. O montante em dívida em 30 de junho de 2011 era de 2.142 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 243 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom (2.593 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011, equivalente a 288 milhões de euros consolidados proporcionalmente).
- Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 30 de novembro de 2009 e 9 de março de 2010, e em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2010, foi aprovada a emissão pública, pela Telemar, de debêntures simples, não convertíveis em ações, no montante total de 2.250 milhões de Reais Brasileiros, em duas séries de 225.000 debêntures e valor nominal unitário de 10.000,00 Reais Brasileiros. A data de emissão foi 15 de abril de 2010 e a colocação foi realizada em maio de 2010, no montante total de 2.000 milhões de Reais Brasileiros. A primeira série de 175.397 debêntures tem maturidade em 15 de abril de 2014 e vence juros à taxa do CDI acrescida de 1,20% ao ano, com pagamentos semestrais de juros e reembolso do principal na maturidade. A segunda série de 24.603 debêntures tem maturidade em 15 de abril de 2014 e vence juros à taxa do IPCA acrescida de 7,98%, com pagamentos anuais de juros sobre o principal atualizado e reembolso do principal na maturidade. O montante em dívida em 30 de junho de 2011 era de 2.000 milhões de Reais

Brasileiros, equivalente a 227 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom (2.000 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011, equivalente a 222 milhões de euros consolidados proporcionalmente).

- Em novembro de 2009, a Telemar celebrou uma *credit facility* com a Caixa Económica Federal no montante de 2.000 milhões de Reais Brasileiros. Os juros relativos a este financiamento seriam pagos trimestralmente desde fevereiro de 2010 até novembro de 2011 e mensalmente a partir de dezembro de 2011 até novembro de 2014. O principal seria reembolsável em 36 prestações mensais, desde dezembro de 2011 até à maturidade em novembro de 2014. A remuneração era equivalente a 117,5% do CDI por ano. Esta *facility* foi reembolsada antecipadamente em abril de 2011. Em 31 de março de 2011, o montante em dívida era de 2.000 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 222 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom.
- Em maio de 2008, a Telemar obteve 4.300 milhões de Reais Brasileiros junto do Banco do Brasil para a aquisição de uma participação financeira na Brasil Telecom. Os juros são pagos semestralmente, desde maio de 2015 até maio de 2018. No seguimento do reembolso de duas prestações em maio de 2010 e maio de 2011, no montante de 614 milhões de Reais Brasileiros cada uma, o montante em dívida remanescente é reembolsável em quatro prestações anuais, a começar em maio de 2015. Esta transação vence juros equivalentes à taxa do CDI acrescida de 1,0% ao ano até maio de 2015 e à taxa do CDI acrescida de 1,83% ao ano de maio de 2015 até maio de 2018. O montante em dívida em 30 de junho de 2011 era de 3.071 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 348 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom (3.686 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011, equivalente a 410 milhões de euros consolidados proporcionalmente).
- A Assembleia Extraordinária de Acionistas da Telemar Participações realizada em 25 de abril de 2008 aprovou a emissão de 1.000.000 ações preferenciais, ao valor nominal de 1.239,61 Reais Brasileiros por ação, no montante total de 1.239,6 milhões de Reais Brasileiros. Estas ações preferenciais foram integralmente subscritas pelo BNDES Participações, S.A., um dos principais acionistas da Telemar Participações. As principais características destas ações preferenciais são: (1) prioridade na distribuição de um dividendo fixo equivalente a 5% ao ano do seu preço de emissão, ajustado pela inflação; (2) reembolsos anuais, desde abril de 2011, ao preço de emissão, ajustado pela inflação; (3) opção do detentor das ações preferenciais de exigir o reembolso através de ações da Telemar Norte Leste detidas pela Telemar Participações; (4) convertíveis em ações ordinárias no caso do reembolso das ações preferenciais não ser efetuado de acordo com o previsto ou o dividendo fixo não ser pago; e (5) não terem direitos de voto. Considerando as características acima descritas, estas ações preferenciais estão classificadas como dívida e ascendiam a 1.379 milhões de Reais Brasileiros em 30 de junho de 2011, equivalente a 156 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom (1.457 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011, correspondentes a 221 milhões de euros consolidados proporcionalmente).
- Em abril de 2008, a Telemar Participações emitiu obrigações não convertíveis no montante total de 1.575 milhões de Reais Brasileiros, as quais são atualizáveis com base na taxa de juro do CDI e vencem juros a uma taxa fixa de 1,4% para a primeira série (1.115 milhões de Reais Brasileiros) e 1,55% para a segunda série (460 milhões de Reais Brasileiros). O principal é reembolsável anualmente até abril de 2013 e abril de 2015, respectivamente. O montante em dívida em 30 de junho de 2011 era de 920 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 104 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom (1.150 milhões de Reais Brasileiros em 31 de Março de 2011, correspondentes a 175 milhões de euros consolidados proporcionalmente).
- Em fevereiro de 2008, a AG Telecom e a LF-Tel emitiram cada uma obrigações não convertíveis no montante de 665 milhões de Reais Brasileiros, as quais são atualizáveis com base no IPCA e vencem juros a uma taxa fixa de 5% ao ano. O principal é reembolsável semestralmente a partir de outubro de 2011 até abril de 2020. Os montantes em dívida por estas duas empresas em 30 de junho de 2011 totalizavam 1.502 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 233 milhões de euros

consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom (1.478 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011, correspondentes a 224 milhões de euros consolidados proporcionalmente).

- Em novembro de 2006, a Telemar celebrou uma *credit facility* com o BNDES com o objetivo de financiar a expansão e atualização tecnológica da sua rede fixa de telecomunicações, programada para o período entre 2006 e 2008. Este acordo está dividido em dois sub-créditos: (i) sub-crédito A que se destinava especialmente à aquisição de equipamentos nacionais e serviços associados, no valor de 1.771 milhões de Reais Brasileiros, e (ii) sub-crédito B que se destinava à aquisição de equipamentos de telecomunicações que cumprissem com o Processo Produtivo Básico, no valor de 200 milhões de Reais Brasileiros. Relativamente à remuneração deste financiamento, o sub-crédito A vence juros a 4,5% ao ano acima da TJLP e o sub-crédito B vence juros a 2,50% ao ano acima da TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente até junho de 2009 e vencem-se mensalmente desde então até junho de 2014. O principal é reembolsável em 60 prestações mensais desde julho de 2009. O montante em dívida em 30 de junho de 2011 era de 912 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 103 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom (988 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011, correspondentes a 110 milhões de euros consolidados proporcionalmente).
- Em novembro de 2006, a Brasil Telecom celebrou uma *credit facility* com o BNDES no montante de 2.004 milhões de Reais Brasileiros (captação efetiva de 2.055 milhões de Reais Brasileiros), que vence juros pela TJLP acrescida de 4,3% ao ano. Os juros são pagos mensalmente desde maio de 2009 até maio de 2014. O montante em dívida em 30 de junho de 2011 era de 822 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 93 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom (892 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011, correspondentes a 99 milhões de euros consolidados proporcionalmente).
- Em 1 de junho de 2006, a Brasil Telecom realizou a sua quarta emissão pública de 108.000 debêntures não convertíveis em ações e com um valor nominal unitário de 10 Reais Brasileiros, no montante total de 1.080 milhões de Reais Brasileiros. O prazo de pagamento é de 7 anos, vencendo em 1 de junho de 2013. A remuneração destas debêntures corresponde à taxa CDI capitalizada por um spread de 3,5% ao ano e o pagamento de juros ocorre semestralmente. O reembolso, que deverá contemplar indistintamente todas as debêntures, dar-se-á anualmente a partir de 1 de junho de 2011, em três parcelas de 33,3%, 33,3% e 33,4% do valor nominal unitário, respectivamente. O montante em dívida em 30 de junho de 2011 era de 720 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 82 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom (1.080 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011, correspondentes a 120 milhões de euros consolidados proporcionalmente).
- Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de março de 2006 foi aprovada a emissão pública, pela Telemar, de 216.000 debêntures simples, não convertíveis em ações, em duas séries, com o valor nominal unitário de 10 Reais Brasileiros, no montante total de 2.160 milhões de Reais Brasileiros, com data de emissão em 1 de março de 2006 e data de colocação em 27 de março de 2006. A maturidade da primeira e da segunda série de debêntures é de cinco e de 7 anos a contar da data de emissão, vencendo juros a 103% do CDI e à taxa do CDI acrescida de um spread de 0,55%, respectivamente. O montante em dívida em 30 de junho de 2011 era de 540 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 61 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom (540 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011, correspondentes a 60 milhões de euros consolidados proporcionalmente).

## 16. Provisões

### 16.1 Detalhe das provisões consolidadas

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o detalhe das provisões reconhecidas na Demonstração Consolidada da Posição Financeira é como segue:

	euros	
	30 jun 2011	31 dez 2010
<b>Provisões correntes</b>		
Processos judiciais em curso	199.207.537	26.777.139
Impostos	91.616.105	49.325.590
Outras	9.993.703	11.580.402
	<b>300.817.345</b>	<b>87.683.131</b>
<b>Provisões não correntes</b>		
Processos judiciais em curso	530.256.930	486.320
Impostos	59.216.514	5.435.563
Outras	58.416.836	35.025.319
	<b>647.890.280</b>	<b>40.947.202</b>
	<b>948.707.625</b>	<b>128.630.333</b>

O aumento nesta rubrica é essencialmente explicado pelo impacto da consolidação proporcional das provisões correntes e não correntes da Oi e da Contax na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom em 31 de março de 2011, nos montantes de 213 milhões de euros (Nota 2) e 617 milhões de euros (Nota 2), respetivamente, totalizando 830 milhões de euros. Este efeito foi parcialmente compensado pelas provisões da Dedic e da GPTI no montante total de 9 milhões de euros em 30 de junho de 2011, as quais foram classificadas como passivos não correntes detidos para venda (Nota 13).

O detalhe das provisões da Oi e da Contax em 30 de junho de 2011 e 31 de março de 2011 é como se segue:

	Milhões			
	30 jun 11		31 mar 11	
	euros (proporcional)	Reais Brasileiros (100%)	euros (proporcional)	Reais Brasileiros (100%)
<b>Contingências</b>				
Civis	472,8	4.169,4	463,4	4.169,1
Laborais	233,4	2.019,7	235,3	2.078,8
Fiscais	102,2	875,6	108,7	955,9
<b>Sub-total</b>	<b>808,4</b>	<b>7.064,6</b>	<b>807,3</b>	<b>7.203,8</b>
Remoção e desmantelamento de ativos	23,3	205,9	22,6	203,8
Outras	0,2	1,3	0,2	1,7
<b>Total</b>	<b>831,9</b>	<b>7.271,8</b>	<b>830,2</b>	<b>7.409,3</b>

Os processos judiciais em curso e as contingências fiscais contra empresas do Grupo para os quais o risco de perda foi considerado como possível, e que consequentemente não foram provisionados, totalizavam 2.743 milhões de euros em 30 de junho de 2011 e 165 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010. Este aumento é explicado essencialmente pela consolidação proporcional da Oi e da Contax, as quais tinham processos judiciais em curso e contingências fiscais para as quais o risco de perda foi considerado como possível nos montantes de 2.592 milhões de euros em 30 de junho de 2011 e 2.433 milhões de euros em 31 de março de 2011 (a data da primeira consolidação), a natureza dos quais está detalhada abaixo.

## 16.2 Natureza dos processos judiciais da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores

A Oi e a Contax são parte em diversos processos legais decorrentes do curso normal da sua atividade, incluindo contingências civis, laborais e fiscais. Em 30 de junho de 2011, os montantes totais dessas contingências relativamente às quais o risco de perda foi considerado como provável e possível ascendia a aproximadamente 7.065 milhões de Reais Brasileiros e 22.396 milhões de Reais Brasileiros, respetivamente (808 milhões de euros e 2.592 milhões de euros equivalentes à participação da Portugal Telecom, respetivamente), em comparação com 7.204 milhões de Reais Brasileiros e 21.450 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011, respetivamente (807 milhões de euros e 2.433 milhões de euros equivalentes à participação da Portugal Telecom, respetivamente). Em 30 de junho de 2011, a Oi e a Contax têm efetuados depósitos bancários judiciais no montante de 1.046 milhões de euros para alguns destes processos.

Em 30 de junho de 2011 e 31 de março de 2011, a natureza e o detalhe dos principais processos contra o Grupo Oi, a Contax e os seus acionistas controladores, para os quais o risco de perda foi considerado como provável e que como tal estão totalmente provisionados, são como segue:

		30 jun 11		31 mar 11	
		euros (proporcional)	Reais Brasileiros (100%)	euros (proporcional)	Reais Brasileiros (100%)
<b>Civis</b>	<b>(a)</b>				
Lei societária	(i)	271,8	2.397,5	271,6	2.444,1
Estimativas e multas ANATEL	(ii)	100,1	883,1	94,4	849,5
Outras		100,9	888,7	97,4	875,5
<b>Sub-total</b>		<b>472,8</b>	<b>4.169,4</b>	<b>463,4</b>	<b>4.169,1</b>
<b>Laborais</b>	<b>(b)</b>				
Horas extra		75,9	670,0	76,3	686,9
Diferenças salariais e efeitos relacionados		38,4	338,4	36,5	328,7
Condições de trabalho perigosas		25,3	223,6	25,8	232,5
Indemnizações		18,4	162,2	22,1	199,3
Rescisões contratuais		11,0	97,4	13,4	121,0
Complementos adicionais de reforma		11,3	99,8	11,4	102,7
Outras		53,1	428,3	49,7	407,8
<b>Sub-total</b>		<b>233,4</b>	<b>2.019,7</b>	<b>235,3</b>	<b>2.078,8</b>
<b>Fiscais</b>	<b>(c)</b>				
ICMS (Imposto sobre o Valor Acrescentado)	(i)	65,0	573,2	69,3	623,6
FUNTEL	(ii)	12,9	114,0	12,3	110,9
Outras		24,3	188,4	27,0	221,3
<b>Sub-total</b>		<b>102,2</b>	<b>875,6</b>	<b>108,7</b>	<b>955,9</b>
<b>Total</b>		<b>808,4</b>	<b>7.064,6</b>	<b>807,3</b>	<b>7.203,8</b>

Em 30 de junho de 2011 e 31 de março de 2011, a natureza dos processos judiciais contra o Grupo Oi para os quais o risco de perda foi considerado como provável é como segue:

		30 jun 11		31 mar 11	
		euros (proporcional)	Reais Brasileiros (100%)	euros (proporcional)	Reais Brasileiros (100%)
Civis		166,3	1.448,8	162,0	1.439,6
Laborais		472,7	3.747,9	420,9	3.392,4
Fiscais		1.952,9	17.199,7	1.849,6	16.618,5
		<b>2.591,9</b>	<b>22.396,4</b>	<b>2.432,5</b>	<b>21.450,5</b>

## **(a) Contingências civis**

### **(i) Lei Societária**

Como sucessora da CRT (Companhia Rio Grandense de Telecomunicações), que foi adquirida em julho de 2000, a Oi está sujeita a várias ações cíveis interpostas contra essa entidade, nomeadamente diversas ações movidas por assinantes de linhas telefônicas no Estado do Rio Grande do Sul. A CRT assinou contratos de participação com seus assinantes de telefonia fixa, no âmbito dos quais os assinantes de telefonia fixa tinham direito a receber ações da CRT, sendo o número de ações emitidas para cada assinante determinado com base numa fórmula que dividia o custo da assinatura de telefonia fixa pelo valor contabilístico das ações da CRT. No princípio de junho de 1997, alguns assinantes de linha fixa da CRT moveram ações contra a empresa alegando que o cálculo usado para determinar o número de ações a que tinham direito de acordo com os contratos de participação estava incorreto e resultava num número menor de ações para cada assinante.

Adicionalmente, como sucessora das empresas Telecomunicações do Mato Grosso do Sul S.A. ("Telems"), Telecomunicações de Goiás S.A. ("Telegoiás") e Telecomunicações do Mato Grosso S.A. ("Telemat"), operadoras adquiridas pela Brasil Telecom na privatização da Telebrás e que foram, subsequentemente, incorporadas na Oi, a Oi está sujeita a diversas ações civis com relação a programas de telefone (*Programas Telefônicos Comunitários*) estabelecidos nos Estados do Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso.

A Brasil Telecom, com base em decisões proferidas nos tribunais de justiça em 2009, considera o risco de perda associado a estes processos como provável. Atualmente, as provisões para fazer face a estes processos são constituídas considerando (i) a existência de várias teses jurídicas, (ii) a quantidade de processos em aberto por tese e (iii) o valor médio das perdas históricas estratificado por cada tese (incluindo todos os custos processuais).

No final de 2010, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), conforme notícia divulgada no seu site, fixou critérios de indemnização a serem adotados pela Brasil Telecom, em benefício dos acionistas da extinta CRT, na hipótese de não ser possível a emissão de ações complementares, eventualmente devidas, em razão de decisão condenatória proferida. De acordo com a referida notícia de julgamento, mas cuja decisão final ainda não se tornou definitiva, a eventual indemnização (conversão da eventual obrigação em dinheiro) deve ser calculada da seguinte forma: (i) definição da quantidade de ações a que teria direito o reclamante, aferindo-se o capital investido pelo valor patrimonial da ação informado no balancete mensal da companhia na data da respetiva integralização; (ii) após apurada a referida quantidade passa-se à multiplicação do número de ações pelo valor de sua cotação na Bolsa de Valores, vigente no dia do trânsito em julgado da decisão judicial, ocasião em que o reclamante passou a ter o direito às ações e a comercializá-las ou aliená-las; e (iii) sobre o resultado obtido, deverão incidir correção monetária, a partir do dia do trânsito em julgado, e juros legais desde a citação. Quando houver sucessão, o valor de parâmetro será o das ações na Bolsa de Valores da companhia sucessora.

Em 30 de junho de 2011, a Oi tinha registado provisões no montante de 2.398 milhões de Reais Brasileiros para fazer face aquelas ações em que o risco de perda foi considerado como provável, em comparação com 2.444 Reais Brasileiros em 31 de março de 2011.

### **(ii) Estimativas e multas ANATEL**

A Oi recebe diversas notificações da ANATEL, principalmente pelo não cumprimento de metas ou requisitos estabelecidos no Plano Geral ou Serviço Universal, ou no Plano Geral de Metas de Qualidade, tais como responder a reclamações relacionadas com erros de cobrança, pedidos por serviços de reparação em prazos determinados e pedidos de locais com acesso coletivo ou individual. Em 30 de junho de 2011, foi registada uma provisão de 883 milhões de Reais Brasileiros para os processos cujo risco de perda foi considerado como provável, em comparação com 850 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011.

## **(b) Contingências laborais**

A Oi é ré em processos laborais resultantes do curso normal da sua atividade incluindo queixas relacionadas com: (1) pagamento de prémios de risco requeridos pelos empregados que trabalham em condições perigosas; (2) igualdade salarial para empregados com o mesmo tipo de trabalho, num determinado período temporal, e que tenham produtividade e performance técnica semelhantes; (3) pagamento de indemnizações por, entre outras situações, acidentes de trabalho, lesões ocupacionais, estabilidade no emprego, auxílio de creche e atingir níveis de produtividade previstos em acordo coletivo de trabalho; (4) horas extra; (5) reclamações de empregados subcontratados em relação aos quais a Oi e as empresas que empregam esses empregados são conjuntamente responsáveis; e (6) complementos adicionais de reforma.

Em 30 de junho de 2011, foi registada uma provisão de 2.020 milhões de Reais Brasileiros para os processos cujo risco de perda foi considerado como provável, em comparação com 2.079 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011.

## **(c) Contingências fiscais**

Em 30 de junho de 2011, as contingências estimadas no âmbito de processos fiscais contra a Oi e a Contax em relação aos quais o risco de perda foi considerado como provável e possível ascendiam a 876 milhões de Reais Brasileiros e 17.200 milhões de Reais Brasileiros, respetivamente, em comparação com 956 milhões de Reais Brasileiros e 16.619 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011, respetivamente. O sistema fiscal Brasileiro é complexo, e a Oi e a Contax estão atualmente envolvidas em processos fiscais relativos a determinados impostos que consideram inconstitucionais, tendo colocado queixas em tribunal para evitar o pagamento dos mesmos.

### **(i) ICMS (Imposto de valor acrescentado)**

De acordo com os regulamentos do ICMS em vigor nos diversos estados brasileiros, as empresas de telecomunicações são obrigadas a pagar ICMS sobre cada operação que envolve a venda de serviços de telecomunicações por elas fornecido. Essas mesmas regras permitem registar créditos de ICMS por cada uma das compras de ativos operacionais. As regras do ICMS permitirão deduzir os créditos que se registam pela compra de ativos operacionais no pagamento do ICMS pela venda dos serviços.

A Oi recebe diversos autos de infração questionando o valor dos créditos fiscais que regista para compensar os valores de ICMS devidos. A maioria desses autos de infração baseia-se em duas questões principais: (1) se o ICMS de serviços sujeitos a ISS é devido; e (2) se algum bem adquirido está relacionado com os serviços de telecomunicações fornecidos e, portanto, com direito a crédito para compensar valores de ICMS. Uma pequena parcela desses autos de infração, cujos riscos de perda são considerados prováveis, questionam: (1) se certas receitas estão sujeitas a ICMS ou ISS; (2) a compensação e uso de créditos fiscais na compra de bens e outros materiais, incluindo aqueles necessários para manter a rede; e (3) não cumprimento com determinadas obrigações acessórias (não monetária).

Em 30 de junho de 2011, a Oi tinha registadas provisões para impostos no montante de 573 milhões de Reais Brasileiros, as quais se destinam a fazer face a responsabilidades decorrentes de contingências prováveis de natureza fiscal, em comparação com 624 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011.

### **(ii) FUNTTEL**

O FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) é um fundo criado para financiar a pesquisa em tecnologia de telecomunicações, para o qual a Oi tem que fazer contribuições. Devido a uma mudança imposta pela ANATEL, na base de cálculo das respectivas contribuições para o FUNTTEL, foi efetuado um questionamento pela Oi quanto à sua legalidade, tendo sido registada uma provisão para uma eventual contribuição adicional ao fundo. Em 30 de junho de 2011, a Oi tinha registado uma provisão no montante de 114 milhões de Reais Brasileiros para fazer face às contribuições adicionais ao FUNTTEL, em comparação com 111 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011.

## 17. Demonstração dos fluxos de caixa

- (a) **Fluxos de caixa das atividades operacionais relativos a operações continuadas** - No seguimento da aquisição dos investimentos na Oi e na Contax concluída em 28 de março de 2011, os fluxos de caixa destas empresas foram consolidados proporcionalmente na Demonstração dos Fluxos de Caixa da Portugal Telecom a partir de 1 de abril de 2011, situação que explica os aumentos nos recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores e ao pessoal e nos pagamentos de impostos indiretos e taxas.
- (b) **Pagamentos relacionados com imposto sobre o rendimento** – O aumento nesta rubrica está relacionado essencialmente com (1) impostos da Bratel Brasil e PT Móveis retidos na fonte relativos a juros obtidos nas aplicações financeiras decorrentes da alienação da Vivo, e (2) a consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir de 1 de abril de 2011 (17 milhões de euros).
- (c) **Aplicações financeiras de curto prazo** - Estas rubricas incluem essencialmente pagamentos em numerário decorrentes de novas aplicações de tesouraria de curto prazo e recebimentos de aplicações de tesouraria de curto prazo vencidas. Os pagamentos líquidos ascenderam a 300.221.915 euros no semestre findo em 30 de junho de 2011, em comparação com recebimentos líquidos de 4.321.750 euros no semestre findo em 30 de junho de 2010.
- (d) **Recebimentos relativos a investimentos financeiros** – No semestre findo em 30 de junho de 2011, esta rubrica inclui essencialmente o montante de 155,5 milhões de euros recebido no âmbito da alienação do investimento na UOL (Nota 13).
- (e) **Recebimentos respeitantes a juros e proveitos similares** – O aumento nesta rubrica no semestre findo em 30 de junho de 2011, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, está relacionado essencialmente com o recebimento de juros de aplicações financeiras decorrentes da entrada de fundos no âmbito da transação da Vivo, e também com a consolidação proporcional da Oi.
- (f) **Recebimento de dividendos** – Durante os semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010, os recebimentos provenientes de dividendos são como segue:

	euros	
	1S11	1S10
Unitel	125.865.835	44.087.222
CTM	19.924.726	8.347.332
Outras	994.762	349.870
	<b>146.785.323</b>	<b>52.784.424</b>

- (g) **Pagamentos relativos a investimentos financeiros** – Durante os semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010, os pagamentos relativos a investimentos financeiros são como segue:

	euros	
	1S11	1S10
Aquisição dos investimentos na Oi e na Contax		
Preço de aquisição (Nota 2)	3.727.568.622	-
Caixa e equivalentes em 31 de março de 2011 (Nota 2)	(1.696.039.259)	-
Aquisição do investimento na Allus		
Preço de compra (Nota 2)	43.744.918	-
Caixa e equivalentes na data da compra	(1.891.216)	-
Outras	108.040	114.962
	<b>2.073.491.105</b>	<b>114.962</b>

No seguimento da estratégia de investimento na Oi e na Contax, a Portugal Telecom pagou impostos pela transferência de fundos para o Brasil e *fees* legais relacionados com a conclusão da transação, os quais foram incluídos na rubrica “**Pagamentos relativos a outras atividades de investimento**”.

- (h) **Empréstimos** - Os recebimentos provenientes de empréstimos obtidos e os reembolsos respeitantes a empréstimos obtidos estão, essencialmente, relacionados com a renovação regular de papel comercial e de outros empréstimos bancários.

No semestre findo em 30 de junho de 2011, os recebimentos de novos empréstimos obtidos, líquidos dos reembolsos de empréstimos obtidos, ascenderam a 1.374.732.815 euros e, como está explicado na Nota 15, inclui essencialmente: (1) o *Eurobond* emitido em janeiro de 2011 no montante de 600 milhões de euros; (2) o aumento do nível de utilização dos programas de papel comercial de curto prazo em 456 milhões de euros; e (3) o montante de 750 milhões de euros utilizado no âmbito da nova *credit facility* assegurada em março de 2011. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelos reembolsos da dívida efetuados pela Oi durante o trimestre findo em 30 de junho de 2011, conforme detalhado na Nota 15.

No semestre findo em 30 de junho de 2010, os recebimentos de novos empréstimos obtidos, líquidos dos reembolsos de empréstimos obtidos, ascenderam a 978.926.305 euros e estão relacionados essencialmente com o aumento do nível de utilização do programa de papel comercial de curto prazo e de algumas *credit facilities*.

- (i) **Pagamentos de dividendos** – Durante os semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010, a composição desta rubrica é como segue:

	<b>euros</b>	
	<b>1S11</b>	<b>1S10</b>
Portugal Telecom (Nota 11)	1.117.987.321	503.626.688
Oi e Contax	28.856.119	-
Cabo Verde Telecom	14.087.667	6.495.346
Timor Telecom	1.898.775	4.678.575
MTC	-	13.178.465
Outras	1.512.948	1.611.807
	<b>1.164.342.830</b>	<b>529.590.881</b>

- (j) **Aquisição de ações próprias** – Esta rubrica corresponde ao montante total pago pela Oi durante o trimestre findo em 30 de junho de 2011 para a aquisição de ações da Portugal Telecom, no âmbito da parceria estratégia celebrada entre a Portugal Telecom e a Oi (Nota 1).
- (k) **Pagamentos relativos a outras atividades de financiamento** – Esta rubrica inclui essencialmente pagamentos relativos à liquidação de derivados de taxa de câmbio pela Oi, no montante de 14 milhões de euros.

## 18. Partes relacionadas

### a) Empresas associadas e conjuntamente controladas

Os saldos em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 e as transações ocorridas durante os semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010 entre a Portugal Telecom e as empresas associadas e controladas conjuntamente são como segue:

Empresa	euros					
	Contas a receber		Contas a pagar		Empréstimos concedidos	
	30 jun 2011	31 dez 2010	30 jun 2011	31 dez 2010	30 jun 2011	31 dez 2010
<b>Oi</b>	1.631.868	-	1.340.083	-	-	-
<b>Outras empresas internacionais:</b>						
Unitel (i)	118.314.218	264.643.043	8.660.717	9.962.132	-	-
Multitel	6.371.455	5.495.659	382.582	195.296	892.161	897.608
CTM	173.944	191.380	106.674	61.249	-	-
Outras	1.006.770	1.492.935	338.481	173.452	-	-
<b>Empresas nacionais:</b>						
Páginas Amarelas	6.351.369	8.722.197	14.291.723	13.880.468	-	-
PT-ACS	3.229.481	3.974.227	700.335	1.093.317	-	-
Fundação PT	1.207.592	431.712	-	20	-	-
Sportinveste Multimédia	33.450	21.978	385.711	400.912	33.618.668	33.618.668
Outras	276.956	329.032	661.787	482.593	8.583.069	4.749.868
	<b>138.597.103</b>	<b>285.302.163</b>	<b>26.868.093</b>	<b>26.249.439</b>	<b>43.093.898</b>	<b>39.266.144</b>

(i) As contas a receber da Unitel em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro 2010 incluem essencialmente dividendos atribuídos.

Empresa	euros					
	Custos		Receitas		Juros cobrados	
	1S11	1S10	1S11	1S10	1S11	1S10
<b>Oi (i)</b>	705.275	-	23.473.522	-	-	-
<b>Empresas internacionais:</b>						
Unitel	6.397.123	6.267.340	6.562.021	7.354.651	-	-
Multitel	55.195	-	659.106	557.167	-	-
CTM	47.139	69.893	107.355	77.702	-	-
Outras	156.294	213.761	120.888	227.319	-	-
<b>Empresas nacionais:</b>						
Páginas Amarelas (ii)	19.501.799	27.163.846	1.169.692	1.779.463	-	-
PT-ACS	2.763.821	2.808.463	1.398.514	415.468	-	-
Sportinveste Multimédia	379.113	692.940	205.097	45.269	40.889	42.190
Outras	265.037	754.708	9.518.078	8.460.323	62.131	55.631
	<b>30.270.796</b>	<b>37.970.951</b>	<b>43.214.273</b>	<b>18.917.362</b>	<b>103.020</b>	<b>97.821</b>

(i) Esta rubrica refere-se essencialmente a transações celebradas entre a Contax e a Oi e corresponde aos montantes decorrentes da diferença entre as percentagens de consolidação da Contax (42,0%) e da Oi (25,6%), a qual não é eliminada no processo de consolidação.

(ii) A redução nos custos com as Páginas Amarelas está relacionada basicamente com o declínio do negócio das listas telefónicas, conforme referido na Nota 5.

Os termos dos acordos comerciais celebrados com as empresas supra mencionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As atividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais incluem essencialmente:

- Custos suportados pela PT Comunicações relacionados com os serviços prestados pela empresa Páginas Amarelas no âmbito do contrato existente entre estas duas empresas, ao abrigo do qual a empresa Páginas Amarelas é responsável por produzir, publicar e distribuir as listas telefónicas da PT Comunicações, e também por vender espaço publicitário nas listas telefónicas;
- Acordos de *roaming* celebrados com a Unitel; e

– Serviços de *call centre* prestados pela Contax à Oi.

## b) Acionistas

Alguns dos principais acionistas da Portugal Telecom são instituições financeiras com as quais são estabelecidos acordos comerciais no curso normal da atividade. Adicionalmente, a Visabeira (empresa que presta serviços ao negócio de rede fixa) e a Controlinveste (empresa de media) também são acionistas da Portugal Telecom. As transações ocorridas durante o semestre findo em 30 de junho de 2011 e os saldos nessa data com os principais acionistas da Portugal Telecom são como segue (incluindo IVA):

euros					
Empresa	Vendas e serviços prestados pela Portugal Telecom	Fornecimentos e serviços prestados à Portugal Telecom	Juros obtidos (suportados), líquidos	Contas a receber	Contas a pagar
Caixa Geral de Depósitos	12.121.773	3.712.994	15.984.396	3.119.624	687.152
BES	9.309.810	8.571.290	33.358.998	2.130.365	-
Visabeira	2.872.433	27.988.762	-	2.356.707	4.508.651
Controlinveste	1.483.262	27.129.640	-	740.021	7.816.539
Ongoing	628.783	1.556.351	-	642.221	557.605
Barclays	202.310	1.952	(1.614.212)	173.793	-
	<b>26.618.371</b>	<b>68.960.989</b>	<b>47.729.182</b>	<b>9.162.731</b>	<b>13.569.947</b>

Os termos e condições dos acordos comerciais celebrados entre a Portugal Telecom e os seus acionistas são similares aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As atividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais respeitam essencialmente à prestação de serviços de consultoria financeira e seguros por parte das instituições financeiras mencionadas acima.

Os fundos de pensões e cuidados de saúde em Portugal, os quais foram constituídos para cobrir as responsabilidades com benefícios de reforma em Portugal (Nota 6), são geridos de acordo com uma política de investimentos definida pela Portugal Telecom. As carteiras de ativos dos fundos incluem ações, obrigações e outros investimentos dos nossos acionistas. Em 30 de junho de 2011, a exposição total desses investimentos ao BES, Ongoing e Portugal Telecom ascendia a 81 milhões de euros, 79 milhões de euros e 57 milhões de euros, respectivamente.

## c) Outros

As remunerações auferidas pelos administradores executivos e não executivos da Portugal Telecom nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010, as quais são estabelecidas pela Comissão de Vencimentos, foram as seguintes:

euros		
	1S11	1S10
Administradores executivos	1.568.046	1.626.229
Administradores não executivos	657.170	703.575
Comissão de Auditoria	290.857	290.857
	<b>2.516.073</b>	<b>2.620.661</b>

A Comissão Executiva diminuiu em março de 2010 de 7 membros para 5 membros e aumentou para 7 membros executivos em abril de 2011.

Nos termos da política de remunerações estabelecida pela Comissão de Vencimentos, os administradores executivos têm direito a auferir: (i) uma remuneração variável anual relacionada com a sua performance no ano, a qual é paga no ano seguinte, exceto na parcela excedente a 50% da remuneração variável total atribuída no ano, cujo pagamento é diferido por um período de 3 anos, e

(ii) uma remuneração variável associada ao desempenho de médio prazo, cujo pagamento é diferido por um período de 3 anos. Anualmente, a Portugal Telecom reconhece a especialização destas remunerações variáveis.

No semestre findo em 30 de junho de 2011, a remuneração variável anual referente ao exercício de 2010 paga aos cinco administradores executivos ascendeu a 2.343.205 euros, o que compara com 3.524.285 euros referentes à remuneração variável anual de 2009 paga aos sete administradores executivos no semestre findo em 30 de junho de 2010. Nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010, não ocorreram pagamentos relativos a remuneração variável associada ao desempenho de médio prazo.

No semestre findo em 30 de junho de 2010, a Portugal Telecom pagou um montante total de 1.797.544 euros a dois administradores executivos que cessaram funções em março de 2010, respeitante às remunerações até ao final dos respetivos mandatos e à compensação pelo pacto de não concorrência paga a um dos administradores.

Em complemento da política de remuneração acima referidas, os administradores executivos têm direito a um conjunto de benefícios que são utilizados essencialmente no exercício das suas funções diárias, em linha com uma política transversal ao Grupo Portugal Telecom. Em 30 de junho de 2011, nenhum membro do Conselho de Administração tinha direito a benefícios de reforma ao abrigo dos planos da PT Comunicações, e não estava em vigor qualquer programa de pagamentos com base em ações nem qualquer programa de compensação por término de serviço.

Nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010, as remunerações fixas dos dirigentes do Grupo Portugal Telecom ascenderam a 2,7 milhões de euros e 3,5 milhões de euros, respetivamente. As remunerações variáveis dos dirigentes do Grupo Portugal Telecom ascenderam a 3,6 milhões de euros e 3,4 milhões de euros nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010, respetivamente.

Um dos administradores não executivos da Portugal Telecom é gerente da "Heidrick & Struggles - Consultores de Gestão, Lda", a qual no curso normal das suas operações, prestou serviços de consultoria à Portugal Telecom no montante de, aproximadamente, 0,9 milhões de euros (excluindo IVA) durante o semestre findo em 30 de junho de 2011.

## 19. Eventos subsequentes

Em 1 de julho de 2011, conforme explicado na Nota 1, os Conselhos de Administração e as Assembleias Gerais da Dedic, Contax e CTX aprovaram as seguintes operações: (1) a troca do investimento da Portugal Telecom na Dedic/GPTI por uma participação de 7,6% na Contax; (2) a troca de uma participação de 1,3% detida pela Portugal Telecom na Contax por uma participação adicional de 3,7% na CTX; e (3) a alienação pela Portugal Telecom à CTX de uma participação de 2,0% na Contax por um montante de 49,7 milhões de Reais Brasileiros. Em resultado destas operações, as participações diretas e indiretas da Portugal Telecom na CTX e na Contax foram aumentadas de 42,0% para 44,0% e de 14,1% para 19,5%, respetivamente.

Em 26 de julho de 2011, a Assembleia Geral de Acionistas da Portugal Telecom aprovou uma alteração aos Estatutos da Empresa, eliminando os direitos especiais concedidos às 500 ações de Categoria A (normalmente denominados "golden share").

# Relatório de auditoria

## RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTRADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA

### **Introdução**

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira consolidada do semestre findo em 30 de Junho de 2011 da Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“Empresa”) e suas subsidiárias, incluída no relatório de gestão, na demonstração da posição financeira consolidada (que evidencia um total de 22.660.805.687 Euros e um capital próprio de 4.100.773.536 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 227.864.661 Euros), nas demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, de alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa do semestre findo naquela data e no correspondente anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, posteriormente ajustadas no âmbito do processo de consolidação, para estarem de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

### **Responsabilidades**

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica, seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade e a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira, os seus resultados ou o seu rendimento integral.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira consolidada, baseado no nosso trabalho.

### **Âmbito**

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.

6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente Relatório de Revisão Limitada sobre a informação semestral consolidada.

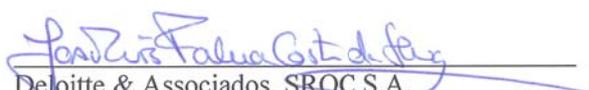
**Parecer**

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do semestre findo em 30 de Junho de 2011, referida no parágrafo 1 acima, da Portugal Telecom, SGPS, S.A. e suas subsidiárias, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34) e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

**Ênfase**

9. Conforme mencionado na Nota 2 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, em 30 de Junho de 2011 encontrava-se em curso a quantificação do justo valor dos activos e passivos adquiridos no Grupo Oi e Contax, pelo que a diferença entre o preço de compra e o valor contabilístico dos activos e passivos adquiridos foi preliminarmente alocada a goodwill, ascendendo naquela data a, aproximadamente, 1.813 milhões de Euros (Nota 14). Os ajustamentos a efectuar para reflectir os activos e passivos adquiridos pelo seu justo valor serão reconhecidos nas demonstrações financeiras de períodos seguintes, com efeitos reportados à data de aquisição.

Lisboa, 31 de Agosto de 2011

  
Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por João Luís Falua Costa da Silva

## Glossário

ADR	American Depositary Receipt. Título que está cotado na NYSE em representação de acções de empresas não americanas. 1 ADR da PT = 1 acção da PT.
ADSL	Asymmetric Digital Subscriber Lines. Tecnologia que permite a transmissão de dados a uma maior velocidade (banda larga) sobre os telefones fixos tradicionais.
ARPU	Average Revenue per User. Receita média por cliente. Média mensal das receitas de serviço por número médio de utilizadores no período.
Capex	Capital expenditure. Investimento em imobilizado corpóreo e incorpóreo.
Cash flow	A diferença entre os cash inflows e os cash outflows num determinado período.
Cash flow operacional	Cash flow operacional = EBITDA - capex +/- alteração do fundo de maneo +/- provisões não monetárias.
CCPU	Cash Cost Per User. Custo médio por cliente. CCPU = média mensal dos custos operacionais menos provisões e ajustamentos, amortizações, e custo das vendas de terminais, por número médio de utilizadores no período.
CDMA	Code Division Multiple Access. Tecnologia de interface para redes móveis baseadas na difusão do espectro do sinal de rádio e divisão de canais no domínio dos códigos.
CRM	Customer Relationship Management. Gestão do relacionamento com os clientes.
Custos de curtailment	Custos decorrentes do programa de redução de efectivos.
EBITDA	Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation. Resultados operacionais antes de amortizações. EBITDA = resultado operacional + amortizações+ custos com benefícios de reforma.
Euronext ou Euronext Lisbon	Bolsa de valores de Lisboa, mercado onde as acções da PT estão cotadas e são transaccionadas.
Free cash flow	Free cash flow = cash flow operacional +/- aquisições/vendas de investimentos financeiros +/- juros líquidos pagos - pagamentos relativos a responsabilidades de benefícios de reforma - pagamentos relativos a imposto sobre o rendimento +/- dividendos pagos/recebidos +/- outros movimentos de caixa.

## Glossário

FTTH	Rede de fibra óptica.
Gearing	Gearing = dívida líquida / (dívida líquida + capital próprio).
GSM	Global System for Mobile. Rede de rádio digital, internacionalmente estandardizada, que permite a transmissão de voz e de dados.
HDTV	High Definition Television. Transmissão do sinal de televisão com uma resolução maior do que os formatos tradicionais.
IAS/IFRS	International Accounting Standards. Normas Internacionais de Contabilidade / International Financial Reporting Standards. Novo normativo contabilístico emanado pelo International Accounting Standards Board, que foi adoptado a partir de 1 de Janeiro de 2005.
IP	Internet Protocol. Standard que especifica o formato exacto dos pacotes de dados transmitidos através da rede Internet.
IPTV	Internet Protocol Television. Serviço de televisão digital disponibilizado na linha telefónica, através de uma conexão de banda larga.
ISP	Internet Service Provider. Empresa que fornece o acesso à Internet.
Margem EBITDA	Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais.
MMS	Multimedia Message Service. Tecnologia que permite a transmissão de dados nos telemóveis, nomeadamente textos, toques, imagens, fotos e vídeo.
MOU	Minutes of Usage. Média mensal em minutos de tráfego de saída e de entrada por número médio de utilizadores no período.
NGAN	Next generation access network. Redes de acesso de nova geração.
NYSE	New York Stock Exchange. Bolsa de Valores de Nova Iorque.
Oferta triple-play	Oferta integrada de serviços de voz, televisão e Internet.

# Conselho de Administração

<b>Presidente do Conselho de Administração</b>	<b>Presidente da Comissão Executiva</b>	<b>Administradores não executivos</b>
Henrique Granadeiro	Zeinal Bava	Otávio Marques de Azevedo
	<b>Administradores executivos</b>	Francisco Manuel Marques Bandeira
	Luis Pacheco de Melo	José Guilherme Xavier de Basto
	Alfredo José Silva de Oliveira Baptista	João Manuel de Mello Franco
	Carlos Alves Duarte	Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes
	Pedro Humberto Monteiro Durão Leitão	Mário João de Matos Gomes
	Manuel Rosa da Silva	Pedro Jereissati
	Shakhaf Wine	Gerald Stephen McGowan
		Rafael Luis Mora Funes
		Maria Helena Nazaré
		Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires
		Francisco Teixeira Pereira Soares
		Jorge Humberto Correia Tomé
		Paulo José Lopes Varela
		Milton Almicar Silva Vargas
		Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos

# Indicadores-chave

Destaque financeiros consolidados <sup>(1)</sup>				Milhões de euros		
	2T11	2T10	Δ10/11	1S11	1S10	Δ10/11
Receitas operacionais	1.797,7	933,5	92,6%	2.668,8	1.840,4	45,0%
Custos operacionais <sup>(2)</sup>	1.155,3	563,3	105,1%	1.669,0	1.093,0	52,7%
EBITDA <sup>(3)</sup>	642,4	370,3	73,5%	999,8	747,3	33,8%
Resultado operacional <sup>(4)</sup>	260,0	175,1	48,4%	409,0	362,0	13,0%
Resultado líquido	98,1	164,2	(40,2%)	227,9	264,5	(13,8%)
Capex	295,8	149,1	98,3%	418,0	312,1	33,9%
Capex em % das receitas operacionais (%)	16,5	16,0	0,5pp	15,7	17,0	(1,3pp)
EBITDA menos Capex	346,6	221,1	56,8%	581,8	435,2	33,7%
Cash flow operacional	209,4	158,9	31,8%	524,8	182,9	187,0%
Free cash flow <sup>(5)</sup>	(136,7)	27,8	n.s.	316,8	21,9	n.s.
Dívida líquida ajustada <sup>(6)</sup>	6.648,8	5.373,3	23,7%	6.648,8	5.373,3	23,7%
Dívida líquida ajustada exc. Oi e Contax <sup>(6)</sup>	4.269,0	5.373,3	(20,6%)	4.269,0	5.373,3	(20,6%)
Resp. não fin. com benef. de reforma líq. de impostos	667,1	1.192,9	(44,1%)	667,1	1.192,9	(44,1%)
Margem EBITDA (%) <sup>(7)</sup>	35,7	39,7	(3,9pp)	37,5	40,6	(3,1pp)
Dívida líquida ajustada / EBITDA (x) <sup>(6) (8)</sup>	2,6	3,6	(1,0x)	2,6	3,6	(1,0x)
Dívida líquida ajustada exc. Oi e Contax / EBITDA (x) <sup>(6) (8)</sup>	2,9	3,6	(0,7x)	2,9	3,6	(0,7x)
Resultado líquido por ação	0,11	0,19	(40,2%)	0,26	0,30	(13,8%)
Resultado líquido por ação diluído <sup>(9)</sup>	0,11	0,18	(38,5%)	0,26	0,30	(13,3%)

(1) Os valores relativos a 2010 foram ajustados de forma a reconhecer o negócio da Vivo como operação descontinuada. No seguimento do investimento estratégico na Oi e na Contax em 28 de março de 2011, a PT consolidou proporcionalmente os ativos e passivos dessas empresas na demonstração da posição financeira e a demonstração de resultados a partir de 1 de abril de 2011. (2) Custos operacionais = despesas com pessoal + custos diretos + custos comerciais + outros custos operacionais. (3) EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações. (4) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos. (5) Os valores relativos ao 1T11 excluem o pagamento relativo à aquisição do investimento na Oi e na Contax. (6) A dívida líquida referente junho de 2011 foi ajustada pelo montante a receber da Telefónica e pelo efeito fiscal relativo à transferência dos planos de pensões regulamentares para o Estado Português enquanto a dívida líquida de junho de 2010 foi ajustada para refletir a Vivo como uma operação descontinuada. (7) Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais. (8) No que se refere ao 1T11, o EBITDA foi ajustado de forma a reconhecer a contribuição proporcional da Oi e da Contax. (9) O resultado líquido por ação diluído considera o lucro líquido excluindo os custos relativos às obrigações convertíveis, dividido pelo número de ações diluídas.

# Indicadores-chave

<b>Dados operacionais • rede fixa</b>						
	<b>2T11</b>	<b>2T10</b>	<b>Δ10/11</b>	<b>1S11</b>	<b>1S10</b>	<b>Δ10/11</b>
Acessos ('000)	4.963	4.734	4,8%	4.963	4.734	4,8%
Acessos de retalho	4.632	4.345	6,6%	4.632	4.345	6,6%
PSTN/RDIS	2.672	2.710	(1,4%)	2.672	2.710	(1,4%)
Linhas geradoras de tráfego	2.593	2.599	(0,2%)	2.593	2.599	(0,2%)
Pré-seleção	79	111	(28,3%)	79	111	(28,3%)
Banda larga fixa de retalho	1.040	933	11,5%	1.040	933	11,5%
Clientes de TV	919	702	30,9%	919	702	30,9%
Acessos de wholesale	331	389	(14,8%)	331	389	(14,8%)
Lacetes locais desagregados	220	273	(19,3%)	220	273	(19,3%)
Acessos ORLA	60	64	(5,0%)	60	64	(5,0%)
Banda larga fixa wholesale	51	53	(3,3%)	51	53	(3,3%)
Adições líquidas ('000)	42	60	(30,8%)	81	147	(44,9%)
Acessos de retalho	54	66	(19,0%)	105	156	(32,3%)
PSTN/RDIS	(11)	(22)	51,3%	(23)	(36)	36,7%
Linhas geradoras de tráfego	(4)	(11)	67,2%	(7)	(13)	45,6%
Pré-seleção	(7)	(11)	34,9%	(16)	(23)	31,5%
Banda larga fixa de retalho	21	32	(34,5%)	39	71	(44,7%)
Clientes de TV	44	57	(23,0%)	89	122	(26,4%)
Acessos de wholesale	(12)	(6)	(98,9%)	(24)	(9)	(179,9%)
Lacetes locais desagregados	(10)	(6)	(81,8%)	(22)	(8)	(180,9%)
Acessos ORLA	(1)	(0)	(216,6%)	(2)	0	n.s.
Banda larga fixa wholesale	(0)	0	(285,6%)	(1)	(1)	8,2%
RGU de retalho por acesso <sup>(1)</sup>	1,73	1,60	8,1%	1,73	1,60	8,1%
ARPU (euros)	29,9	30,1	(0,8%)	30,1	30,2	(0,3%)
Tráfego total (milhões de minutos)	2.619	2.730	(4,1%)	5.257	5.454	(3,6%)
Trabalhadores	6.302	6.574	(4,1%)	6.302	6.574	(4,1%)

(1) Acessos de retalho por acessos PSTN/RDIS.

# Indicadores-chave

## Dados operacionais • móvel <sup>(1)</sup>

	2T11	2T10	Δ10/11	1S11	1S10	Δ10/11
Clientes ('000)	7.334	7.269	0,9%	7.334	7.269	0,9%
Adições líquidas ('000)	(80)	5	n.s.	(85)	16	n.s.
Tráfego total (milhões de minutos)	2.633	2.625	0,3%	5.221	5.133	1,7%
MOU (minutos)	119	121	(1,2%)	118	118	0,2%
ARPU (euros)	12,9	14,6	(11,9%)	12,8	14,7	(12,8%)
Cliente	11,5	12,7	(9,5%)	11,4	12,7	(10,3%)
Interligação	1,1	1,7	(31,3%)	1,2	1,7	(30,6%)
Dados em % das receitas de serviço (%)	27,8	25,0	2,7pp	27,3	24,2	3,2pp
SARC (euros)	33,2	29,1	14,0%	33,1	27,8	18,8%
Trabalhadores	1.042	1.016	2,6%	1.042	1.016	2,6%

(1) Inclui subscritores MVNO.

## Dados operacionais • Oi

	2T11	2T10	Δ10/11
Serviços de rede fixa - "Oi Fixo"			
Linhas em Serviço ('000)			
Residencial	19.400	20.759	(6,5%)
Comercial	13.585	14.778	(8,1%)
Telefones públicos	4.989	5.131	(2,8%)
Telefones públicos	825	849	(2,8%)
Planos alternativos ('000)*	13.227	13.252	(0,2%)
Proporção das linhas em serviço (%)	68%	64%	4,4pp
ARPU Fixo (R\$)	51,2	55,2	(7,2%)
Serviços de banda larga - "Oi Velox"			
Subscritores de banda larga ('000)	4.642	4.307	7,8%
Proporção das linhas em serviço (%)	23,7%	20,5%	3,2pp
ARPU banda larga (R\$)	39,3	42,6	(7,7%)
Serviços móveis - "Oi Móvel"			
Subscritores móveis ('000)	41.540	37.226	11,6%
Planos pré-pagos	34.437	31.015	11,0%
Planos pós-pagos	4.786	4.513	6,0%
Oi Control	2.317	1.698	36,5%
Oi Conta Total ('000)	1.452	1.421	2,2%
Quota de mercado Oi (%) - Brasil	19,1%	20,1%	(1,0pp)
Proporção de adições líquidas no Brasil (%)	1,0%	10,2%	(9,2pp)
Taxa de Churn mensal (%)	5,1%	3,4%	1,7pp
CAPU (R\$)	26	31	(16,1%)
ARPU Móvel (R\$)	21,6	22,4	(3,6%)
TV por subscrição - "Oi TV"			
Subscritores de TV ('000)	334	265	26,0%
<b>RGUs ('000)</b>	<b>65.915</b>	<b>62.557</b>	<b>5,4%</b>

# Informação adicional aos acionistas

## Negociação das ações e ADRs

As ações da PT estão cotadas na Euronext (código: PTC.LS) e na Bolsa de Nova Iorque, sob a forma de ADR - American Depositary Receipts (código: PT). Um ADR é equivalente a uma ação ordinária. Em 30 de Junho de 2011, o capital social da Empresa encontrava-se representado por 896.512.500 ações com o valor nominal de 3 cêntimos cada, estando cotadas em bolsa 896.512.000 ações. Na mesma data, o número de ADRs registado ascendia a 25.080.191, representando 2,8% do total do capital social da PT.

Em 30 de junho de 2011, a demonstração da posição financeira da PT refletia 36.522.253 ações próprias, incluindo: (1) 20.640.000 ações próprias detidas através de equity swaps na PT SGPS, SA, e (2) 15.882.253 ações próprias detidas através da participação de 25,3% nas 62.755.860 ações da PT adquiridas pela Oi. Em 30 de junho de 2011, o número total de ações em circulação da PT era 859.990.247.

Informação Bolsista	1S11	1S10
<b>Em 30 de junho</b>		
Capital social (euros)	26.895.375	26.895.375
Número de ações	896.512.500	896.512.500
Número de ações em circulação	859.990.247	875.872.500
Cotação (euros)	6,837	8,180
Capitalização bolsista (milhões de euros)	6.129	7.333
<b>Cotações / transações</b>		
Cotação máxima (euros)	8,784	8,934
Cotação mínima (euros)	6,644	6,480
Transacções em volume (milhões de ações)	401	622
Transacções em valor (milhões de euros)	3.253	4.997
<b>Variação anual</b>		
Portugal Telecom	(13,0%)	(3,9%)
PSI-20	(3,5%)	(16,5%)
DJ Stoxx Telecom Europe	(3,2%)	(7,2%)

# Informação adicional aos acionistas

## Contactos

### Relação com investidores

Nuno Vieira  
Director de Relação com Investidores  
Portugal Telecom  
Avenida Fontes Pereira de Melo, 40  
1069 - 300 Lisboa, Portugal  
Tel: +351 21 500 1701  
Fax: +351 21 500 0800  
E-mail: [nuno.vieira@telecom.pt](mailto:nuno.vieira@telecom.pt)

Acionistas, investidores, analistas e demais interessados podem solicitar os seus pedidos de informações e esclarecimentos (relatórios e contas anuais e semestrais, form 20-F, press releases, etc.).

### Banco depositário

The Bank of New York  
ADR Division  
101 Barclay Street, 22nd Floor  
New York, NY 10286, USA  
Tel: +1 212 815 2367  
Fax: +1 212 571 3050

Os detentores de ADRs podem também solicitar diretamente informações e esclarecimentos ao banco depositário dos ADRs da PT em Nova Iorque.

### Página da Internet

Todas as publicações e comunicações, bem como informações sobre os produtos, serviços e negócios da Empresa, estão disponíveis na página da Internet da PT no seguinte endereço: [www.telecom.pt](http://www.telecom.pt)

### Sede social

Portugal Telecom, SGPS, SA  
Avenida Fontes Pereira de Melo, 40  
1069-300 Lisboa, Portugal  
Tel: +351 21 500 2000